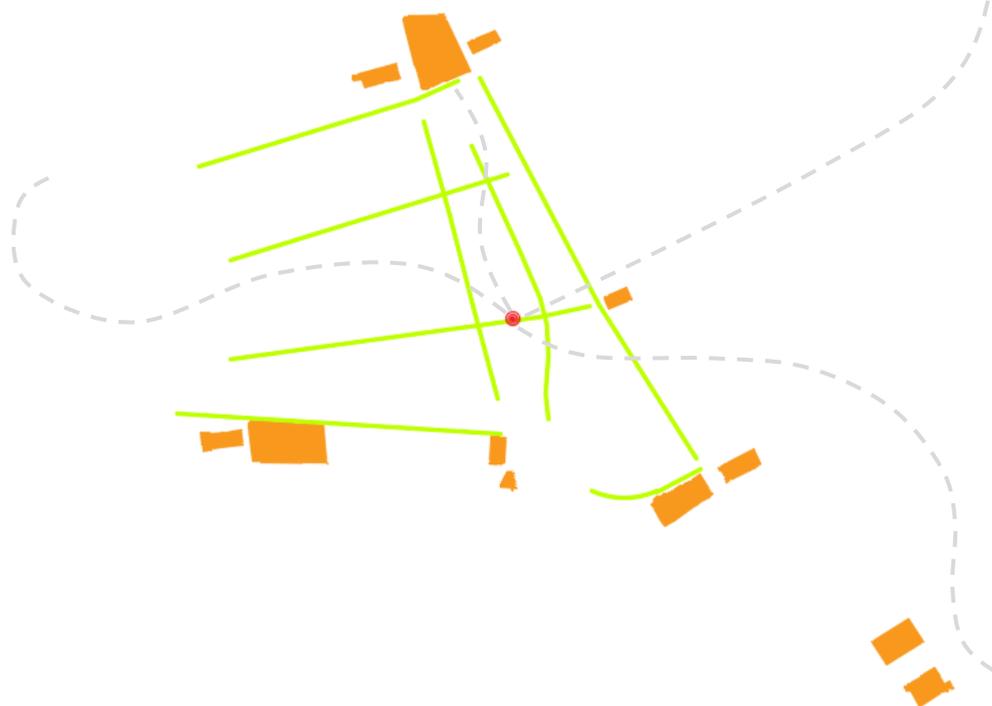


UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO

LARISSA SANTOS CARREIRO

O Centro de Maceió:
As referências de um patrimônio edificado



Maceió
2017

LARISSA SANTOS CARREIRO

O Centro de Maceió:

As referências de um patrimônio edificado

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Dinâmicas do Espaço Habitado.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Roseline Vanessa Santos Oliveira.

Maceió
2017

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

- C314c Carreiro, Larissa Santos.
O centro de Maceió: as referências de um patrimônio edificado / Larissa Santos Carreiro.
– 2017.
123 f. : il.
- Orientadora: Roseline Vanessa Santos Oliveira.
Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo : Dinâmica do Espaço Habitado) –
Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2017.
- Bibliografia: f. 117-119.
Anexos: f. 120-123.
1. Patrimônio arquitetônico – Maceió (AL). 2. Lugares centrais (Cidades e vilas).
3. Valores de referência (Arquitetura). I. Título.

CDU: 711.4(813.5)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO

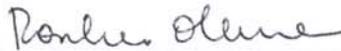
LARISSA SANTOS CARREIRO

O Centro de Maceió:
Referências de um patrimônio edificado

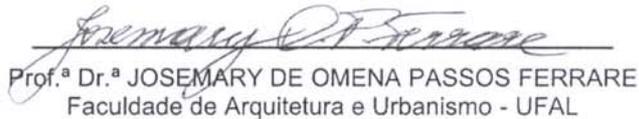
Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Arquitetura e
Urbanismo da Universidade Federal
de Alagoas como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em
Dinâmicas do Espaço Habitado.

Aprovada em 24/03/2017.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a ROSELINE VANESSA SANTOS OLIVEIRA
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFAL



Prof.^a Dr.^a JOSEMARY DE OMENA PASSOS FERRARE
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFAL



Prof.^a Dr.^a JULIANA MICHAELLO MACEDO DIAS
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFAL



Prof.^a Dr.^a CRISTIANE ROSE DUARTE
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFRJ

“Saber orientar-se numa cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução. Nesse caso, o nome das ruas deve soar para aquele que se perde como o estalar do graveto seco ao ser pisado, e as vielas do centro da cidade devem refletir as horas do dia tão nitidamente quanto um desfiladeiro. Esta arte aprendi tardiamente.”

(Walter Benjamin)

RESUMO

É no processo de concepção e de construção da cidade que se criam as referências, que, em um bairro histórico como o Centro da cidade de Maceió, por vezes confundem-se com “bens que merecem ser preservados pelo seu valor histórico ou artístico”, ou seja, com o patrimônio. Mas, apesar de se tratar de um bairro histórico, que possui elementos eleitos como patrimônio por entre as suas ruas, até que ponto o Centro consegue ser reconhecido como um patrimônio? Para responder a essas questões, essas referências serão abordadas de três maneiras distintas: primeiramente, a partir da revisão de acervo documental baseado em livros que tratam do início da formação da cidade, relatos e cartões-postais elaborados nas primeiras décadas do século XX; em seguida a partir da imersão da própria autora no Centro da cidade, visitas através das quais se pôde perceber o ambiente inclusive com a utilização dos sentidos para sua compreensão, além de da eleição das suas próprias referências; e por último, através de entrevistas realizadas com os passantes no bairro, com questões que promovem um embate entre todas as referências já identificadas. A partir desse embate, a ideia é refletir sobre o percurso que vai da eleição do valor que deve ser atribuído a um bem pelos órgãos responsáveis, até o recebimento dessa informação por parte da população. Afinal, o que está por entre as linhas que descrevem a ideia oficial do patrimônio?

Palavras-chave: patrimônio-referência-lugar.

ABSTRACT

It is in the process of conception and construction of the city that references are created, which, in a historical neighborhood such as the Center of the city of Maceió, are sometimes confused with "goods that deserve to be preserved for their historical or artistic value", that is, with the equity. But, although it is a historic neighborhood, which has elements chosen as patrimony through its streets, to what extent can the Center be recognized as a patrimony? In order to answer these questions, these references will be approached in three different ways: first, from the revision of documentary collection based on books that deal with the beginning of the formation of the city, reports and postcards elaborated in the first decades of the twentieth century; after that, from the author's immersion in the Center of the city, visits through which the environment could be perceived, including the use of the senses for its understanding, as well as the election of its own references; and finally, through interviews with the passers-by in the neighborhood, with questions that promote a clash between all the references already identified. From this conflict, the idea is to reflect on the path that goes from the election of the value that should be attributed to a good by the responsible organs, until the receipt of this information by the population. After all, what lies between the lines that describe the official idea of the patrimony?

Key-words: patrimony-reference-place.

SUMÁRIO

1.	REFERENCIANDO O OBJETO DE ESTUDO	7
2.	NO RASTRO DO COMEÇO DA CIDADE	18
3.	ENTRE LEMBRANÇAS E PASSEIOS: CRIANDO REFERÊNCIAS	40
4.	NO RASTRO DOS PASSANTES	60
	As entrevistas	67
5.	O CENTRO E SEUS CENTROS	105
6.	CONCLUSÃO	115
7.	REFERÊNCIAS	117
8.	ANEXOS	120

1. REFERENCIANDO O OBJETO DE ESTUDO

Este trabalho de dissertação consiste em um esforço de compreensão da condição patrimonial do Bairro do Centro da cidade de Maceió, Alagoas. Trata-se de um olhar sobre um dos primeiros núcleos consolidados da cidade, na tentativa de reconhecer subsídios para discutir ideias estratificadas sobre o conceito de Patrimônio Edificado, sobretudo aquelas estabelecidas pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.



Figura 01: A localização do bairro do Centro no contexto da cidade de Maceió.

Fonte: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Centro_\(Macei%C3%B3\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Centro_(Macei%C3%B3))>.

Acessado em: 26 de Janeiro de 2017.

Em nível nacional, esse órgão institucional estabelece as ações preservacionistas que deverão ser seguidas para que se possa preservar e divulgar o Patrimônio Cultural Brasileiro. Segundo o próprio IPHAN, esse patrimônio seria o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (IPHAN, 2016).

Um dos instrumentos utilizados para que essa preservação seja efetivada é o tombamento - o primeiro instrumento legal de proteção desse patrimônio. Nesse

sentido, o bem pode ser classificado um *monumento histórico*, que constitui todo e qualquer monumento inscrito no Livro de Tombo Histórico, e/ou *monumento artístico*, que seriam aqueles inscritos no Livro de Tombo Artístico. O valor histórico e o valor artístico estabelecidos pelo órgão são valores de ordem da cultura que buscam evidenciar uma identidade coletiva da comunidade, podendo ainda vir associados a alguns valores simbólicos, como valores econômicos, utilitários ou afetivos.

Em Alagoas, foi criada a Secretaria de Cultura (SECULT), em 1984, o órgão responsável pelo planejamento, coordenação execução da política cultural do Estado (LEI Nº 6.268, 2001), e que está vinculado ao Conselho Estadual de Cultura, órgão consultivo ao qual compete o assessoramento a Secretaria de Estado da Cultura no planejamento e na execução da Política Estadual de Cultura (DECRETO Nº 3.711, 2007). Na SECULT, é a Diretoria do Pró-Memória a responsável pelo “levantamento, tombamento, conservação, restauração e fiscalização do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado de Alagoas” (DECRETO Nº 6503, 1985). Dos 52 bens tombados pelo Conselho de Cultura do Estado de Alagoas, 15 encontram-se no Centro da cidade, conforme dados adaptados na tabela que segue:

Bens tombados no Centro de Maceió de 1982 a 2014		
imóvel	decreto	ano
1. Sobrado dos irmãos Brêda	Decreto nº 5.013	15 de Fevereiro de 1982
2. Palacete Barão de Jaraguá	Decreto nº 6.219	1º de Abril de 1985
3. Catedral Metropolitana	Decreto nº 33.127	18 de Agosto de 1988
4. Igreja de Nossa Senhora do Livramento	Decreto nº 33.127	18 de Agosto de 1988
5. Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	Decreto nº 33.127	18 de Agosto de 1988
6. Igreja Bom Jesus dos Martírios	Decreto nº 33.127	18 de Agosto de 1988
7. Palácio do Trabalhador	Decreto nº 37.934	28 de Dezembro de 1998
8. Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas	Decreto nº 37.932	28 de Dezembro de 1998
9. Academia Alagoana de Letras	Decreto nº 38.026	22 de Abril de 1999
10. Praça Marechal Floriano Peixoto	Decreto nº 38.309	9 de Março de 2000
11. Casa Jorge de Lima	Decreto nº 2.393	24 de Janeiro de 2005
12. Teatro Deodoro	-	14 de Novembro de 2008
13. Palácio Marechal Floriano Peixoto	-	28 de Agosto de 2008
14. Antiga Sociedade Perseverança	Decreto nº 4.219	10 de Novembro de 2009

Tabela 01: Bens tombados no Centro de Maceió de 1982 a 2014

Fonte: SECULT

Em 1942, Alagoas teve como seu primeiro exemplar tombado nacionalmente o Convento e Igreja Maria dos Anjos, no município de Penedo e sob repertório estilístico barroco. Maceió, capital do Estado, com um legado de edifícios erguidos no século XIX, com ascendência estilística eclética e com exemplares de arquitetura moderna, não possui nenhum exemplar protegido em nível nacional. Nesse sentido, foram abertos dois processos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, o primeiro em 1963, com o objetivo de tomba o edifício do Teatro Deodoro de Maceió, e que foi indeferido; e o segundo aberto em 1966, com o objetivo de tomba o conjunto arquitetônico da Praça da Independência e antiga

Penitenciária, e que até Dezembro de 2015 constava como “em instrução” nos documentos desse Instituto. Em outro nível de escala, no que se refere aos conjuntos urbanos, Alagoas possui três municípios tombados por esse Instituto, sendo eles Penedo, Marechal Deodoro e Piranhas. (IPHAN, 2016)

Depois que Maceió assistiu a demolição da Casa Rosada, ocorrida em 2006, edificação com traços neocoloniais localizada na praia de Pajuçara, percebeu-se a fragilidade do patrimônio edificado do município que, até aquele momento, não possuía nenhum instrumento de proteção às edificações isoladas. Assim, sem nenhuma proteção patrimonial, além da Casa Rosada outras edificações que poderiam ser consideradas importantes também corriam o risco de ser destruídas.



Figura 02: A Casa Rosada, inicialmente pertencente a uma família tradicional alagoana, antes de ser demolida para dar lugar a um edifício residencial.

Fonte: <<http://alagoasboreal.com.br/post/14/98/ivaldo-pinto/casa-rosada-que-abrigou-a-setures-chamava-a-atencao-de-maceioenses-e-turistas-pela-beleza-arquitetonica>>.

Acessado em: 26 de Janeiro de 2017.

O processo de preservação do patrimônio histórico cultural edificado do município de Maceió teve início em 1996 com a criação de uma legislação específica para zonas especiais de preservação cultural. Essa lei inicialmente direcionou ações de regulamentação para os primeiros bairros históricos de Jaraguá e do Centro. Ambos constituídos na formação da cidade, recebem essa proteção da Lei nº

4.545/1996, criando as Zonas Especiais de Preservação 1 e 2, e estabelecendo critérios e normas para as intervenções edilícias nesses sítios históricos.

A primeira zona instituída desde 1996 é a Zona Especial de Preservação Cultural 1, no Jaraguá, e a segunda instituída em 1997 é Zona Especial de Preservação Cultural 2, no Centro, é constituída pelo sítio histórico do Centro, tendo sua preservação direcionada à vocação comercial, de moradia, de lazer, de cultura e de turismo. Dividindo-se e definindo-se, segundo a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento - SEMPLA, em:

- Setor de Preservação Rigorosa 1 (SPR-1), sendo essa a área constituída pelo núcleo histórico do Centro de Maceió, que mantém a morfologia urbana e a tipologia das edificações de interesse histórico e arquitetônico; estando esses sujeitos a um rígido controle das intervenções edilícias e urbanísticas, de modo a impedir intervenções ou as não intervenções que provoquem o seu perecimento ou que interfiram nas suas características, alterando-lhe a feição original ou a ambiência.”
- Setor de Preservação Rigorosa 2 (SPR-2), constituída por ruínas, edificações isoladas e/ou conjuntos antigos isolados situados na (ZEP-2), sujeito às mesmas restrições do Setor de Preservação Rigorosa 1 SRP-1.
- Setor de Preservação do Entorno Cultural 1 (SPE-1) e Setor de Preservação do Entorno Cultural 2 (SPE-2), que visam atenuar a interferência paisagística da urbanização sob estas áreas.

A lei ainda dispõe sobre os benefícios fiscais que deverão ser concedidos àqueles que possuem edificações de valor histórico nessas Zonas Especiais de Preservação, como a isenção do IPTU por um prazo de até 05 (cinco) anos, “quando o proprietário realizar obras de reparação, a intervenção de natureza corretiva, que consiste na substituição, modificação ou eliminação de elementos estranhos ou incompatíveis com a unidade arquitetônica do conjunto ou edifício isolado a ser preservado”. Também dispõe sobre a proibição de “demolição de imóveis de valor histórico, sujeitando-se o infrator, em caso de desobediência, ao pagamento de multa não inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor venal do imóvel. Em se tratando de demolição parcial, a multa será de 25% (vinte e cinco por cento) do valor venal do imóvel, cumulada com a obrigação do infrator reconstituir as características originais da edificação, após apreciação do projeto pelo órgão municipal de

preservação cultural a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural, da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento”.

Em 2005, através da criação do Plano Diretor de Maceió aprovado em 2005 (Lei Municipal 5.486/2005), foram instituídas ações de preservação cultural passaram a abranger outros sítios históricos da cidade de Maceió, criando a Zona Especial de Preservação Cultural 3 (ZEP-3) em Bebedouro, a Zona Especial de Preservação Cultural 4 (ZEP-4) em Fernão Velho e (ZEP-5) 5 no Pontal da Barra, com normas específicas que estão presentes no atual Código Municipal de Urbanismo e Edificações (Lei n. 5.593/2007). Foram criadas também as Unidades Especiais de Preservação (UEPs), que se mostrou uma experiência bastante positiva.

As Unidades Especiais de Preservação estão distribuídas em vários bairros de Maceió e apresentam relevante interesse histórico, cultural e arquitetônico para a cidade. A lista das UEPs destaca-se por ser composta de 56 exemplares de diferentes estilos arquitetônicos como o moderno, protomoderno, eclético e neoclássico e por agregar espaços ligados às manifestações culturais. As UEPs são definidas pelo Plano Diretor como:

[...] imóveis ou espaços urbanos, públicos ou privados, de relevante interesse cultural no Município de Maceió por constituírem:

I – expressão arquitetônica ou histórica do patrimônio cultural edificado de Maceió, composta por uma ou mais de uma edificação isolada;

II – suporte físico de manifestações culturais e de tradições populares do Município, especialmente a música e a dança folclórica, a culinária e o artesanato.

Consideram-se também Unidades Especiais de Preservação Cultural (UEPs) os logradouros públicos que, pela importância da sua preservação cultural e/ou paisagística, sejam assim declarados pelo Plano Diretor de Maceió, bem como outros que, posteriormente, tenham reconhecida essa mesma importância pelo Poder Executivo Municipal.

Dentre os 56 (cinquenta e seis) exemplares que compõem o elenco diversificado das UEPs, 2 (dois) estão localizados no Centro da cidade e são modernistas, sendo eles a antiga Reitoria da UFAL – atual Escola Cultural Salomão de Barros Lima – e o Restaurante e Alojamento Universitários, situados na Rua Mal. Roberto Ferreira.

Em Janeiro de 1961, dá-se início as obras da Escola de Engenharia através da reforma de um prédio situado na Praça Sinimbu, com projeto da professora e arquiteta Zélia Maia Nobre. Trata-se da atual Escola Cultural Salomão de Barros Lima. Com o projeto da Cidade Universitária sendo iniciado, as atividades da escola são deslocados para o campus, e na edificação passa a funcionar a sede da Reitoria. O edifício é caracterizado por uma fachada no sentido horizontal caracterizado por diversos painéis de materiais moderno, como cerâmica, vidro e brises de concreto.

Ao lado, localiza-se a Residência Universitária Masculina e o Restaurante Universitário, construídos a partir de 1964 com o objetivo de tratar do problema assistencial ao estudante. A residência possui linhas modernas enquanto o prédio do restaurante é solto em um volume redondo e rodeado de elementos vazados. Para construção desse prédio da Escola de Engenharia uma edificação antiga precisou ser quase totalmente demolida: a Escola de Aprendizes e Artífices.



Figura 03: A arquitetura do prédio da antiga Reitoria da UFAL, no centro da foto, em uma rua sem carros e sem movimento, em uma perspectiva que valoriza as linhas retas da sua arquitetura.

Fonte: SILVA, 1991, p. 121.



Figura 04: O Restaurante e Residência Universitária Masculina e o antigo relógio da CATU, no centro da foto, instrumento importante para os cidadãos de Maceió nas duas primeiras décadas do século XX, já que era através dele que esses acertavam seus relógios.

Fonte: SILVA, 1991, p. 122.

Em alguns casos pontuais, o instrumento das UEPs vem impedindo a demolição de edificações, como ocorreu com a casa do Colégio Batista, ou incentivando a reutilização, como aconteceu com a antiga residência da família Wanderley - que atualmente integra o Colégio Contato.

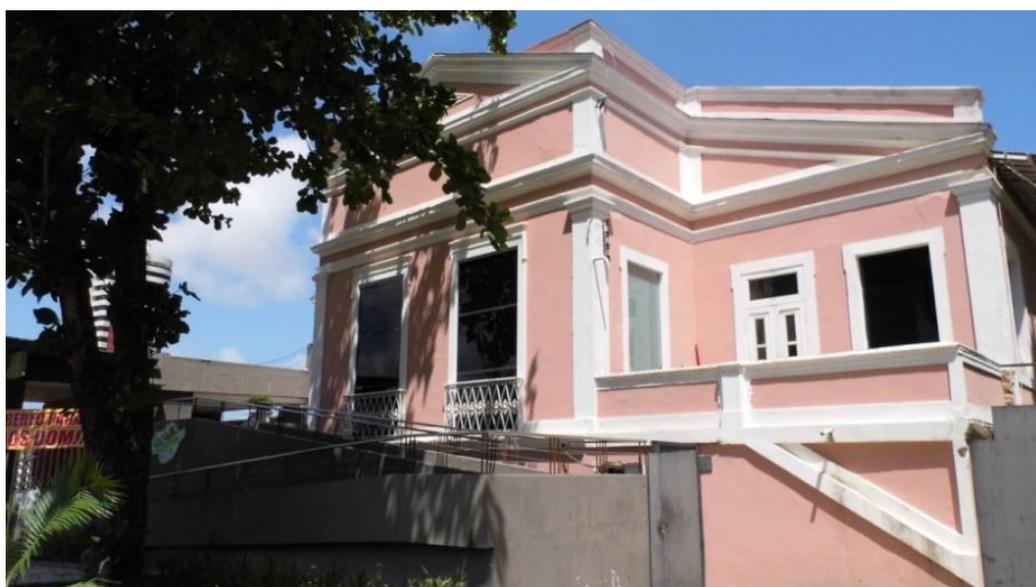


Figura 05: A casa do Colégio Batista - a UEP sobreviveu à demolição do Colégio ocorrida em 2016.

Fonte: Acervo pessoal de Rafaela Carvalho, 2016.



Figura 06: A antiga residência da família Wanderley, que hoje integra o Colégio Contato. Na foto, fica evidente a forma com que o colégio desfavorece a leitura da UEP.
Fonte: Acervo pessoal de Rafaela Carvalho, 2016.

Diante desse quadro, o papel da UEP de “proteger” o bem parece se colocar como um desafio a ser enfrentado, indicando uma contradição conceitual na sua própria razão de ser. Questiona-se: será que esses edifícios que vêm recebendo proteção por parte da iniciativa pública são reconhecidos pela população como marcos referenciais de importância no contexto da cidade, como pressupõe a iniciativa pública de preservação? Até que ponto a preservação oficial do patrimônio o faz ser reconhecido como tal?

Observa-se que, sob o olhar dos órgãos preservacionistas, o Centro de Maceió, enquanto Unidade Especial de Preservação, configuraria um “lugar”, ou seja, um espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo. (CARLOS, 2007)

Contudo, tal percepção pode ter diferentes escalas de abrangência, pois seu reconhecimento advém de motivações subjetivas qualificadas pelas experiências individuais.

Durante esse processo relacional, dentre os elementos que o compõem, alguns se destacam pela recorrência de reconhecimento, os quais podem ser de diferentes naturezas como uma ponte, uma árvore ou, mesmo, um mendigo que, devido a sua constância de permanência no lugar, é reconhecido como parte do próprio lugar...

A eleição desses pontos de referência de um lugar é muitas vezes associada a elementos geográficos ou edifícios de alguma forma marcantes na sua composição. No caso de Maceió, podem-se citar as massas de água, por exemplo, e edifícios com forte caráter funcional, como aeroporto, rodoviária e o Palácio do Governo, dentre outros que estão essencialmente vinculados à dinâmica contemporânea de um contexto individual ou coletivo.

Contudo, o reconhecimento da cidade também se dá por lembranças. Nesse sentido, a partir da memória individual, a cidade passa a ser compreendida por experiências particularizadas que permitem a construção de laços tecidos pela subjetividade, e que geram a relação de pertencimento entre o indivíduo e o local.

Enquanto experiências ambientais, esses locais têm um papel fundamental na evocação de uma memória sensível, sendo capazes de transportar o usuário para o reconhecimento sensível, e em seguida, afetivo. São eles que – a partir de uma troca, de uma relação ativa - fazem aflorar o afeto. Assim, é possível compreender que quanto mais diversificadas forem as ambiências e as “afetividades” nos espaços públicos, maior será também esse sentimento de apego por parte dos usuários que usufruem dessas experiências cotidianas do lugar. (DUARTE, 2013)

É somente através do uso desses espaços que a experiência cotidiana fundamenta tais subjetividades. É através do deslocamento, da participação coletiva, que o espaço se substantiva.

É uma relação de identidade que faz com que os habitantes se reconheçam ali. E, a partir desse reconhecimento, são atribuídos a elementos desses espaços o valor que lhe é devido, e eles passam a ser entendidos como um bem que deve ser preservado.

Mas, esse reconhecimento é algo complexo, e que não se apresenta da mesma forma para todas as pessoas. Questiona-se, portanto:

Até que ponto o Centro é reconhecido como um patrimônio? Quais os rebatimentos entre as referências indicadas pela historiografia do Centro e seu reconhecimento por parte do IPHAN? A ideia refletir sobre o que está por entre as linhas que descrevem a ideia oficial do patrimônio, a partir da observação do Centro.

Para avançar no entendimento dessas questões, neste trabalho optou-se por compreender como o Centro é reconhecido, seguindo, para tanto, a seguinte estrutura de discussão:

1. Primeiramente, buscou-se identificar marcos edificados do Centro da cidade através da revisão de acervo documental baseado em livros que tratam do início da formação da cidade, relatos e cartões-postais elaborados nas primeiras décadas do século XX.
2. Em seguida, viu-se a necessidade de aproximação da autora com o Centro, que antes dessa experiência prática já existia, mas de uma forma bastante distanciada da empiria. Nesse sentido, foram realizadas imersões no local, visitas através das quais se pôde perceber o ambiente inclusive com a utilização dos sentidos para sua compreensão, além de estabelecer as suas próprias referências, que por muitas vezes mostraram-se associadas à memória. Como consequência, foram criados relatórios de visita que ilustrados por croquis descrevem essa experiência e, ainda um mapa conceitual, onde a autora estabelece os limites do local, numera suas referências edilícias, desenha as vias nomeando-as e numerando-as da forma que convém, e pontua as associações construídas através dos percursos realizados. Por fim, essas impressões e as referências encontradas a partir dessa experiência foram confrontadas com aquelas identificadas na primeira etapa do trabalho, delimitando, assim, o seu segundo capítulo.
3. As impressões dos passantes foram abordadas, configurando o terceiro capítulo do trabalho. Nessa etapa, foram realizadas entrevistas com passantes no Centro, com perguntas que utilizam as referências edificadas encontradas na literatura e a partir de outras análises feitas durante a primeira etapa do trabalho, assim como também algumas outras consideradas referências a partir da experiência vivenciada pela autora no segundo capítulo. Aqui, o objetivo foi verificar se os que frequentam o Centro têm como marcos de referência aqueles já identificados.
4. O quarto capítulo trata das análises das entrevistas realizadas, promovendo um embate entre as referências identificadas nas três esferas de abordagem: na revisão de literatura sobre as primeiras décadas de formação do bairro, na imersão da autora no objeto de estudo, e nas entrevistas apresentadas no terceiro capítulo. Um embate que indicou que o processo de atribuição de valor a bens precisa ser democratizado, para que assim, a partir deles, uma sociedade complexa como a nossa consiga se sentir representada.

2. NO RASTRO DO COMEÇO DA CIDADE

Buscamos sempre uma forma de nos apropriarmos da cidade, de compreendê-la. Nesse processo, a historiografia é reveladora, pois indica os referenciais urbanos que marcaram a relação do indivíduo com o lugar.

Nesse sentido, os referenciais urbanos deixados na cidade de Maceió que foram buscados e que serão apresentados nessa etapa do trabalho.

Fontes literárias que tratam da história de Maceió afirmam que a cidade nasceu no pátio de um engenho, sem uma ascendência conhecida ou assentamento autorizado nas crônicas daquele período. Porém, um documento público de 1611 se refere à existência de uma casa de telha na Pajuçara, propriedade de Manuel Antônio Duro, doada por Diogo Soares, o alcaide-mor de Santa Maria Madalena. A escritura da doação, datada de 25 de Novembro de 1611, indica claramente que no ano de 1609 havia na Pajuçara a tal habitação definitiva. (COSTA, 1981, p. 2)

O primeiro povoado de Maceió se deu através da construção do engenho de açúcar no local onde hoje está situada a Praça D. Pedro II. Um sesmeiro de Santa Luzia do Norte, procurando novas terras para o cultivo, fundou um engenho de açúcar e nas margens do Riacho *Maçayó* construiu um pequeno distrito industrial. Até o século XVII havia no entorno do engenho apenas um povoado com uma pequena capela dedicada a Nossa Senhora dos Prazeres, anteriormente sob a proteção de São Gonçalo de Amarante, santo de devoção do primeiro proprietário do engenho.

A capela Nossa Senhora dos Prazeres, foi provavelmente contemporânea ao engenho, dado que quase todos os engenhos existentes à época da invasão holandesa tinham capela. A capela, que teve sua fisionomia alterada ao longo dos anos devido às ampliações e reconstruções, existiu até 1850, quando foi demolida. Em seu lugar foi construída a atual Catedral, à época de propriedade do dono engenho.

O antigo engenho e a antiga capela, que deram lugar respectivamente à Praça D. Pedro II e à Catedral Metropolitana de Maceió, formam, portanto, um núcleo de princípio constituinte da cidade. Craveiro Costa (1981), em sua obra *Maceió*, por diversas vezes menciona e descreve o engenho e seu entorno:

O engenho ficava ao sopé da montanha, ao *descambar da ladeira*, com a ermida de S. Gonçalo sobranceira. A seguir, a falda do monte à margem do riacho, o pântano adjacente, a restinga onde o riacho desagua, mais tarde conquistada por aterros sucessivos e pela ação do próprio riacho, a área antigamente conhecida como *bôca de Maceió*, sôbre as quais foram construídas as ruas atuais – Pontes de Miranda, Imperador, Libertadora Alagoana, e outras. (COSTA, 1981, p. 12)

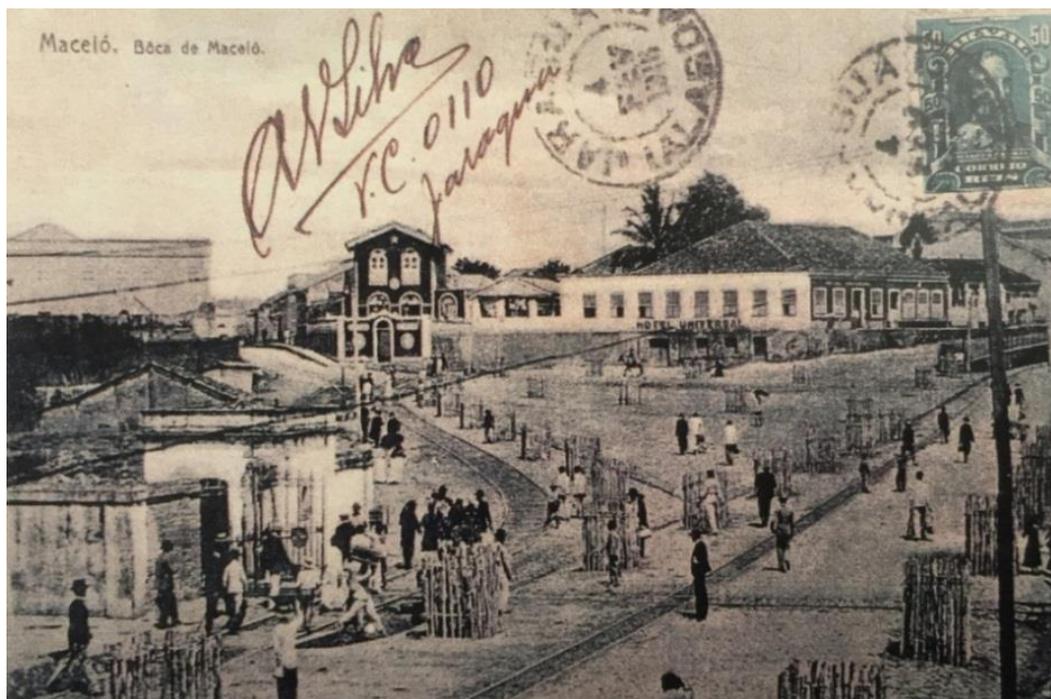


Figura 07: A região alagadiça da Bôca de Maceió, onde hoje se localizam a Praça Sinimbu, Praça dos Palmares e a Rua Barão de Anadia, à época, o principal meio de acesso ao centro pelo litoral.

Fonte: TENÓRIO, DANTAS, 2009, p. 31.

Em 1817, em um movimento emancipacionista motivado pelo descontentamento por parte da população pernambucana, Pernambuco declara a sua independência através da chamada Revolução Pernambucana¹, e teve como consequência a perda de parte do seu território e o surgimento da província das Alagoas, com Maceió como sede.

Nesse período, o povoado já era um empório comercial de certa notoriedade, e à medida que esse comércio ia se expandindo, aumentava-se também o povoado, assim como o seu desenvolvimento econômico e demográfico. Esse movimento comercial servia de empório para uma zona agrícola que se desenvolvia pelos vales Mundaú, Paraíba, Camaragibe e São Miguel, cortados por dois grandes caminhos abertos ao acesso de penetração pelo sertão, com diversos núcleos açucareiros marginais a lhes procurar para escoar a produção.

O comércio também proporcionou a internacionalização do Brasil, em um movimento que atingiu todas as unidades do Império, inclusive Alagoas, que participou ativamente desse momento de modificação de costumes, inovações e difusão de ideias e informações. A inserção do país no capitalismo mundial se deu

¹ Também conhecida como Revolução dos Padres, tendo recebido esse nome por ter dois padres entre os seus líderes.

sob a liderança inglesa, que teve como consequência mudanças na paisagem urbana da capital, em um processo que terá início, quando prédios e praças importantes surgirão no Centro e no Jaraguá, tornando a cidade ainda mais bela, conforme descrição sucinta de Brandão (2013)²:

Esta cidade tem ruas largas, praças espaçosas, casas muito bem construídas e de elegante aspecto. Mantem florescente o commercio com o estrangeiro e com as principaes praças de maior importância do Brasil, pelo porto de Jaraguá. (BRANDÃO, 2013, p. 5 e 6)

Esse foi um período caracterizado por grandes transformações também relacionadas à forma de pensar e aos costumes nas grandes cidades, conhecido como “*belle époque*”. Nesse período o Brasil se unia com o restante do mundo através do rádio, enquanto os costumes europeus iam chegando pelo porto, e depois através pela via aérea.

A imprensa se consolidava com o surgimento de dezenas de jornais; o trem de ferro, que ia de Maceió até a zona do açúcar e algodão, além da navegação a vapor nas lagoas e no litoral, sendo considerados o símbolo da tecnologia moderna dos transportes.

Em 1866 foi contratado o serviço de *tramway* com o objetivo de suprir a necessidade de deslocamento entre bairros. O serviço fazia a ligação entre Jaraguá, Maceió e Trapiche da Barra, onde os produtos eram descarregados e desembarcavam passageiros de parte da Província, via Pilar e cidade das Alagoas, atual Marechal Deodoro, sendo os veículos puxados por uma pequena locomotiva, a maxambomba. Somente em 1878 a Companhia Alagoana de Trilhos Urbanos, a Catu, foi fundada, obtendo licença para o transporte de passageiros por veículos de tração animal pelo período de 50 anos. Os bondes, como eram chamados, possuíam oito bancos, eram iluminados a carbureto e puxados por dois burros. Passavam de hora em hora, de Jaraguá para Maceió e Bebedouro, percurso esse que posteriormente viria a ser ampliado, com o consequente aumento da frequência entre as viagens. Tudo isso, até a chegada dos bondes elétricos, em 1914. Durante a primeira experiência, o bonde deixava a Praça Sinimbu, subia a Ladeira do Brito, Rua Comendador Palmeira, Rua Santa Cruz, Praça Dr. Jonas Montenegro, Rua das Piabas e Av. Tomás Espíndola.

² A primeira edição do livro *Vade-mecum do turista em Alagoas*, de Moreno Brandão data de 1937, sendo o livro utilizado como referência para esse trabalho a edição de 2013 desse exemplar.



Figura 08: O serviço de *tramway* instaurado com o objetivo de suprir o deslocamento entre bairros passava justamente pela Rua do Comércio. O bonde ocupa o centro do cartão-postal na tentativa de divulgação uma das grandes transformações ocorridas na cidade naquele período.

Fonte: CAMPELLO, 2011, p. 173.

Circulação: fev. a abr. 1932. Fotógrafo: Antenor Pitanga.

A chegada da iluminação a gás também foi um dos grandes acontecimentos do período. Nos primeiros anos do século XIX, para iluminar pela primeira vez as ruas de Maceió, a Câmara Municipal utilizou lampiões de “azeite de peixe”, no caso, de azeite de baleia. Até que em 1854 foi sancionada uma lei que autorizava o governo a extinguir esse tipo de iluminação, substituindo-a por iluminação a querosene, mas ficou tudo em projeto, que só foi colocado em prática anos mais tarde, em 1880, quando finalmente toda cidade foi iluminada a querosene, a primeira do Norte – Nordeste brasileiro. A primeira experiência com iluminação a luz elétrica se deu em 1887, quando se realizou essa experiência na residência de nº 299 na Rua do Comércio. Esse serviço somente foi expandido para toda cidade em 1896 com a Fundação da Empresa de Luz Elétrica, tendo sido Maceió a primeira capital do país a ter luz elétrica. À época, muitas pessoas, além da luz elétrica, também utilizavam luz de acetileno, e até lâmpadas de álcool. (ASSOCIAÇÃO ARNON DE MELLO, 2011)

Como se pôde perceber, o comércio, ao tornar-se uma importante e lucrativa atividade, acentuou o desenvolvimento de certas regiões da cidade, como é o caso do seu Centro. Sua importância no processo de construção da cidade é clara, já

essa região que foi palco principal de todas as grandes transformações ocorridas naquele período, inclusive da construção de praças e edifícios que viriam a se tornar marcos referenciais importantes no contexto da cidade.

Todas essas grandes transformações ocorridas na cidade e proporcionadas pela ascensão comercial precisavam ser apresentadas à população de uma maneira mais contundente e propagativa. Assim, se criou uma nova forma de representação da cidade e de suas aspirações cosmopolitas: os cartões postais. Esses, simbolicamente representavam uma ruptura com o passado, e por isso logo foram aceitos pela elite urbana e passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas, despertando a sensibilidade dos alagoanos para as nossas paisagens e atrativos. Eram documentos que representavam verdadeiramente a trajetória material de uma sociedade, dos seus monumentos e o seu urbanismo. (TENÓRIO; DANTAS, 2009, p. 20)

Os cartões-postais, na verdade, podem ser apresentados aqui como agentes das referências construídas que seriam estabelecidas naquele período, e que, quiçá, tem reflexo nas referências que utilizamos até os dias atuais. Ao elaborar um cartão-postal com a imagem do Palácio do Governo, por exemplo, estamos atribuindo àquele elemento certo grau de importância, já que ali ele está atuando como um representante da cidade como um todo. O mesmo para os demais elementos apresentados nesses cartões com imagens representadas de diversos ângulos e que seguem se repetindo e se reafirmando como referência ao longo dos anos.

Dentre imagens que ilustravam esses cartões, a dos edifícios mereciam destaque, já que era notável a repetição de edifícios como o Palácio dos Martírios, o Teatro Deodoro, a Catedral, além de outros logradouros, como a Praça Deodoro e a Rua do Comércio vista dos seus mais diversos ângulos.

Pontilha tal desenho urbano a Rua do Sol com a Catedral e as igrejas do Rosário e dos Martírios. Diante de duas delas, praças, destas saem várias ruas e nelas o casario. Os cartões postais produzidos nessa época ilustram o crescimento urbano e envaidecem toda gente. (Alagoas Memorável, 2011, p. 28)



Figura 09: O edifício do Palácio do Governo em destaque, no centro do cartão-postal, permitindo-nos observar inclusive a riqueza dos seus detalhes arquitetônicos. Aqui, o que quase não se vê são as duas pessoas que se posicionam em frente ao seu portão, a escala humana que tem a provável intenção de nos revelar a grandiosidade do edifício.

Fonte: CAMPELLO, 2011, p. 124.

Circulação: dez. 1914 a 1920. Fotógrafo: anônimo.

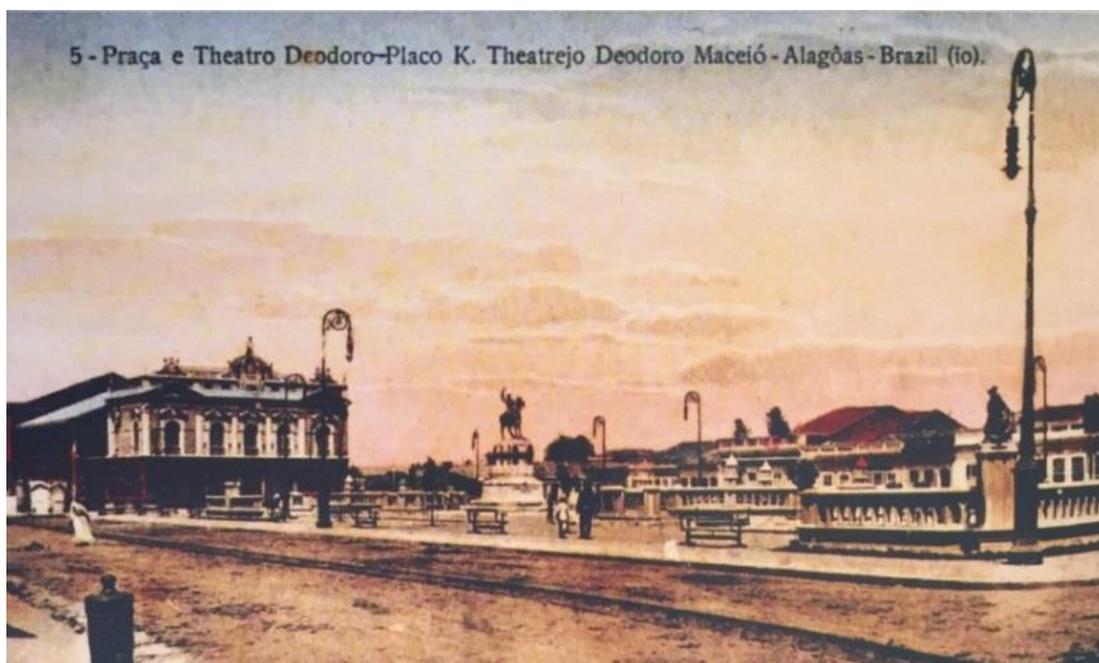


Figura 10: A Praça Deodoro em primeiro plano com o seu Palácio como plano de fundo, insinuando a importância intrínseca da praça.

Fonte: CAMPELLO, 2011, p. 125.

Circulação: dez. 1914 a 1920. Fotógrafo: anônimo.



Figura 11: Rua do Comércio, mostrando o movimento comercial existente nessa rua, à época já uma das principais ruas da cidade.

Fonte: CAMPELLO, 2011, p. 111

Circulação: mar. 1912 a mar. 1912. Fotógrafo: Gabriel Jatubá



Figura 12: Nesse cartão-postal, o destaque é para a Igreja da Catedral. Aqui, é preciso algum esforço para perceber a escala humana que tem a provável intenção de nos revelar a grandiosidade desse edifício.

Fonte: CAMPELLO, 2011, p. 57.

Circulação: mar. 1904 a 1906. Fotógrafo: Gabriel Jatubá.

Craveiro Costa (1981), já afirmava que das construções do período colonial pouco restava, justificando as remodelações ocorridas na cidade fizeram com que os vestígios do estilo arquitetônico português quase desaparecessem. Até que a partir de 1840, ainda segundo Costa, as construções começam a apresentar um estilo mais elegante, conforme o autor descreve a seguir:

A habitação média, diríamos burguesa de porta e janela, ao rés-do-chão, com rótulas em xadrez, pelas quais, discretamente, as donas bisbilhotavam as ruas pacatas e as casas fronteiras; as casas para lojas e vendas, casas comerciais, sem janelas e com duas, três ou mais portas de frente e o interior atravancado de mercadorias, eram a maioria do burgo. (COSTA, 1981, p. 37 e 38)

Já no contexto urbano, em 1820, uma planta levantada por José da Silva Pinto a mando do governador Melo e Póvoas nos permite restaurar um pouco da fisionomia do povoado quando elevado a categoria de vila. Nela, a Praça D. Pedro II se mostra como núcleo fundamental de formação da cidade, que se chamava, à época, Largo do Pelourinho, sendo também mencionada a antiga Igreja Nossa Senhora dos Prazeres, que denominava o largo do gracioso, no local onde hoje se encontra a Catedral.



Figura 13: Aqui, pode-se observar a Praça Dom Pedro II circundada por edifícios, funcionando como um espaço para aglutinação das pessoas, e já indicando a dinâmica apresentada pela sociedade à época.

Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado, 2016



Figura 14: Para essa foto, o fotógrafo se posiciona de costas para à Catedral Metropolitana, demonstrando a sua intenção de fotografar a Praça D. Pedro II em si, e independente do seu entorno.

Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado, 2016

Na planta, algumas ruas são mencionadas, como por exemplo a *Rua do Comércio*, assim descrita por Craveiro Costa (1981):

Com o mesmo traçado e desenvolvimento da atual. Era a via pública principal da vila, tortuosa e longa, conservando as curvas do caminhos abertos pelos carros de bois que vinham do interior para o povoado. (...) (COSTA, 1981, p. 32)

Narrativa completada por Felix Lima Júnior (2001), que lembra que esse percurso vagaroso e contínuo era feito com o objetivo de transportar a cana vinda do interior com destino ao porto do Jaraguá, e que daí a sua sinuosidade. E somente no governo de José Bento da Cunha Figueiredo Junior, com o início do processo de urbanização, que nela foram assentadas as calçadas.



Figura 15: O trânsito característico de carros-de-boi por entre os trilhos de bonde que cortam a Rua do Comércio é o ponto central do cartão, que também nos permite observar com clareza os edifícios que se encontravam à margem dessa rua.

Fonte: CAMPELLO, 2011, p. 175.

Circulação: fev. a abr. 1932. Fotógrafo: Antenor Pitanga.



Figura 16: A Rua do Comércio marcada pelos trilhos do bonde. A rua servia aos meios de transporte, enquanto as pessoas se acumulavam em suas calçadas. Hoje, as ruas tornaram-se também calçadas, transformando-se no “calçadão do comércio”.

Fonte: CAMPELLO, 2011, p. 172.

Circulação: fev. a abr. 1932. Fotógrafo: Antenor Pitanga.



Figura 17: A Rua do Comércio em 1960, e o curioso movimento de carros que hoje já não é mais permitido, com destaque para o letreiro que anuncia o memorável Cinema São Luiz, um dos primeiros cinemas de Maceió.

Fonte: ALMEIDA, 2015.

A *Rua Boa Vista*, paralela a do Comércio, onde ainda segundo Costa (1981):

(...) cento e tantos anos depois, já nada existindo do seu aspecto primitivo, o povo conservou-lhe o nome. Ao comêço uma simples derivação da estrada principal, e logo as habitações foram surgindo, tornando-se em breve a rua elegante do tempo." (COSTA, 1981, p. 33)

A *Rua da Rosa*, que depois viria a ser chamada de *Rua do Livramento*, devido à Capela de Nossa Senhora do Livramento; *Rua da Igreja*, que hoje leva o nome de *Rua Dois de Dezembro*; a *Rua do Alecrim*, que hoje é a *Rua Barão de Alagoas*; a *Rua do Ferreiro*, atual *Rua Melo Moraes*; *Rua do Rosário*, cujo nome provém da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e que ia dessa igreja até *Largo do Pelourinho*, atual praça D. Pedro II. Hoje a antiga rua é parte da chamada *Rua do Sol*. *Rua da Continguiba*, que posteriormente foi alargada e transformada em *Praça da Continguiba*, e que hoje recebe o nome de *Praça Deodoro*. A *Travessa da Boa Vista*, hoje *Rua Augusta* e mais conhecida como *Rua das Árvores*; e a *Travessa do Rosário*, atual a *Rua Domingues Moeda*.

Foi no Centro que se deu o surgimento de muitos dos primeiros caminhos marcados na cidade de Maceió, caminhos esses que viriam a ser percorridos pelos passantes e logo nomeados com o objetivo de facilitar a sua referência e a localização e de tudo que a compõe. As ruas receberam nomes seculares que podem ser interpretados como uma referência marcante no contexto da cidade, já que séculos depois continuamos a nos referir a essas ruas por esses nomes. Nomes que, eventualmente, acabam sendo quase que substituídos por algum outro mais conveniente. É o que acontece com a Rua Augusta, por exemplo, mais conhecida como Rua das Árvores, nome autoexplicativo que lhe foi atribuído mais recentemente, e que por se tratar de uma referência óbvia e marcante, acaba sendo por vezes mais utilizada.



Figura 18: Esse cartão-postal evidencia o caminhar das pessoas através da Praça D. Rosa da Fonseca - cujo busto encontra-se no centro do cartão - e pelo leito da Rua do Livramento.

Fonte: CAMPELLO, 2011, p. 172.

Circulação: fev. a abr. 1932. Fotógrafo: Antenor Pitanga.



Figura 19: Aqui, a Praça D. Rosa da Fonseca reaparece, os trilhos cortam a Rua do Livramento, mas o destaque é para os edifícios suntuosos que margeiam essa rua.

Fonte: CAMPELLO, 2011, p. 165.

Circulação: mar. 1927 a jan. 1949. Fotógrafo: anônimo.



Figura 20: Algumas pessoas protegem-se à sombra de uma das inúmeras árvores que delimitam a Rua Augusta, que mais tarde viria a ser conhecida justamente como Rua das Árvores,

Fonte: CAMPELLO, 2011, p. 175.

Circulação: fev. a abr. 1932. Fotógrafo: Antenor Pitanga.

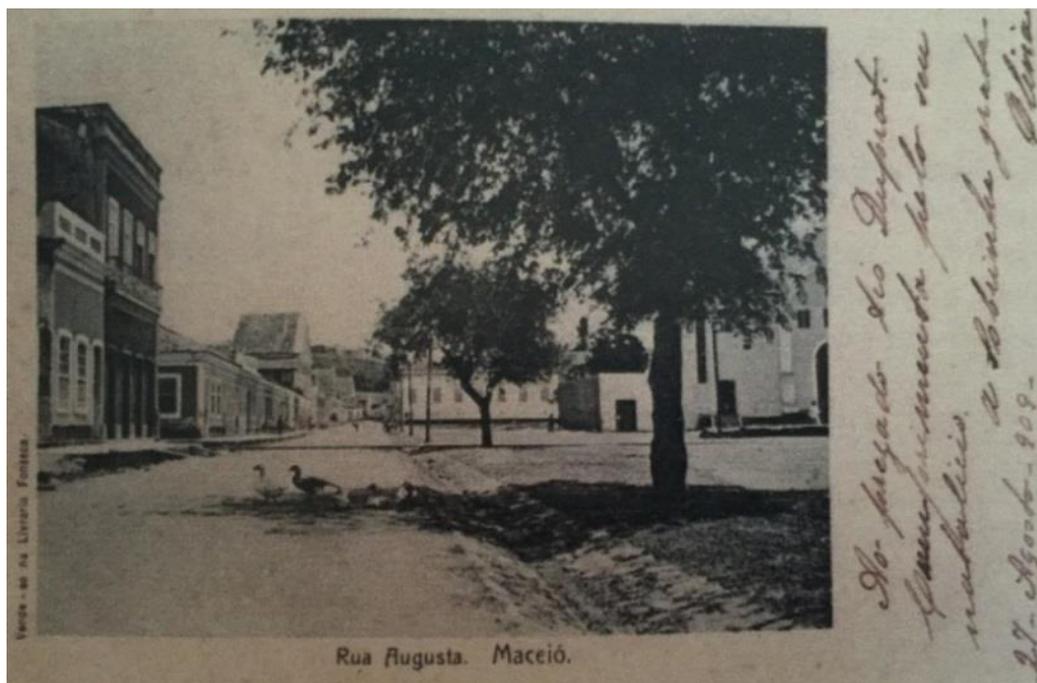


Figura 21: No cartão, em primeiro plano pode-se observar a Rua Augusta e uma enorme árvore fazendo sombra para alguns animais que descansam em seu leito.

Fonte: CAMPELLO, 2011, p. 87.

Circulação: fev. 1907 a mar. 1910. Fotógrafo: Luiz Lavenère.

Essas ruas, por vezes, possuem características que as diferenciam e que possivelmente facilitam sua identificação ante as demais, e o material que as compõem poderiam ser utilizados nesse sentido. Naquela época, mais precisamente em 1866, foi realizada uma remodelação das suas ruas principais, e o engenheiro Carlos de Bolterstern encontrou dificuldades para remediar as malfeitorias relacionadas ao alinhamento das ruas que haviam sido cometidos em tempos passados, condenando o calçamento “à pedra bruta” e mostrando que só a Rua do Comércio “consumiria 2000.000 paralelepípedos, que seriam necessário importar e ficaria cada um, na cidade, a 200 réis”, aconselhando então, que somente essa via pública fosse calçada dessa forma, devendo as demais serem pavimentadas com aterros de “barro e areia, bem socados e sensivelmente abaolados”.

Naquela época, a cidade se dividia entre Maceió e Jaraguá, e com exceção de um pequeno trecho naquele bairro, calçado “à pedra bruta”, além de duas ladeiras e de parte da Rua do Comércio, calçadas pelo mesmo sistema, todo o restante era rudimentar, com calçadas irregulares e com ruas e praças repletas de lamaçais. Até que em 1887, o presidente Moreira Alves transmitiria à Assembleia Provincial as necessidades principais da capital, que eram, entre outras, o

empedramento das ruas Conselheiro Lourenço de Albuquerque, Senador Mendonça, Saraiva e Barão do Jaraguá, além da Praça D. Pedro II.



Figura 22: Praça dos Martírios e sua fonte em primeiro plano e o Palácio como plano de fundo, demonstrando a importância intrínseca da praça.

Fonte: CAMPELLO, 2011, p. 93.

Circulação: jun. 1910 a dez. 1911. Fotógrafo: anônimo.

Também às igrejas era dada uma atenção especial, já que o clero, no Brasil, sempre teve uma grande força herdada da nação portuguesa, que era fundamentalmente católica. A partir da emancipação eclesiástica de Maceió, o sentimento religioso da população tornou-se mais intenso, e em pouco tempo o espaço da igreja matriz Nossa Senhora dos Prazeres tornou-se insuficiente, tendo sido necessária a construção de novos templos que viriam a se tornar importantes elementos referenciais de Maceió, pois era neles que acontecia a maior parte dos encontros democráticos: em dias de missa, na festa da padroeira, ou até nas novenas. O público seguia dos vilarejos, subúrbios, sítios e engenhos até essas igrejas.

Essa força da religiosidade é evidente quando analisamos o fato de inúmeras ruas terem sido nomeadas de acordo com o nome da igreja que a pertencia. Como é o caso da *Rua do Livramento*, que recebeu esse nome por conta da Igreja do Livramento, a *Rua da Igreja*, atual *Rua Dois de Dezembro*, que recebeu o nome

inicial por conta da Igreja da Catedral, a antiga *Rua do Rosário*, que hoje é parte da *Rua do Sol*, e que recebeu o nome inicial por conta da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Essas igrejas eram referências tão fortes e marcantes que acabavam influenciando no nome dado a outros elementos constituintes da cidade.



Figura 23: Aqui, a cidade aparece com características ainda de vila, com algumas casas térreas, sobrados, e um verdadeiro pântano ao fundo. As portas das casas nos dão alguma dimensão de escala, e nos leva a perceber a grandiosidade da Igreja dos Martírios, que com suas duas torres proporciona ao observador um *skyline* bastante característico.

Fonte: CAMPELLO, 2011, p. 57.

Circulação: mar. 1904 a fev. 1902. Fotógrafo: Gabriel Jatubá.



Figura 24: A Catedral parece imponente no centro do cartão-postal, enquanto o jardim da Praça D. Pedro II atua quase como um coadjuvante, é apenas por onde se deve seguir para que se consiga chegar até a escadaria da igreja.
Fonte: TENÓRIO, DANTAS, 2009, p. 37.



Figura 25: Na perspectiva da fotografia tirada na década de 60, o trecho da antiga Rua do Rosário direciona o nosso olhar à Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que deu nome à rua.
Fonte: ALMEIDA, 2015.

Apesar dos exemplares de velhas igrejas no Centro de Maceió, as constantes reformas e a demolições de alguns deles fizeram com que Costa (1981), em seus relatos, indagasse sobre a inexistência desse tipo de construção à época, conforme trecho que segue:

Não há igrejas históricas em Maceió. Quando o povoado emergiu em redor do engenho, havia passado a época da construção dos convênios de franciscanos, beneditos e carmelitas. Depois, com o declínio das ordens religiosas no Brasil, as construções de igrejas suntuosas foram se tornando um tanto difíceis. A catedral, a-pesar-do auxílio do govêrno provincial, levou um decênio para ficar terminada. Assim as demais. A fé, que se exterioriza na prática do culto, parece contentar-se com o que já se fez. (COSTA, 1981, p. 108)

Supõe-se ainda que a manifestação tenha se intensificado devido a uma falta de distanciamento histórico entre o período³ em que os relatos foram feitos e o de construção de algumas dessas igrejas; um conceito que é imprescindível para que determinado objeto venha a se tornar um fato ou um elemento histórico.

Apesar da suposição, os marcos paisagísticos expressivos que existiam à época, também parecem não ter sido reconhecidos por Lúcio Costa, que em visita à Maceió em 1926, desqualifica sua paisagem edificada sob seu olhar moderno, registrando: “Girei pela cidade. Olhei para tudo e nada vi, nada que prendesse a atenção. Nada sobressai do resto. (...) tudo suburbano”.

Provavelmente o arquiteto teria outra impressão do Centro da cidade se o tivesse visitado décadas mais tarde, quando o lugar passou a abrigar os primeiros movimentos de modernização. Aqui, merecem destaque alguns edifícios públicos construídos principalmente entre 1950 a 1964, e que se tornaram fruto de um projeto desenvolvimentista nacional influenciado pelo chamado *movimento moderno*. Tendo seus conceitos assimilados de forma plena pelas elites - que passavam a reivindicar transformações na forma de concepção do espaço da moradia e na cidade - o *projeto moderno* acaba recebendo uma conotação ideológica bastante positiva, já que por vezes era associado à condição de superação do atraso em nossa região e criação de um “Brasil novo”.

³ A primeira edição do livro *Maceió*, de Craveiro Costa, data de 1931, sendo o livro utilizado como referência para esse trabalho a 2ª edição desse exemplar.



Figura 26: Aqui, a foto foi elaborada em uma perspectiva que favorece a percepção da arquitetura robusta e diferenciada que o Edf. Brêda proporcionava.

Fonte: SILVA, 1991, p. 155.

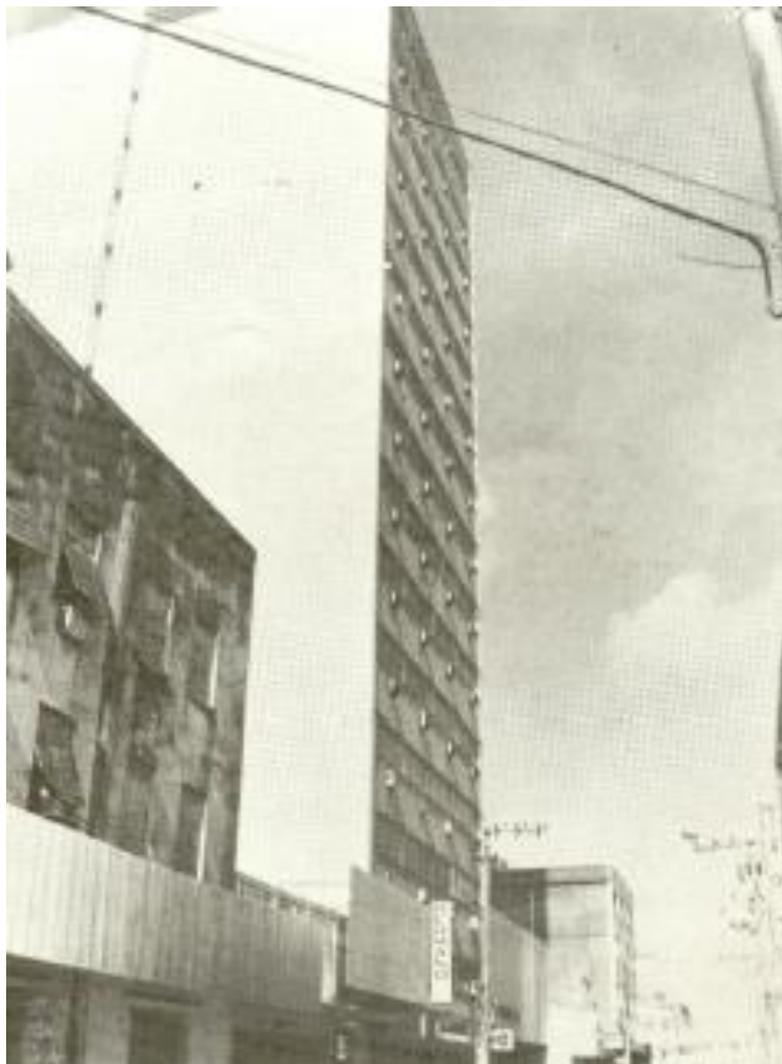


Figura 27: Na foto, a maneira clara com que o Edf. comercial Walmap se destaca em relação ao seu entorno, com e seus quinze andares quase conforme projeto inicial.
Fonte: SILVA, 1991, p. 104.

Assim como em edifícios públicos, que se destacavam por avançarem o limite dos quatro pavimentos, os exemplares modernos em Maceió também se deram nas residências advindas dos bangalôs. O Centro da cidade de Maceió atuou como palco desse movimento, tendo abraçado algumas dessas obras modernistas relevantes. Como exemplo, podemos citar edifícios como o Edifício Brêda, com uma localização que favorece a sua imponência, intensificando a força da sua estrutura; o edifício comercial Walmap, que apesar de não representar fielmente seu projeto inicial, seus quinze andares (dos dezesseis previstos) imprimem sua força, além da antiga Reitoria da Ufal - atual Espaço Cultural Salomão de Barros Lima - com uma fachada no sentido horizontal caracterizado por diversos painéis de materiais

modernos, e seu Restaurante e Residência Universitária Masculina. (DA SILVA, 1991)

Quando se trata de um início de cidade, uma das primeiras referências que se pode reconhecer em Maceió é a geografia. Esta, está presente inclusive no próprio nome da cidade, que tem origem no termo tupi *maçayo* ou *maçaió-k*, que significa “o que tapa o alagadiço”. Esses alagadiços tornaram-se uma referência marcante da cidade por décadas até serem aterrados, já que a cidade ficava sobre uma faixa arenosa, resultado do fechamento do estuário primitivo do Rio Mundaú, criando algo como uma lagoa, e revelando Maceió como “a cidade restinga”, como definiu o professor Ivan Fernandes de Lima (1990). A *Bôca de Maceió* era o alagadiço da capital que ficava mais próximo ao Centro da cidade, numa área cortada pelo Riacho *Maçayó*, atual Riacho Salgadinho e onde hoje se localizam a Praça dos Palmares, Praça Sinibu e a Rua Barão de Anadia.

De uma referência geográfica que deu nome à cidade até a própria referência toponímica que esse nome carrega. Talvez uma referência temporal, já que foi no Centro onde surgiu a primeira capela, onde começaram a se desenhar os primeiros caminhos, onde se construíram os primeiros edifícios mais imponentes da cidade.

Pudemos constatar que a introdução deste trabalho - onde foram apresentados os edifícios protegidos por sua relevância patrimonial - é uma consequência de toda essa “relevância histórica” descrita acima. Na tabela 01, por exemplo, aparecem a Praça Deodoro e o Palácio Floriano Peixoto, edifícios que se apresentaram importantes durante essa etapa da investigação e que hoje foram apresentados como bens tombados a nível estadual pela Secretaria de Estado da Cultura – SECULT.

Essas referências - que foram espacializadas conforme **Anexo X** - tenham elas sido construídas através do advento dos cartões-postais, aceitas a partir da visão da literatura, ou até mesmo as nomeadas por nós - comunicam que em algum momento da história aquela referência possuía uma força e representatividade que fez com que essa importância ultrapassasse os séculos e chegassem até a atualidade.

E hoje? Até que ponto nós conhecemos e nos reconhecemos nessas ruas, praças e edifícios? Será os vemos como elementos marcantes da cidade, mais especificamente de seu Centro?

3. ENTRE LEMBRANÇAS E PASSEIOS: CRIANDO REFERÊNCIAS

Esse capítulo trata de uma imersão realizada no Centro da cidade com o objetivo de averiguar sua condição patrimonial. Através de visitas de campo - que geraram um mapa conceitual e relatórios de visita - o lugar pôde ser interpretado a partir da perspectiva da autora, que estabelece os seus limites, numera suas referências edilícias, desenha as vias nomeando-as e numerando-as da forma que convém, e ainda pontua as associações sensitivas descobertas através dos percursos realizados.

“Habitar é deixar rastros”... As palavras de Walter Benjamim (2006) sugerem muitos aspectos sobre a história e a construção do espaço.

Quando se pensa em cidade, por exemplo, o entendimento consensual é o de que ela é uma prática sócio espacial, ou seja, é nela que se realiza a vida através do corpo, que é a materialidade do indivíduo. Logo, essa cidade torna-se vazia de sentido quando as suas possibilidades de apropriação através do corpo são subtraídas.⁴

Nesse sentido, visando reconhecer o Centro, levou-se em consideração não apenas a cidade como objeto, e sim como uma forma de pensar e de proceder, o resultado de gestos e dos rastros de quem a habita e a percebe.

Enquanto componentes móveis da cidade, não somos apenas seus observadores: juntamente com seus componentes físicos estacionários, nós a constituímos, a vivenciamos, a percebemos. E a percepção que temos dessa cidade é algo tão pessoal que diz mais sobre aquilo que nós somos do que sobre ela mesma. Esse processo de entendimento é uma construção subjetiva, correspondendo às nossas vivências e à nossa relação com aquele espaço.

A ideia de reconhecer esse espaço de uma maneira sensível vem sendo bastante discutida no campo das disciplinas que se ocupam do espaço e dos modos de vida na sociedade contemporânea. Para tal é indispensável a utilização de uma microescala, onde é dada uma atenção especial aos aspectos sensoriais, afetivos, ao ritmo, às características visuais, sonoras, olfativas, táteis e gustativas do espaço (Villanova e Duarte (2013). Essa sensibilidade irá se interpor junto ao espaço edificado, fazendo emergir uma cidade aberta, portadora de muitas e inacabadas possibilidades e significados. Trata-se de uma experiência sensorial e subjetiva que seria difícil de ser compreendida através de fragmentos da cidade.

A maneira com que o corpo e o sensível influenciam na emergência do “lugar” também é uma outra discussão importante, já que a transformação de um “espaço” em “lugar” envolve o desenvolvimento de certa afetividade em relação àquele ambiente. O espaço vai transformando-se em lugar à medida que a relação entre o corpo e esse espaço torna-se mais íntima, cria-se então uma identidade, relações

⁴ CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Habitar é deixar rastros**. Disponível em: <<http://imediata.org/orientatcc/?p=233>>. Acesso: 15 jun. 2016.

são estabelecidas. São o resultado de um processo contínuo de mudança, no qual o ambiente toma novas significações, modificando inclusive o indivíduo que o utiliza.

Incentivar o olhar e o pensar sobre a cidade parece ser o objetivo da inspiradora obra *Cidades Invisíveis*, de Ítalo Calvino. No livro, através de Marco Pólo o autor nos apresenta de forma fascinante às cidades do Império Mongol, nos fazendo refletir sobre a unicidade de suas paisagens, a pluralidade de possibilidades que as envolve e a importância dos próprios habitantes em sua construção, nos levando a enxergar que a riqueza e singularidade que permeia *Pirra, Isidora*, podem ser buscadas em qualquer outra cidade.

Em algumas passagens, ao promover um encontro com um passado, o encantamento do autor nos leva a entender esse passado como algo mais importante que o presente e inspirador para o futuro, como acontece na tentativa de descrever *Zaíra*, em um capítulo intitulado *As cidades e a memória*:

Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas do seu espaço e os acontecimentos do passado. (CALVINO, 2000, p. 7)

É através da memória que as pessoas acessam os acontecimentos do passado. O conhecimento do mundo a partir do corpo pode ser impulsionado pela memória, sendo essa definida como a propriedade de conservar certas informações, permitindo ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passada (LE GOFF, 1994). Uma memória sensível estabelece relação direta e íntima entre as pessoas, entre essas e os edifícios, e até entre essas e a própria cidade.

São essas lembranças e experiências, somadas às sensações imediatas que configuram uma imagem ambiental,

(...) o resultado de um processo bilateral entre o observador e seu ambiente. Este último sugere especificidades e relações, e o observador – com grande capacidade de adaptação e à luz de seus próprios objetivos, seleciona, organiza, confere significado àquilo que vê. A imagem assim desenvolvida limita e enfatiza o que é visto, enquanto a imagem em si é testada, num processo constante de interação, contra a informação perceptiva filtrada. Desse modo, a imagem de uma determinada realidade pode variar significativamente entre observadores diferentes. (LYNCH, 1999, pg 7)

É uma questão de percepção. Sendo assim, a probabilidade de haver consenso entre as imagens formadas por cada pessoa é maior à medida que essas

pessoas pertençam à mesma classe, ao mesmo sexo, compartilhem da mesma cultura, etc.

É comum a rotina criar enquadramentos para enxergarmos tais imagens, mas na maioria das vezes, essa percepção acaba sendo parcial, limitada ou até mesmo confusa. Não conseguimos compreender um lugar na sua totalidade, dada suas infinitas e por vezes complexas possibilidades

Enquanto referências, as imagens exercem uma função similar a de um mapa para orientação do movimento, e por isso, ao longo do tempo, diversas foram as maneiras utilizadas pelos mais diferentes povos para conseguir se situar no espaço. Para organizar essas imagens, pode ser utilizado um sistema de referências abstrato e generalizado, às vezes explícito, ou simplesmente um modo habitual de referir-se aos lugares.⁵

Nesse sentido, Lynch (1999) exemplifica que algumas imagens referenciais podem funcionar como organizadora de atividades, como lugares tradicionais de repouso num caminho para o trabalho; ordenadora de conhecimentos, como os índios curandeiros que conhecem suas florestas tão bem a ponto de compreenderem as propriedades espirituais de cada elemento que a pertence; e podem ainda desempenhar um papel social, já que os ambientes conhecidos por seus nomes acabam gerando lembranças e símbolos comuns que unem grupos e permitem que seus membros se comuniquem entre si.

No contexto da cidade, as referências foram classificadas pelo autor em 5 elementos: as vias, os limites, os bairros e os pontos nodais. As **vias** seriam os

⁵ O povo *chukchee*, da Sibéria, distingue 22 direções cardiais, tridimensionais, relacionadas ao Sol. Sendo elas zênite e o nadir, a meia-noite (norte), o meio-dia (sul) e outras 18 que se definem pela direção do sol em vários momentos do dia e da noite; o sistema usado na planície setentrional da China é regular e profundamente mágico - tendo o Norte equiparado ao negro e ao mal e o Sul ao vermelho, à alegria, à vida e ao Sol – é esse sistema que controla a orientação dos edifícios e objetos religiosos, e até mesmo os camponeses dessa região não indicam a direção por direita e esquerda, mas sim utilizando os pontos cardeais; em certas partes da África, a direção-chave pode ser a direção da região onde se vive, como o exemplo do acampamento onde tribos espontaneamente se agrupam voltadas para o seu respectivo território; n pequena Ilha de Tikopia é um exemplo de sistema associado a um limite específico da paisagem, onde os ilhéus utilizam como referências espaciais expressões como *ilha adentro* e *em direção ao mar*. Um padrão de referência tão forte e específico que dificultaria sua localização em uma extensão de terra pouco maior que aquela; outras vezes, o ambiente parece ser organizado por um ou alguns locais para onde as coisas parecem “apontar”. É o exemplo de Meshed, no Irã, onde o altar central é o foco sagrado que polariza e organiza toda a área ao redor. A histórica cidade de Florença também foi organizada desse modo, tendo inicialmente as referências descritivas e locais feitas através de pontos focais, que podiam ser luzes, casas de famílias importantes, farmácias... Até que esses pontos focais foram associados às ruas em 1785, quando finalmente em 1808 a numeração progressiva foi introduzida às casas e a cidade passou a usar o sistema de referências de vias, sistema esse que é utilizado mundialmente até os dias atuais. (LYNCH, 1999)

canais de circulação por onde as pessoas se locomovem, podendo ser ruas, alamedas, linhas de trânsito, canais ou ferrovias. Os **limites** são “quebras de continuidade lineares”, o limite entre duas fases, podendo ser barreiras mais ou menos penetráveis que separam uma região da outra, ou costuras, linhas que estabelecem comunicação entre duas regiões. Como exemplo de limites temos as praias, margens de rios, cortes de ferrovias, paredes, muros. Parecem mais fortes os limites que não só predominam visualmente, mas tem forma contínua e não podem ser atravessados. Os **bairros** são as regiões médias ou grandes de uma cidade, identificáveis internamente utilizados como referências externas e reconhecíveis por possuírem características em comum. Os **pontos nodais** são lugares estratégicos de uma cidade, focos para os quais ou a partir dos quais o observador se locomove. Também são chamados de núcleo e tem natureza tanto de conexão quanto de concentração, podendo se tratar de uma esquina ou praça fechada. Os **marcos** são outro tipo de referência, mas nesse caso o observador não entra neles, é externo. Trata-se de um objeto físico definido, podendo estar distantes ou dentro da cidade, de forma que simbolizem uma direção constante. Como exemplos, Lynch (1999) cita as torres isoladas, cúpulas douradas e até mesmo o Sol, onde nenhum desses elementos funciona isoladamente, devendo ser modelados junto ao seu contexto.

Nesse sentido, essa etapa do trabalho tem a intenção de descobrir as referências do Centro de Maceió e seus elementos a partir da perspectiva da autora, a partir da experiência de imersão na ambiência a ser estudada. A ideia aqui é perceber as novas significações atribuídas a partir de tênues sensações geradas por essa experiência, impressas em cadernos de campo e revividas em análises posteriores, estabelecendo assim a criação de um diálogo cultural entre o pesquisador, os entrevistados, e o ambiente.

Assim, foram realizadas visitas de campo ao Centro da cidade, e a partir dessas visitas é criado um mapa conceitual. Tal mapa foi criado a partir do seu conceito mais atual, onde esse não deve ser entendido apenas como a tradução daquilo que se vê. Trata-se de uma busca por algo mais complexo do que uma simples relação espacial, como define Harley (1988):

Maps are never value-free images. (...) Both in the selectivity of their content and in their signs and styles of representation, maps are a way of conceiving, articulating and structuring the human world which is biased towards, promoted by, and exerts influence upon particular sets of social relations. (HARLEY, 1988, p. 278)

O mapa em questão - que retrata o lugar a partir da perspectiva da autora - estabelece os seus limites, numera suas referências edilícias, desenha as vias nomeando-as e numerando-as da forma que convém, e pontua as associações sensitivas descobertas através dos percursos realizados. Com base no mapa, ainda foi gerado o **Anexo Y**, que especializa essas referências encontradas durante o passeio.

As visitas realizadas também geraram dois relatórios, que ilustrados por croquis feitos pela autora, documentam a experiência de imersão, a partir das suas próprias referências e associações relacionadas àquilo que foi vivenciado.

RELATÓRIO DE VISITA 01

A primeira visita ao Centro da cidade de Maceió foi realizada em 22 de Dezembro de 2015, com o objetivo principal de explorar e vivenciar esse espaço, e com a pretensão de criação de um mapa conceitual. O Centro a cidade não é um local usualmente frequentado por mim, logo, a ideia era “se perder” nas ruas e nos becos desse lugar até conseguir me localizar a partir da descoberta das minhas próprias referências.

O meu ponto de partida para essa visita foi a Rua do Sol, já que minha mãe, durante 20 anos, teve um consultório no Ed. F. Soares, que está localizado nessa rua. Durante toda a minha infância frequentei o edifício que, para mim, é uma significativa referência de localização. Estacionei o carro próximo a uma igreja nessa rua, que depois descobri ser a Igreja Nossa Senhora do Rosário, de onde avistei um pouco mais a frente o IHGAL, local que já frequentei por mim na época da faculdade para realizar pesquisas históricas. Entrei na rua que está localizada em frente à igreja e segui em direção ao que para mim é o verdadeiro Centro da cidade.

Minha estratégia para explorar o Centro foi virar a esquerda no calçadão, já que tinha a sensação que era por ali que ficava o suntuoso Ed. Brêda, e a partir daí seguir minha intuição.

Com relação às ruas, nomeei aquelas paralelas à Rua do Sol e a partir dali como Rua 01, Rua 02, Rua 03, Rua 04 e Rua 05, sendo essa última a rua onde está localizado o Teatro Deodoro. Com relação às ruas perpendiculares à Rua do Sol, me referi primeiramente à rua onde está localizada a Catedral como Rua da Catedral, em seguida vieram as Ruas 06, 07 e 08, a Rua das Árvores, me referi à rua onde está localizado o Palácio do Governo como Rua do Palácio e à rua onde está localizada a Secretaria da Fazenda como Rua da SEFAZ.

As ruas do calçadão são bem largas. Nelas, muitas lojas, muita poluição visual, música, vendedores anunciando pelo microfone, poluição sonora. Logo, encontrei o antigo Bar do Chopp, do qual me recordo apenas por servir como ponto de referência para minha mãe quando queria me explicar onde ficava a loja Dammyller. “Fica quase em frente ao Bar do Chopp”, dizia ela em vão. “Porque será que o Centro da Cidade é tão quente?”, refletia enquanto caminhava. Agora, a sensação que o Ed. Brêda estava logo ali agora era ainda mais forte, então olhei

para o alto para ver se conseguiria avistá-lo. Nada. Entrei na rua de uma igreja em frente ao bar, e ele estava logo ali. Não tão alto quanto eu imaginava. “As pessoas se suicidavam mesmo ai de cima?” Era só o que eu conseguia pensar.

Segui por uma das ruas da fachada do Ed. Brêda. Tinha certeza que mais ou menos por ali estava o Ed. Palmares, em frente à Praça Palmares. Atravesso uma rua sinuosa, olho pra cima e já consigo vê-lo. Para mim, esse edifício é uma referência no Centro da Cidade, pois nele funcionava a sede do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – onde eu tive o prazer de estagiar pelo período de um ano. O prédio está abandonado, depredado. Dele sobraram apenas os pilares e as lages: uma tristeza. Voltei ao Bar do Chopp.

Entreí na rua do bar e segui voltando por um calçadão paralelo ao primeiro (Rua 02). Sabia que seguindo ali encontraria o Palácio do Governo, que fica próximo ao local de trabalho da minha mãe, a Secretaria da Fazenda. “Será que é perigoso andar com bolsa por aqui?”, era só o que eu conseguia pensar enquanto observava algumas mulheres que caminhavam abraçando suas bolsas de forma desconfiada.

Durante esse trajeto, uma surpresa: a Rua das Árvores! Não sabia exatamente onde estava localizada essa rua no contexto do Centro da cidade, mas não foi difícil conseguir identificá-la. A rua, bem diferente da ideia que o nome carrega, é caótica. A calçada pequena faz com que as pessoas caminhem por entre os carros, que por sua vez disputam espaço com os ambulantes e com as próprias árvores. O cheiro desse lugar é bem característico: um cheiro desagradável que se mistura com o cheiro das frutas e dos vegetais que são ofertadas por ali. Passei uns instantes observando o caos. “Pra onde será que todas essas pessoas estão indo?”. Segui pro Palácio.



Figura 28: Croqui da Rua das Árvores.
Fonte: A autora, 2016.

O Palácio é belo. Os edifícios antigos, quando bem conservados, geram um sentimento de nostalgia bem característico. É como se a gente estivesse sendo transportado para outra época! Simplesmente fantástico! A última lembrança que tenho desse edifício é de uma aula do mestrado que a Prof.^a Josemary Ferrare resolveu transformar em visita ao seu espaço interno, à época já transformado em museu. Imediatamente me veio à cabeça como foi maravilhosa a sensação de andar naquele elevador do século passado.

Ao chegar ao prédio virei à esquerda, e fui caminhando sentido Mercado. O movimento já não é o mesmo do calçadão. Aqui as calçadas me parecem mais estreitas, em tempo que os edifícios já não possuem tanta informação. Atravesso uma rua, enquanto desenho o mapa. Um senhor me pergunta: “A senhora tá perdida? Precisando de ajuda?” Não, obrigada. Na verdade a ideia é essa mesmo. Olho pra frente e vejo um grande movimento, muita gente na rua, ruas estreitas, ambulantes. Acho que deve ser o Mercado. “Mercado já não é mais Centro, é?” Mais seguro virar à esquerda.

Vou caminhando, essa rua aqui (Rua 05) com certeza faz parte do Centro. Tenho a impressão que nunca passei por esse lugar em minha vida. Uns edifícios grandes, talvez repartições públicas. Até que mais à frente me deparo com uma praça enorme, muito familiar. A estátua no seu centro apenas confirma minha surpresa: Praça Deodoro. Logo, meu olhar corre à procura do Teatro Deodoro, para mim, uma referência arquitetônica marcante do Centro da cidade, até que o encontro. “Mais bonito ainda quando visto sob a luz do dia”, é só o que eu consigo pensar. Sempre venho ao Teatro pela noite, e por isso nunca tive a oportunidade de passear pela Praça Deodoro. Depois dessa sensação maravilhosa de “me encontrar”, resolvo desfrutar desse passeio.



Figura 29: Croqui da Praça Deodoro com Teatro ao fundo.
Fonte: A autora, 2016.

Agora, pela praça, volto ao calçadão (Rua 06). “Por aqui acho que eu ainda não passei”. Vou seguindo devagar com o olhar apenas no papel e na caneta que desenha o mapa. “Ei, moça! Cuidado com o buraco!”, um senhor diz. Olho para o chão e me deparo com um bueiro sem tampa. “Essa foi por pouco”, eu pensei. Após alguns minutos de caminhada, para minha surpresa, me deparo novamente com o Bar do Chopp. Agora consigo entender por que minha mãe utilizava o Bar do Chopp como referência: ele está em todo lugar.

Novamente no Bar do Chopp, chega ao fim a minha primeira visita ao Centro da Cidade. Senti-me satisfeita por ter conseguido alcançar o meu objetivo principal:

conseguir me localizar através das minhas próprias referências, que foram sendo descobertas ao longo do percurso, a partir da associação direta das minhas lembranças relacionados ao Centro com os espaços e edifícios encontrados ali. Sentir-me situada só foi possível a medida em que essas associações eram feitas, e o “perder-se”, que foi a intenção de percurso utilizada para locomover-se naquele espaço, perdia sentido a medida que a minha intuição me levava ao encontro dessas minhas lembranças. Além disso, é claro, um outro fruto da visita foi a criação do mapa conceitual, que sintetiza e espacializa as minhas referências e toda essa experiência.

RELATÓRIO DE VISITA 02

A segunda visita ao Centro da cidade foi realizada no dia 28 de Janeiro de 2016, e teve início também na Rua do Sol. Parti da Catedral Metropolitana, e dessa vez resolvi que o percurso seria tentar percorrer as ruas pelas quais ainda não havia caminhado na primeira visita.

Para tal, resolvi entrar no calçadão em uma rua diferente da que entrei na primeira visita, seguindo pela Rua Prof. Domingos Moeda, uma rua “bagunçada”, com carros estacionados na calçada, e pedestres caminhando em seu leito. O barulho e a poluição visual nas paredes e fachadas anunciavam: bem-vinda ao centro da cidade.

Virei à direita seguindo pelo calçadão, até que avistei um prédio de esquina que me chamou atenção. Apesar da sua fachada visualmente poluída, meus olhos atentos ainda conseguiram enxergar a beleza escondida por trás dos cartazes da “Aby’s”. Belo e imponente, na cor laranja com detalhes em branco... “Mas qual deveria ser sua cor original?” Passei um tempo ali, refletindo sobre a história que aquelas paredes espessas carregam. Na fachada, o primeiro pavimento do edifício era marcado por várias portas que abriam para pequenas sacadas, sendo a sacada da esquina a mais imponente delas. “Inúmeras camadas de tinta”, conclui. Na sua frente, um outro edifício vistoso: branco com detalhes em vermelho, com dois pavimentos. Percebo que as esquadrias do primeiro pavimento ainda parecem ser as originais, apesar da intervenção realizada nas suas bandeiras para instalação das caixas ar-condicionado. Belíssimo! Nessa esquina, virei à esquerda na Rua 07, e segui caminhando.

Passei a reparar mais nos prédios por trás das placas que anunciavam as lojas. Todos prédios antigos, de um ou mais pavimentos. Verdadeiras relíquias escondidas por trás de letreiros, placas, faixas. “Em que momento da história nós resolvemos escondê-los?”, me perguntei. Logo avistei um Subway. Nunca imaginei que haveria uma lanchonete dessas por aqui. Nada mais contemporâneo do que um fastfood em um edifício do século passado! Do outro lado da rua um edifício me chamou atenção: cinco andares, todo em pastilhas escuras, esquadrias em alumínio, vidro fumê. Os exaustores de ar-condicionado de alguma maneira atuam como componentes de fachada, assim como os incontáveis banners, que acabavam

por esconder os primeiros pavimentos desse edifício. Esse deve ser o edifício mais jovem da rua, mas afirmar isso diante de tantas fachadas camufladas seria muita pretensão.

Atravessei a rua, ainda empenhada em descobrir os edifícios camuflados por entre toda aquela poluição visual. Imaginando que talvez por isso todas essas pessoas que caminham por aqui todos os dias não consigam reconhecer a importância histórica e indelével que esses edifícios possuem. “Edifício? Que edifício? Não estou vendo nada.” Imaginei um diálogo.

A próxima perpendicular é uma rua de carros (Rua 05), então viro à esquerda. Calçada pequena, postes incrustados em seu meio. “É, realmente eles não queriam que as pessoas caminhassem por aqui”, pensei. Reconheço novamente aquele lugar. A Praça Deodoro aparece aconchegante.

Aqui parece ser o espaço perfeito para “ver o tempo passar”. Inclusive, a noção de tempo no Centro também é absolutamente relativa. Os ambientes agradáveis, como esse, fazem com que o tempo passe de maneira suave: um espaço aberto, bem arborizado, clima agradável. Diferente de caminhar no calçadão com piso em granilite e no sol quente, por exemplo.

Também reflito sobre como as noções de espaço se confundem à medida em que nos deslocamos. Dependendo de onde estamos, crescemos ou nos apequenamos de forma relevante. Ao caminhar pelos becos, ruelas e calçadas estreitas, senti como se aquele local não houvesse sido concebido para os passantes, dada a sua escala sem a proporção adequada. Já ao observar os edifícios suntuosos, ou ao frequentar uma praça de tamanho considerável, como é o caso desta na qual me encontro agora, o me sinto pequena. É como se precisasse crescer um pouco para conseguir perceber todos os detalhes da estátua que aqui se encontra, por exemplo. Não consigo explicar, mas me sinto à vontade nesse lugar! Viro à esquerda novamente.

Vou beirando a praça, e prestando atenção nos prédios que se encontram do outro lado dela. Um prédio moderno, com fachada em mármore e vidros espelhados, me chama atenção. Vizinho a esse e em contraste com ele, um belo edifício antigo se impõe na esquina. Nas cores branco e areia, bem conservado, marcado por duas grandes colunas na sua entrada e fachada principal. “Não sei se esse encontro é harmônico, mas em algum aspecto eles conversam entre si. Talvez as alturas dos

edifícios coincidentes.”, penso ao observá-los lado a lado. As bandeiras em mastros não negam: é o Tribunal de Justiça de Alagoas. Sigo adiante e atravesso a rua, virando à esquerda e em seguida à direita na Rua 06.

Na próxima rua (Rua 03), viro à esquerda. “Acredito que por aqui ainda não tenha caminhado. Na verdade, não faço a mínima ideia de onde estou indo, mas agora já consigo me sentir bem mais à vontade passeando sem rumo”, respiro aliviada. As características se repetem: muita poluição visual e sonora. Chama-me atenção ainda algumas tentativas de deixar o espaço acessível através do uso inadequado de pisos táteis de alerta e direcional, além de rampas com a inclinação visivelmente inadequada. Em alguns locais o piso em granilite apresenta rachaduras e até depressões, que impedem a continuidade do percurso.

Faço a volta, viro à direita, voltando à rua por onde havia passado no caminho de ida (Rua 06). Em certo momento a rua torna-se estreita e está em obras. O barulho impede que eu consiga me concentrar em qualquer outra coisa. Viro à direita novamente.

Logo do início da rua (Rua 01) consigo avistar ao fundo a torre com o sino da Igreja da Nossa Senhora do Livramento, e sua cruz ao topo. Apesar de belo, o edifício parece bastante descuidado, com alguma vegetação crescendo por entre suas ranhuras. Por trás da torre, enxergo ainda o Edifício Brêda. “Que belo skyline visto a partir de uma rua qualquer do Centro da cidade”! Continuo a caminhada.

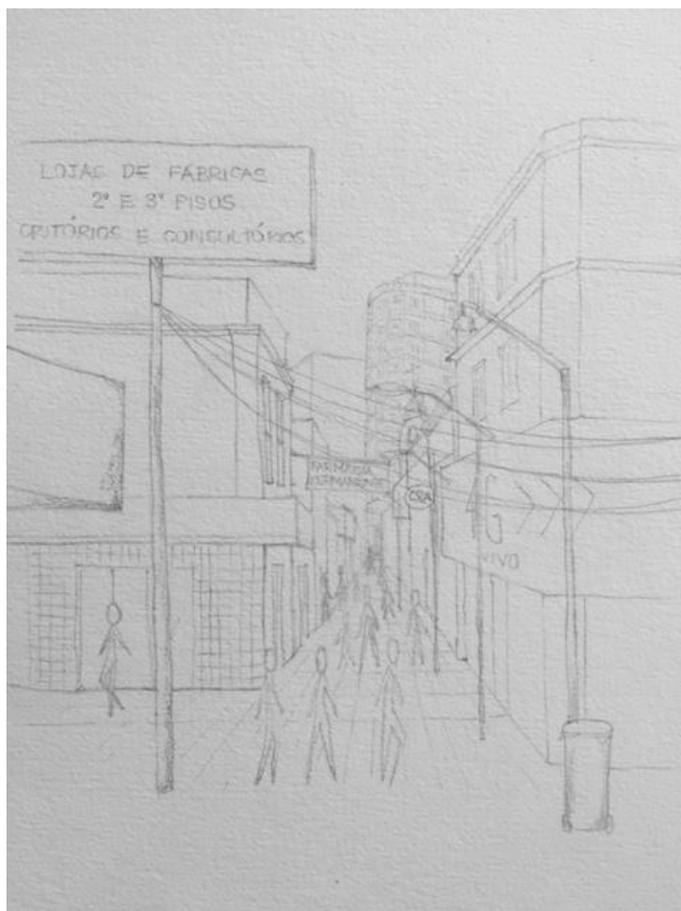


Figura 30: Croqui da Rua 01 com Edifício Brêda e torre da Igreja Nossa Senhora do Livramento ao fundo.
Fonte: A autora, 2016.



Figura 31: Croqui das farmácias localizadas na Rua do Comércio.
Fonte: A autora, 2016.

Logo adiante avisto alguns edifícios que me chamam atenção. São farmácias, dispostas uma ao lado da outra em belíssimos edifícios, que só conseguem avistados quando olhamos além dos letreiros. Abaixo deles, a maioria das paredes foi revestida com cerâmica, uma intervenção agressiva, que descaracteriza completamente o edifício. Percebo que as reformas são feitas apenas no pavimento térreo com o propósito de atender aos apelos do comércio. “Não entendo como as pessoas são capazes de escondem esses edifícios, parece que não reconhecem seu valor”, penso. Sigo adiante.

Mais à frente viro à esquerda, avistando a praça que está logo em frente à Igreja da Catedral. Lembro outra vez da matéria que paguei com a Prof. Josemary Ferrare, onde fui àquela praça com o objetivo de perguntar aos passantes se eles achavam que aquela praça tinha sofrido muitas modificações com o decorrer do tempo. A resposta era unânime, e podia ser completamente compreendida ao se observar uma fotografia daquela mesma praça algumas décadas atrás. Hoje, ela foi praticamente inteira transformada em um estacionamento, e passa quase que despercebida. Ao seu redor, edifícios imponentes.

Além da Catedral, um belo edifício onde hoje funciona a Secretaria de Patrimônio da União, o qual eu tive oportunidade de visitar algumas vezes pelo trabalho. Maravilhoso, além de estar em bom estado, apesar das interferências sofridas para adequação funcional. O edifício em frente à fonte da praça também me parece incrível! A praça está, na verdade, rodeada de belos edifícios de época, dessa vez sem a poluição visual encontrada naqueles do comércio. “Assim fica bem mais fácil percebê-los e apreciá-los”, reflito um pouco aliviada por finalmente conseguir perceber o edifício na sua totalidade.

E assim, chegando ao ponto de partida, finalizo a minha segunda visita ao Centro da cidade. Entendo que essa segunda visita, assim como a primeira, foi de grande importância para continuação de construção do meu mapa conceitual do Centro da cidade. Ambas me permitiram compreender de maneira evolutiva esse espaço, além da chance de descobri-lo e apreendê-lo de maneira cada vez mais confortável.

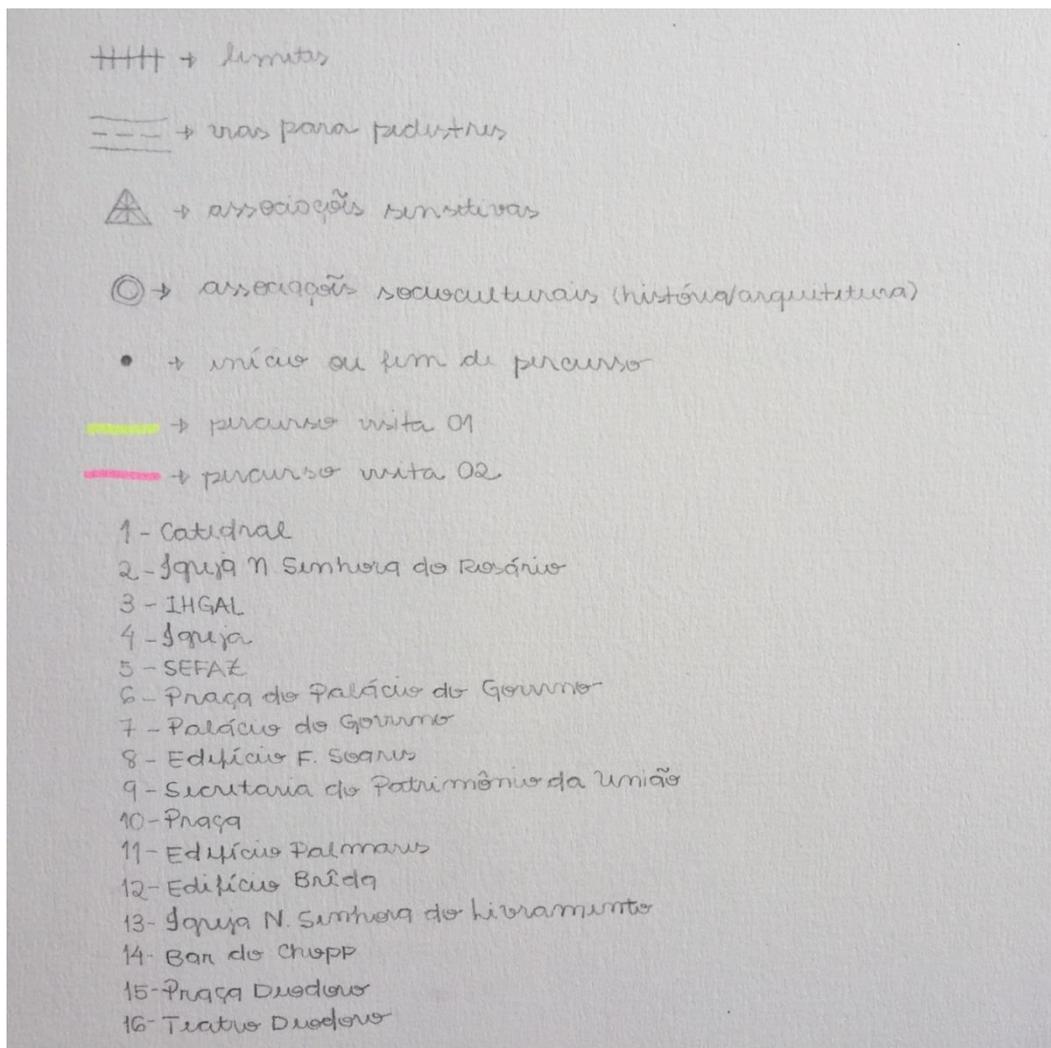


Figura 33: Legenda do mapa conceitual do Centro da Cidade.
Fonte: A autora, 2016.

Aqui, os 5 elementos de classificação da cidade de Kevin Lynch foram utilizados e auxiliaram na elaboração do mapa. Além do estabelecimento dos limites, delimitando o bairro, e das vias, as 16 referências edilícias encontradas foram consideradas marcos, já que a autora fez uso deles para se orientar, atuando como ponto de referência no contexto do lugar. Assim também foram consideradas a Rua do Sol e a Rua das Árvores. Nesse sentido, a Rua do Sol também foi considerada pela autora o ponto nodal do Centro da Cidade.

Através dessa experiência sensível, pôde-se formar uma imagem pessoal do ambiente, como produto tanto das sensações imediatas vividas como também das lembranças e experiências passadas. São sensações que por diversas vezes estiveram associadas ao sentimento de nostalgia, o que reflete que de alguma

maneira parte do centro histórico que um dia existiu ainda permanece, e pode até gerar sensações, mesmo que a partir de uma leitura recompositiva de época.

Caminhar pelo Centro da cidade foi uma experiência única para autora, já que essa se sentia completamente alheia a tal região da cidade. Talvez por nunca ter tido, ou ter se dado, a oportunidade de conhecer e desbravar aquele espaço. E foi o “passear sem saber ao certo o que se procura” que tornou essa vivência uma verdadeira descoberta, dada a surpreendente riqueza de tudo aquilo que se pôde encontrar, e os quase indescritíveis sentimentos que se pôde despertar.

Para se locomover por entre as ruas do Centro, várias foram as referências utilizadas pela autora. Algumas mais pessoais, que através da sua memória trouxeram à tona um misto de sentimentos atrelados a lugares como a Rua do Sol, onde sua mãe manteve um consultório por muito tempo ou o Edf. Palmares, onde ela estagiou por um curto período. Algumas outras já eram referências mais marcantes no contexto do Centro, e por isso já conhecidas pela autora, mas que não conseguiriam ser objetivamente localizadas, e por isso tais referências precisavam ser buscadas, encontradas e situadas. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o Edf. Brêda, que por sua arquitetura diferenciada conseguiu ser facilmente reconhecido, ou com o Teatro Deodoro e sua Praça, que por possuir a característica estátua de Marechal Deodoro da Fonseca em seu centro também não apresentou nenhuma dificuldade em ser identificada. Algumas outras referências foram criadas pela própria autora para auxiliar o seu trajeto, foi o que aconteceu com a nomeação de certas ruas, onde essas foram espacialmente situadas e nomeadas a partir de uma ordem estabelecida conforme sua localização no mapa criado, configurando assim, as já mencionadas Rua 01, Rua 02 e de forma sucessiva... E outras ruas foram nomeadas a partir de referências já reconhecidas pela autora, como foi o caso da Rua da SEFAZ e da Rua do Palácio.

Os relatórios apresentados comunicam que o olhar do observador deve abraçar a subjetividade e a sensibilidade, com menções à observação de comportamento e às ações e dinâmicas que acontecem no local estudado. Aprender a olhar, a ler e a escutar os ambientes significa a possibilidade de um diálogo cultural rico, onde é levada em consideração não apenas a relação entre o pesquisador e o ambiente, como também a relação entre o observador e os seus próprios sentimentos.

Um diálogo é iniciado pela pesquisadora ao ver e registrar a sua própria vivência em campo e que tem como objetivo auxiliar na captação das estratégias espaciais criadas pelas outras pessoas que experienciam os lugares à sua maneira, desenvolvem suas sociabilidades, constroem suas coerências e dão seu próprio significado ao espaço.

A relação desenvolvida entre a autora e o Centro, que antes parecia algo distante da sua realidade no contexto da cidade, teve como produto a criação de uma imagem do lugar, associada às inúmeras sensações imediatas descritas, assim como aquelas associadas a experiências passadas. Elas são o resultado e um processo entre o observador e seu ambiente, e ao dar especial atenção às especificidades relacionadas à percepção do observador em tal processo, a curiosidade parece querer apontar para um próximo passo: indagar sobre a relação que os frequentadores do bairro têm com sua paisagem edificada.

Pôde-se ainda observar que boa parte das referências reconhecidas pela autora no bairro do Centro foram aquelas já elencadas no primeiro capítulo desse trabalho, como a Praça Deodoro, a Catedral, o Palácio dos Martírios, e a Rua das Árvores, ou Rua Augusta. Sendo assim, seriam essas as referências de senso comum no contexto do Centro de Maceió?

4. NO RASTRO DOS PASSANTES

O reconhecimento do Centro por parte daqueles que o frequentam se traduz através de depoimentos sobre as suas impressões do lugar.

Com o objetivo de identificar esse reconhecimento, associado à condição patrimonial do Centro, nessa etapa do trabalho, a autora se posiciona em um determinado local no Centro da cidade, e faz algumas perguntas - elaboradas a partir das referências encontradas nos capítulos anteriores - aos passantes.

Falar em referências é dirigir o olhar para as representações que configuram uma “identidade” da região para os seus habitantes, não constituindo, portanto, em objetos considerados em si mesmo intrinsecamente valiosos. Assim, a intenção nessa etapa é de verificar a recorrência dessas referências descobertas até então, a possível relação dessas com os bens oficialmente reconhecidos como patrimônio edificado, e ainda com os outros identificados no decorrer dos capítulos, além da possibilidade de descoberta de outras referências ainda não identificadas.

Nessa etapa da experiência, a autora se posiciona em um determinado local no Centro da cidade, conforme **Anexo Z**, e faz algumas perguntas aos passantes.⁶ O local foi escolhido por estar equidistante com relação aos pontos de interesse (referências edificadas) utilizados nas entrevistas.

As referências edificadas utilizadas para elaboração das perguntas foram tanto aquelas encontradas na literatura e a partir de outras análises feitas durante a primeira etapa desse trabalho, assim como também algumas outras consideradas referências a partir da experiência vivenciada pela autora no capítulo anterior.

No que se refere ao conteúdo da entrevista, primeiramente a autora pergunta ao entrevistado com o ar de curiosidade:

- A senhora saberia me informar onde fica a Praça D. Pedro II, aqui no Centro?

A Praça que é, na verdade, o núcleo fundamental de formação da cidade de Maceió. Se a resposta for negativa, a pesquisadora prossegue:

- E a Assembleia Legislativa, a senhora sabe onde fica?

A pergunta se justifica pelo fato da Praça “servir” a Assembleia, estando localizada exatamente à sua frente. Inclusive parte da área que pertencia à Praça funciona hoje como estacionamento da Assembleia Legislativa do Estado.

Se para alguma das duas perguntas a entrevistada responder que sim, deve-se perguntar então como se faz para chegar até o local. Dessa forma, descobriremos quais as referências que as pessoas utilizam para se localizar e na tentativa de localizar os outros.

A seguir, deve-se prosseguir perguntando:

- A Rua Augusta, a senhora sabe onde fica?

⁶ A princípio, a ideia seria entrevistar 20 (vinte) passantes, mas ao decorrer das entrevistas, percebeu-se que talvez o número não fosse suficiente para apreender algo sobre a ideia que eles têm desse local, e por isso foi estabelecido esse número cresceria de 20 (vinte), para 30 (trinta) entrevistados.

Uma das primeiras ruas da cidade de Maceió, até hoje seu nome de batismo é utilizado, estando ele, inclusive, nas placas de orientação do Centro da Cidade. Mas, atualmente, as pessoas se habituaram a referir-se a essa rua como Rua das Árvores, por motivos associativos que o próprio nome explica.

Logo, sendo a resposta à pergunta negativa, a pesquisadora prossegue:

- E a Rua das Árvores?

Com uma resposta afirmativa, pergunta-se novamente como se faz para chegar até o local.

Depois, a pesquisadora descreve o Edf. Brêda citando alguns dos seus aspectos históricos, porém sem mencioná-lo, com o objetivo de fazer o passante descobrir a qual edifício o pesquisador está se referindo. Assim sendo feita a interlocução:

- Existe um prédio aqui no Centro, construído em 1958, que foi um marco na história da cidade, porque foi o primeiro edifício de grande porte construído aqui. A senhora sabe que edifício é esse?

Sendo a resposta positiva, a pesquisadora pergunta novamente como faz pra chegar até o local.

Em seguida são apresentadas algumas imagens, antigas e atuais, de alguns locais no Centro da cidade, e ao entrevistado é perguntado se reconhece aqueles locais. Primeiro é apresentada a imagem antiga da Praça dos Martírios, caso não seja possível a identificação, é então apresentada a atual. Em seguida o mesmo procedimento com relação a um trecho da Rua do Comércio e da Praça e Teatro Deodoro.



Figura 34: Praça e Teatro Deodoro antiga.
Fonte: CAMPELLO, 2011, pg. 173.
Circulação: fev.a abr. 1907. Fotógrafo: Antenor Pitanga.



Figura 35: Praça e Teatro Deodoro atual
Fonte: A autora, 2016



Figura 36: Trecho da Rua do Comércio antiga.
Fonte: CAMPELLO, 2011, pg. 173.
Circulação: fev. a abr. de 1932. Fotógrafo: Antenor Pitanga.



Figura 37: Trecho da Rua do Comércio atual.
Fonte: A autora, 2016.



Figura 38: Praça e Palácio dos Martírios antiga.
Fonte: CAMPELLO, 2011, pg. 93.
Circulação: jun. 1910 a dez. 1911. Fotógrafo: anônimo.

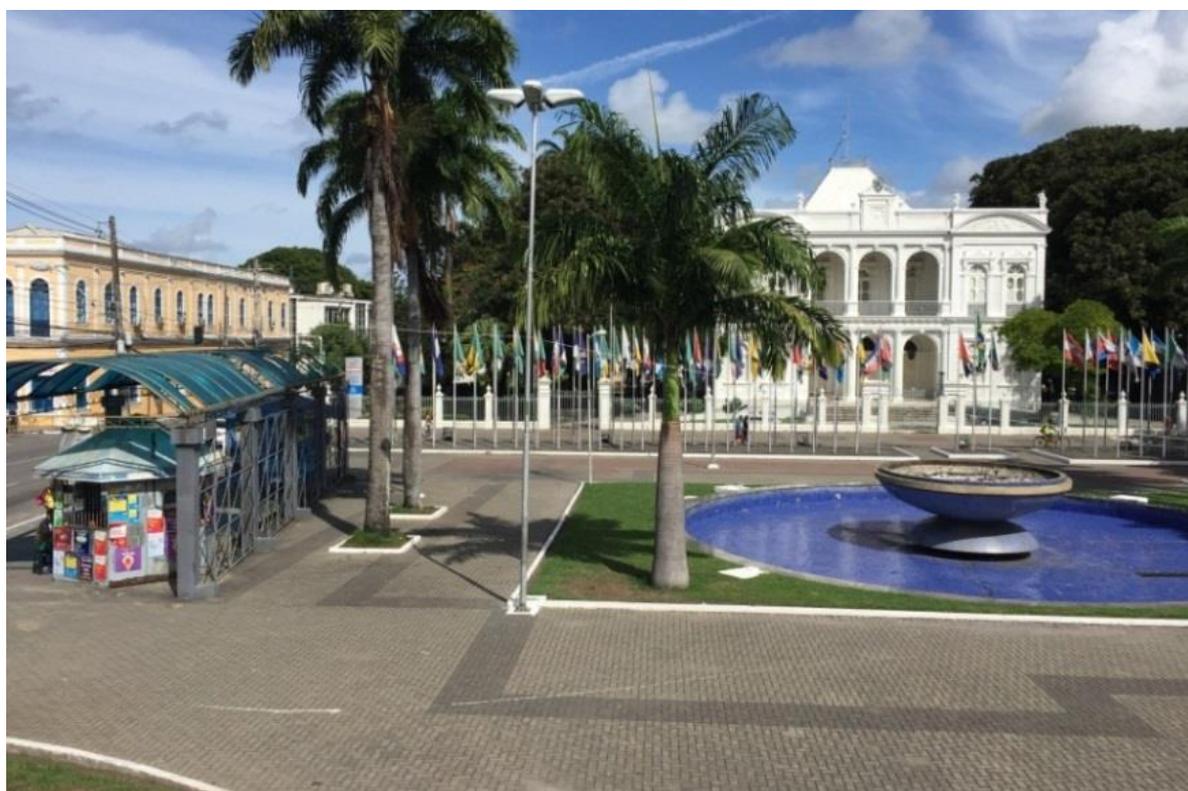


Figura 39: Praça e Palácio dos Martírios atual.
Fonte: A autora, 2016.

Por fim, é perguntado ao passante qual o local do Centro que ele mais gosta. Essa pergunta tem como finalidade descobrir se existe alguma referência afetiva entre as pessoas e o lugar, se de fato ele reconhece aquele espaço como um lugar, se existe uma relação afetiva ou até se existe uma referência afetiva.

4.1 As entrevistas

(Maria, 46 anos) A senhora se encontrava parada em frente a uma loja, provavelmente à espera de alguém, até que é abordada e perguntada sobre a localização da Praça D. Pedro II, ali no Centro. Até que balança a cabeça de forma negativa após alguns segundos silenciosos.

- E a Assembleia Legislativa, a senhora sabe onde fica?

- Não, assim... É que eu não ando muito no Centro, né? – responde ela, um tanto quanto envergonhada – Mas eu sei que fica por aqui, só não sei qual a rua exata...

- Mas se eu pedisse pra senhora me explicar como eu faço pra chegar lá, será que a senhora saberia?

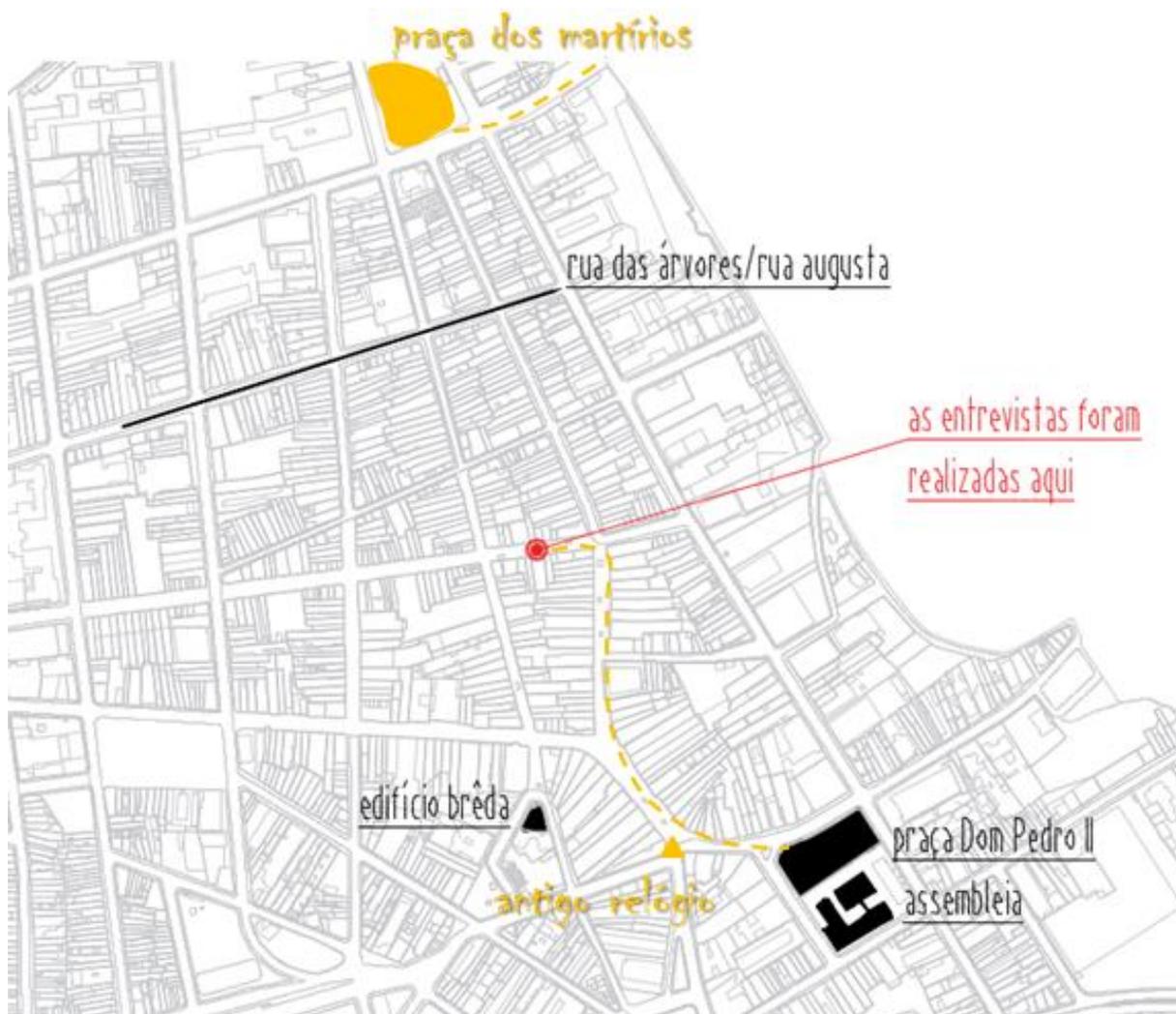
- Você pega aqui a Rua do Comércio, final da rua... No antigo relógio você vai pra esquerda! Eu acho que é aquela praça. Mas, assim... Eu acho! Não tenho certeza.

Sobre o Edifício Brêda, novamente ela balança a cabeça de forma negativa, demonstrando não fazer ideia do edifício ao qual a autora se refere.

Em seguida é perguntada sobre a Rua Augusta, mas responde que somente ouviu falar.

- E a Rua das Árvores? Sabe como faço pra chegar lá?

- Ah, se você me falar Rua das Árvores eu sei! – responde de forma segura. – Fica ali próximo à CASAL, próximo à Praça dos Martírios, descendo ali a Ladeira dos Martírios, é em frente à Praça.



As imagens então lhe são apresentadas. Praça Deodoro e seu Teatro, imagem antiga, imagem atual: nada. Rua do Comércio, imagem antiga, imagem atual: nada. Até que lhe é apresentada a imagem antiga da Praça dos Martírios.

- Essa aqui não é a Praça dos Martírios? – diz ela com ar de satisfação. – Ah, agora com essa mais nova é bem mais fácil. – reage ao ver a imagem mais atual.

Novamente a autora mostra a imagem do Teatro Deodoro, e ela diz:

- Isso é aqui mesmo? Não é em Marechal Deodoro? – pergunta provavelmente ao ler o nome que se encontra na estátua no centro da praça.

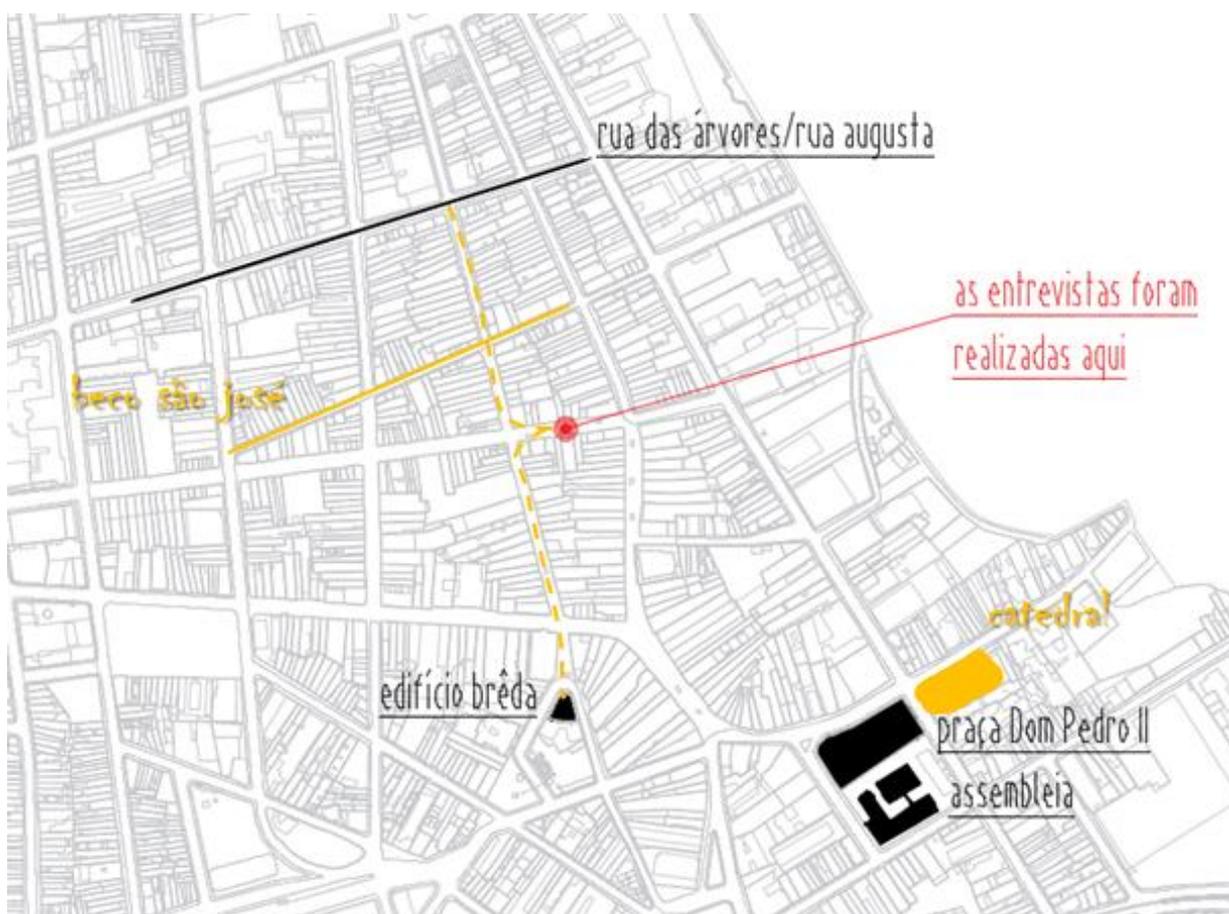
- É aqui sim, essa é a Praça Deodoro e o Teatro ao fundo.

- Ah, sim. É que não ando muito por ali, meu amor. Você me desculpe! – responde de forma doce.

Ela então é perguntada sobre qual o lugar do Centro que ela mais gosta e o porquê. Responde prontamente:

- Ah, acho que a Praça Deodoro, né? Eu acho assim, que... O centro, ele tem histórias muito bonitas que não podem se apagar assim, né? E a praça, ela tá se acabando... Era um ponto pra você sentar, pra você conversar... E você não tem nem como sentar, é muita gente humilde, pedindo... Então do jeito que tá hoje em dia você não senta numa praça... Ela precisa de uma melhora, pra gente se sentir mais segura.

(Ane, 48 anos) Paciente e com uma voz doce, ela compartilha seus conhecimentos relacionados ao Centro, localizando a Praça D. Pedro II, que segundo ela se encontra em frente à Catedral; o Edf. Brêda, onde se é possível chegar a partir da [Rua Boa Vista](#), e a Rua Augusta ou Rua das Árvores, como ela mesma explica, onde se é possível chegar também a partir da [Rua Boa Vista](#), passando o [Beco São José](#).



As imagens então lhe são apresentadas, e ela reconhece inclusive as antigas. Mas ao ser apresentada à imagem antiga da Praça dos Martírios, se confunde e imagina que se trata da Estação Ferroviária de Maceió.

- Não reconheci. Eu achei que era a Estação porque eu andava muito por lá, vinha de trem, né? Na época que eu estudava eu vinha muito de trem. – diz ao perceber que o edifício em questão é o Palácio do Governo.

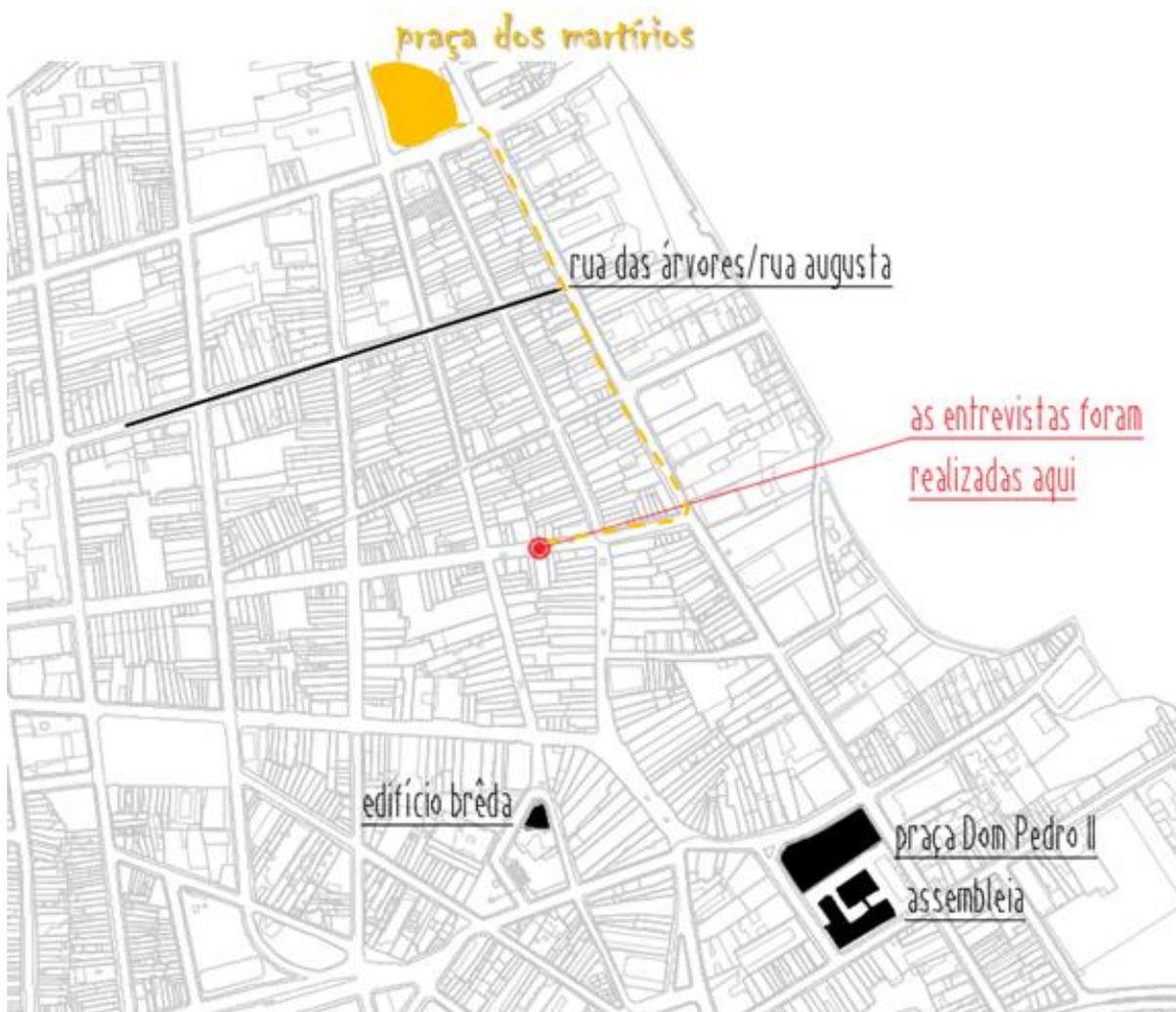
Ao ser perguntada sobre o lugar que mais gosta no Centro, ela responde:

- Que eu goste, não tem não. Mas que eu acho bonito, a Praça e o Teatro Deodoro, mas ali é muito maltrato.

(Domira, 33 anos) Ela não conhece a Praça D. Pedro II, e no que se refere à Assembleia, explica como é possível se chegar até lá:

- Seguindo por “essa rua aqui” – apontando para a Rua do Comércio, a qual ela justificou não saber o nome por ser do interior – até chegar em uma praça, e aí eu acho que é lá – disse explicando o caminho que leva até a Praça dos Martírios.

Ao ser perguntada sobre a Rua Augusta, ela também afirmou não conhecê-la, mas na sequência explicou que a Rua das Árvores ficava “aqui por trás”, em uma rua paralela à que ela se encontrava. Também não reconheceu o Edf. Brêda.



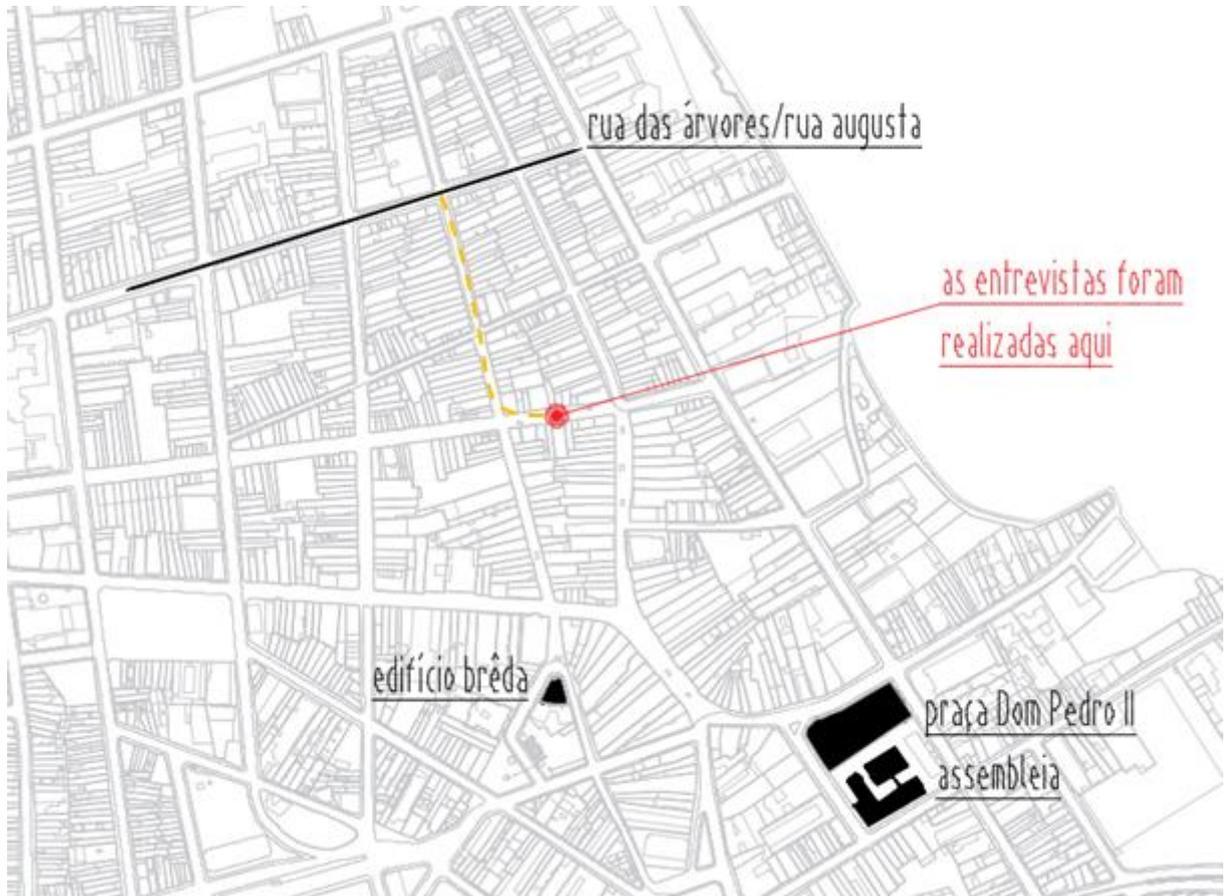
Ela achou que a Praça Deodoro fosse a Praça dos Palmares, depois sugeriu que fosse a dos Martírios e em seguida apontou pra rua a qual a imagem se referia, afirmando “é essa rua aqui”, mas sem mencionar seu nome. E ao ver a imagem da Praça dos Martírios ela afirmou que sabia que praça era aquela, mas que não sabe como ela se chama. Em seguida concluiu dizendo que geralmente ia ao Centro para resolver alguma coisa, ou fazer compras, e por isso não havia um lugar que ela gostasse mais por ali.

(Petrúcia, 64 anos) Ela também não reconheceu a Praça D. Pedro II e nem Assembleia Legislativa. E logo interrompeu:

- Esses negócios de rua, praça, eu não sei não. Eu sei se você me perguntar onde fica a Loja Imperador, eu sei. Mas rua assim, eu não sei não.

De fato, já que também afirmou não conhecer a Rua Augusta, e logo interrompeu novamente:

- A única que eu sei é a Rua das Árvores e a **Rua do Sol** – disse de maneira um tanto quanto ríspida. Explicando em seguida que para se chegar até a Rua das Árvores era só “descer aqui e depois virar ali”.



A senhora achou que a descrição do Edf. Brêda estivesse se referindo ao **prédio do INSS**, e ao ser apresentada as imagens, reconheceu a Praça Deodoro e seu Teatro ainda pela imagem antiga, mas não reconheceu o trecho da Rua do Comércio. Já a Praça dos Martírios foi facilmente identificada, ainda pela imagem antiga. A senhora ainda não soube eleger o local que mais gostava no Centro, justificando que só andava por ali quando queria comprar alguma coisa, concluindo:

- Não tenho paixão pelo Centro, é mais quando preciso comprar alguma coisa mesmo.

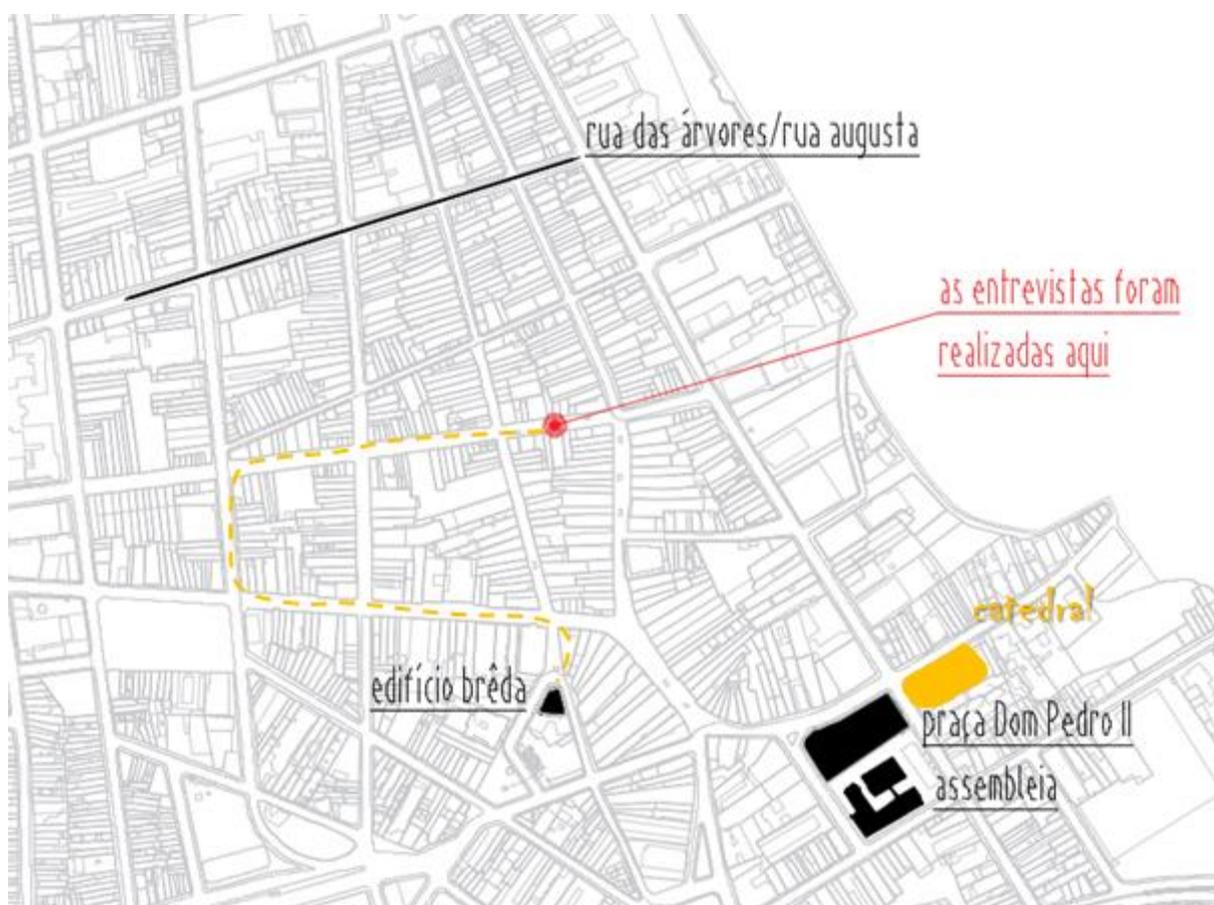
(Mário, 44 anos) Ao ser perguntado sobre a Praça D. Pedro II, ele se confunde e não sabe se o nome se refere à praça em frente à Catedral ou à antiga Praça da Cadeia. Mas, ao ser perguntado sobre a Assembleia, logo suas ideias

tornam-se mais claras, e utiliza como referência para localizá-la Catedral Metropolitana. Sobre a Rua Augusta, sua resposta também é negativa, mas ao ser perguntado sobre a Rua das Árvores, logo a reconhece.

- Aqui atrás, é só pegar essa rua – diz apontando para Rua Boa Vista – e é a transversal a ela. É porque tem dois ou três nomes... Rua Maceió...

Ao ser indagado sobre o Edf. Brêda, ele o identifica prontamente, e para se chegar até ele recomenda:

- Pega essa aqui asfaltada, a rua que vai dar na Deodoro, ai quando você chegar lá você vira à esquerda, e ai é lá, o Edf. Brêda – diz ele de forma confusa.

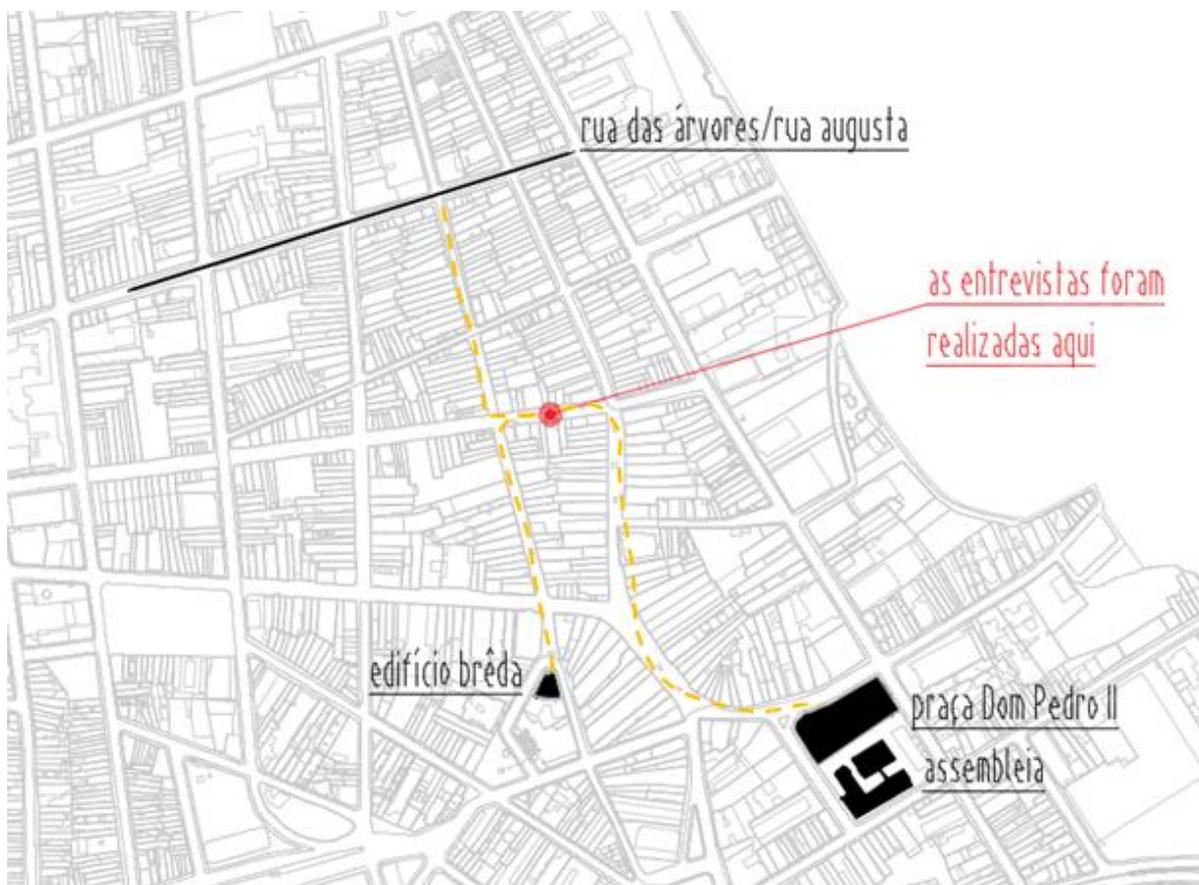


Ele reconhece todas as imagens que lhe são apresentadas, e ao ser perguntado sobre o local que ele mais gosta no Centro da cidade, responde:

- O lugar que eu mais gosto é a rua da antiga Lobras, em frente ao Antigo São Luiz... Mais por conta do cinema, né? Era o cinema tradicional de 20 anos atrás. O cinema era a antiga Magazine e Insinuante, que “pegou fogo” um dia desses, que era em frente à antiga Lobras onde agora é a

Ricardo. E também a Catedral que é a tradicional, um ponto de referência do Centro.

(Sr Araújo, 58 anos) Ele explicou que para chegar à Praça da Catedral – maneira como ele se refere à Praça D. Pedro II- “só é preciso seguir pela Rua do Comércio e depois virar à esquerda”, para chegar à Rua Augusta “sigo na Rua Boa Vista, através uma transversal, e estarei lá”, e para chegar ao Edf. Brêda “sigo também por essa rua, mas no outro sentido, é depois da Igreja do Livramento”.



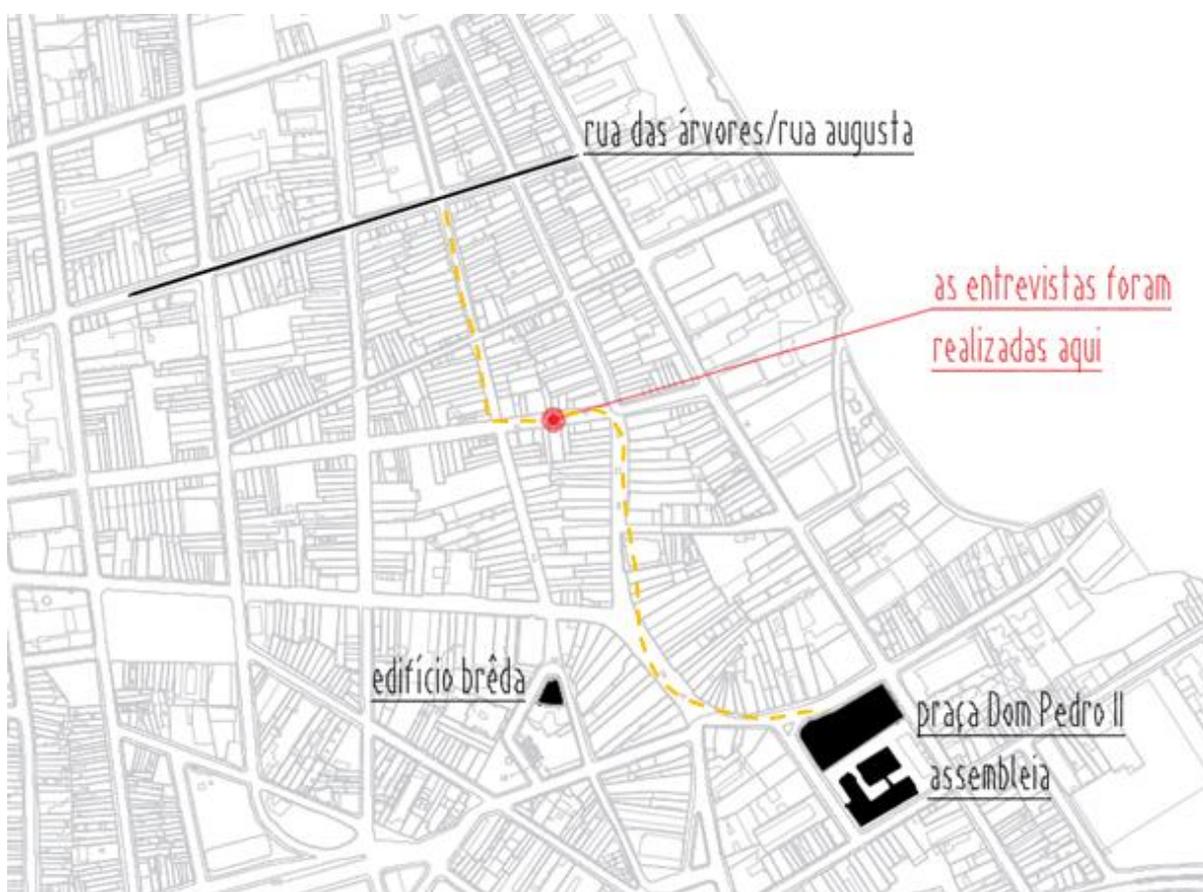
Ele também reconhece todas as imagens ainda antigas, e de forma muito segura! E quando perguntado sobre o lugar no Centro que mais gosta, o senhor é incisivo:

- Minha querida, francamente aqui no Centro não tem nenhum lugar que você se sinta à vontade, se sinta seguro, se sinta bem. Tem espaço aqui que poderia ser mais conservado, e até como se fosse um relaxamento, você chegar depois do

almoço... Seria a Praça dos Martírios, Praça Deodoro e a Praça da Assembleia, que nós temos como referências... Mas a gente só vê o quê? Vagabundo, maloqueiro, cheira-cola. O ano passado, eu mesmo presenciei um maloqueiro assaltando uma moça que tava aqui sentada com o celular dela, e um policial estava lá e não pôde fazer nada. É **muita insegurança**, é lamentável. À noite você não tem uma lanchonete, lugar pra você tomar um refrigerante, fazer um lanche tranquilo. E pelo dia, também, a mesma coisa. Então não existe esse lugar que eu **mais gosto**.

(Cleide, 45 anos) De um jeito meio inseguro, conseguiu identificar onde fica a Praça D. Pedro II, referindo-se a ela como **“Praça da Assembleia”**. Explicou que para se chegar até lá, deve-se seguir pela **Rua do Comércio**, e no sinal virar à esquerda. Não soube dizer onde seria a Rua Augusta, nem conseguiu identificar o Edf. Brêda através da descrição que lhe foi feita, mas quando foi perguntada sobre a Rua das Árvores, prontamente respondeu:

- Pela **Rua Boa Vista**, à direita, a segunda transversal “é toda a Rua das Árvores” - explicou ela.

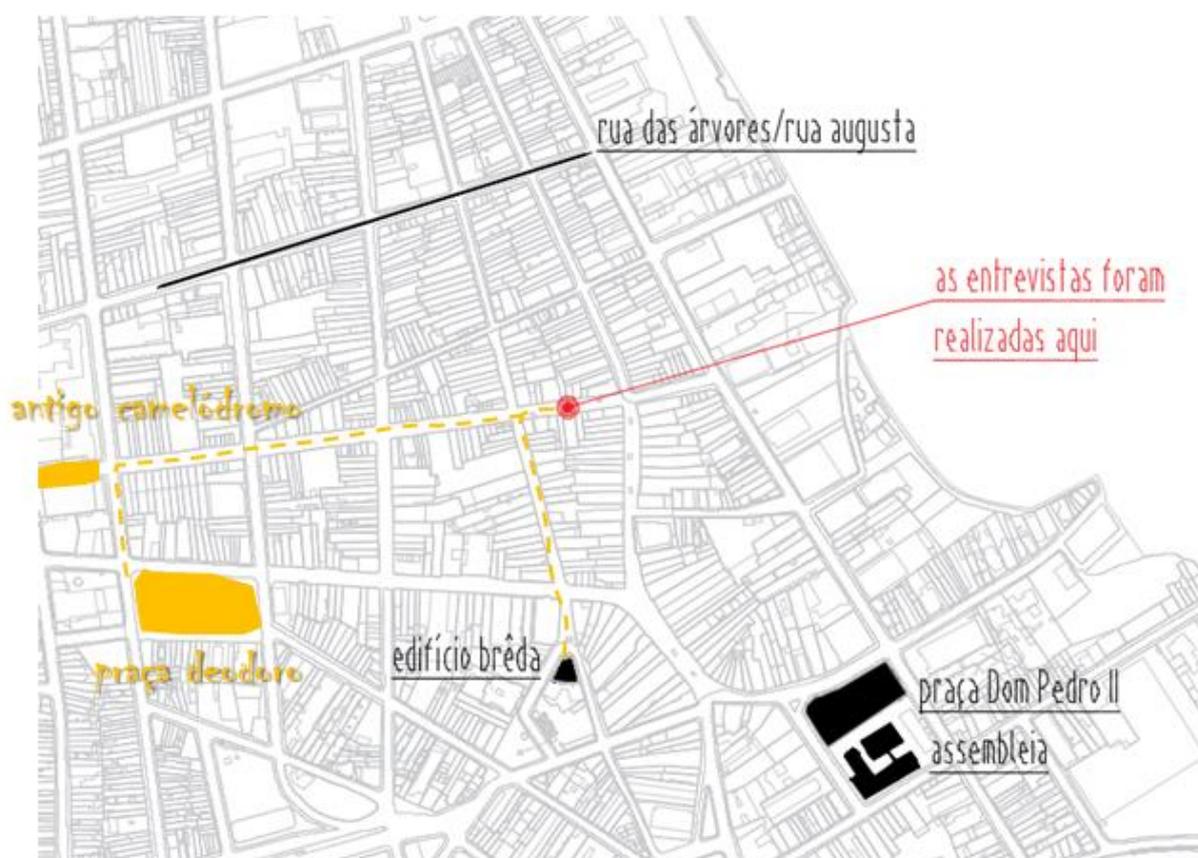


Ao ser apresentada às imagens identificou a antiga do Teatro Deodoro e da Rua do Comércio, e admirou-se ao ver as imagens novas desses mesmos locais. “Tá tudo muito diferente”, comentou ela, que não reconheceu a imagem antiga da Praça dos Martírios, acreditando por um instante que aquela seria a Praça D. Pedro II. Mas a imagem atual desse local parece ter clareado as suas ideias: “Nossa, que diferença!”, admirou-se novamente. Ela também sabia que o edifício era o Palácio do Governo, mas não soube identificar o nome da praça.

Quando é perguntada sobre o lugar que ela mais gosta, ela explica que não frequenta o Centro. Vai ali só quando precisa resolver alguma coisa, e “é sempre tudo muito corrido”. Para ela, o Centro é somente um lugar de passagem.

(Rosinaldo, 56 anos) Ele não conhecia a Praça D. Pedro II, mas soube explicar como se chegar a Assembleia Legislativa.

- Vai em frente, quando chegar ao antigo camelódromo você vira à esquerda – explicou.



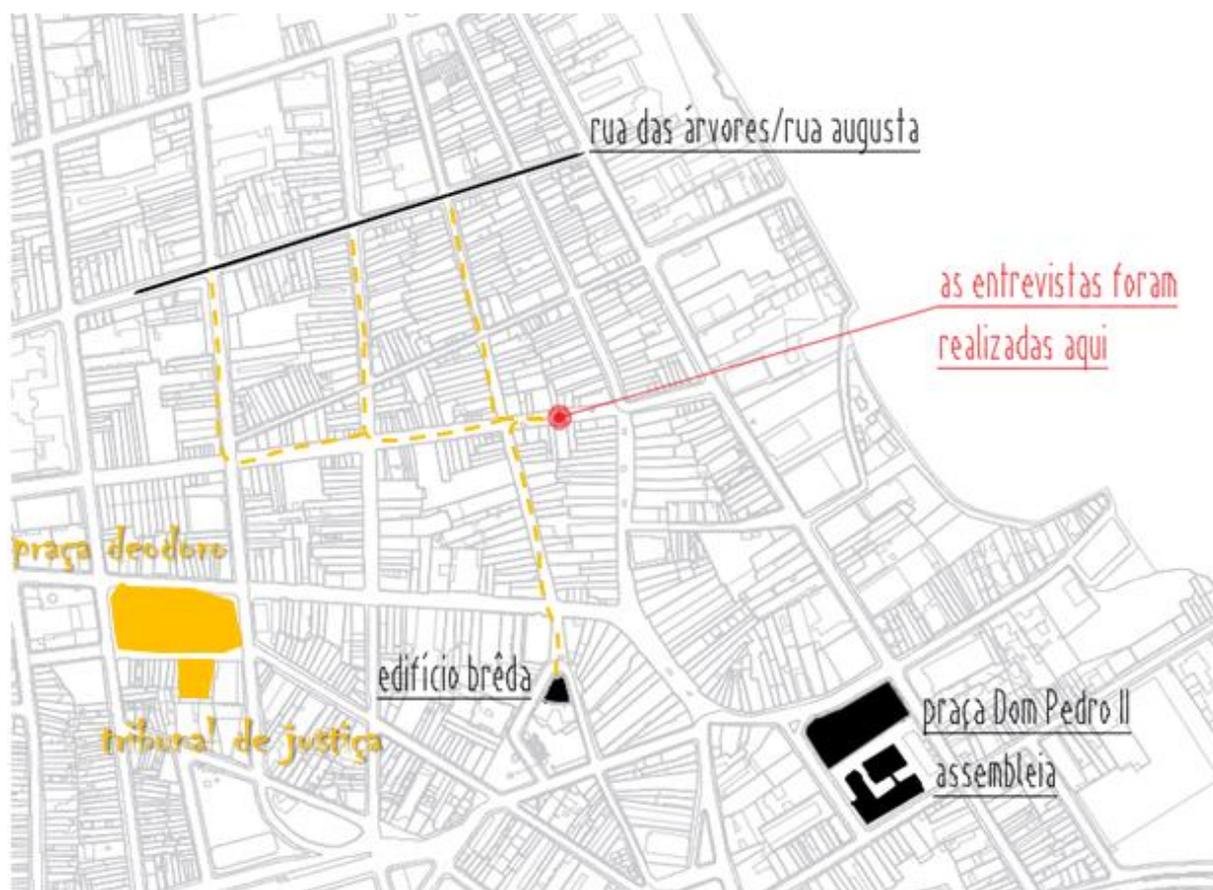
Também afirmou não conhecer a Rua Augusta em Maceió, somente em São Paulo. Mas explicou como chegar à Rua das Árvores, que seria virando à direita na

Rua Boa Vista e seguindo até encontrar uma “rua principal que passa os ônibus, onde ficava a antiga CEAL, essa é a Rua das Árvores”. Reconheceu prontamente o Edf. Brêda, referindo-se a ele como “o prédio de onde as pessoas se suicidavam”, e afirmando que pra se chegar até lá, era preciso virar à esquerda na Boa Vista, e logo se chegaria lá.

Ele teve dificuldade em reconhecer as imagens antigas, mas foi preciso no reconhecimento das atuais. Referiu-se ao Teatro Deodoro como “aquele teatro em frente à polícia”, ao trecho da Rua do Comércio como a “Rua dos Ônibus”, e à Praça dos Martírios como “aquela praça que tem uma igreja por trás, a Praça das Bandeiras”.

Ele não soube eleger o local que ele mais gosta no Centro, e afirmou que gosta de todos os lugares, “afinal, quem não gosta de uma cidade dessas? Você é alagoana?” – perguntou de forma otimista.

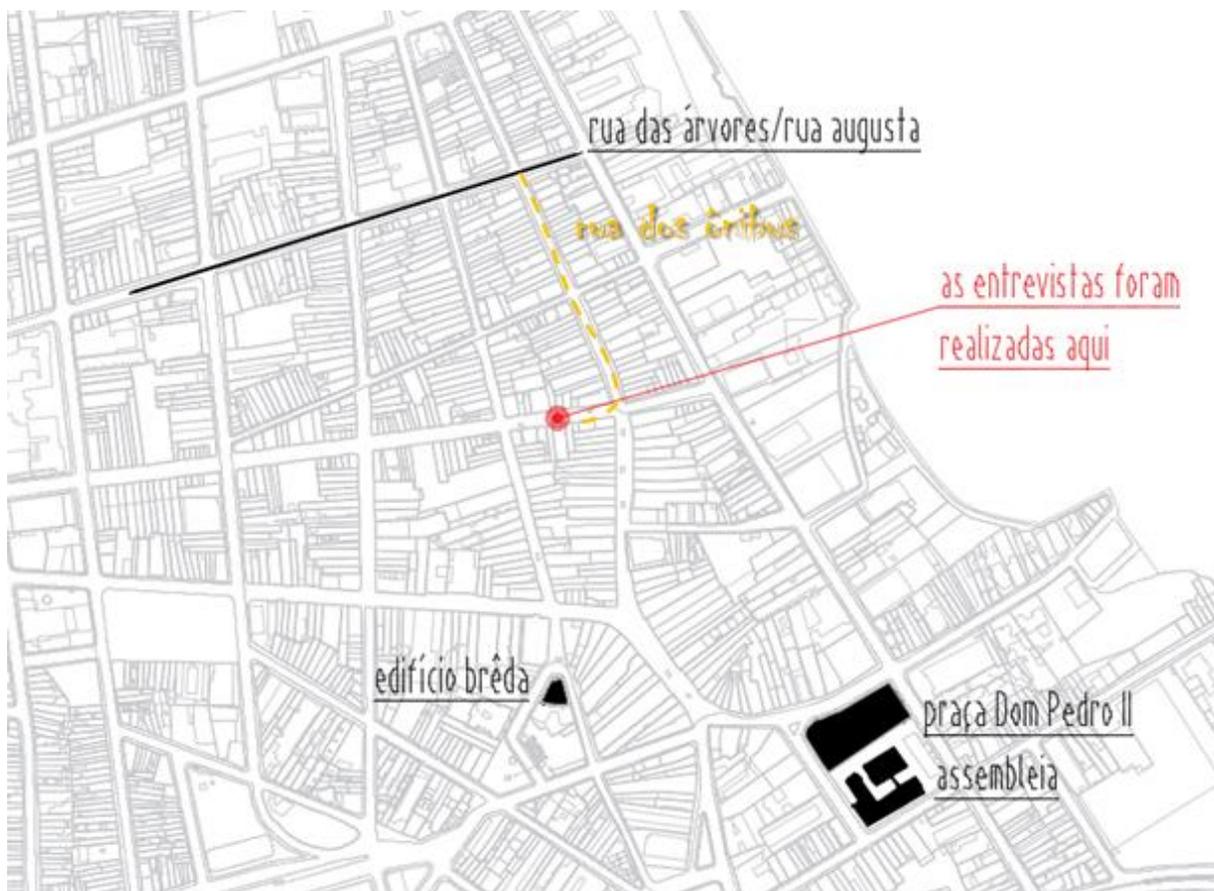
(Andrea, 43 anos) Ela não soube identificar a Praça D. Pedro II, afirmando ainda que a Assembleia Legislativa estaria localizada em frente ao Teatro Deodoro. Também não soube dizer nada a respeito da Rua Augusta, mas quando perguntada sobre a Rua das Árvores, conseguiu desvendar a relação existente entre as duas, e explicou que pra chegar até lá “era só pegar qualquer rua para lado de lá, que a Rua das Árvores era uma das transversais”. Identificou também o Edf. Brêda, afirmando que para chegar até lá seria preciso somente virar na Rua Boa Vista à esquerda.



Ao ser apresentada às imagens, ela reconheceu prontamente todos os locais apresentados, e em seguida, ao ser perguntada sobre o local que mais gosta no Centro, comentou naturalmente:

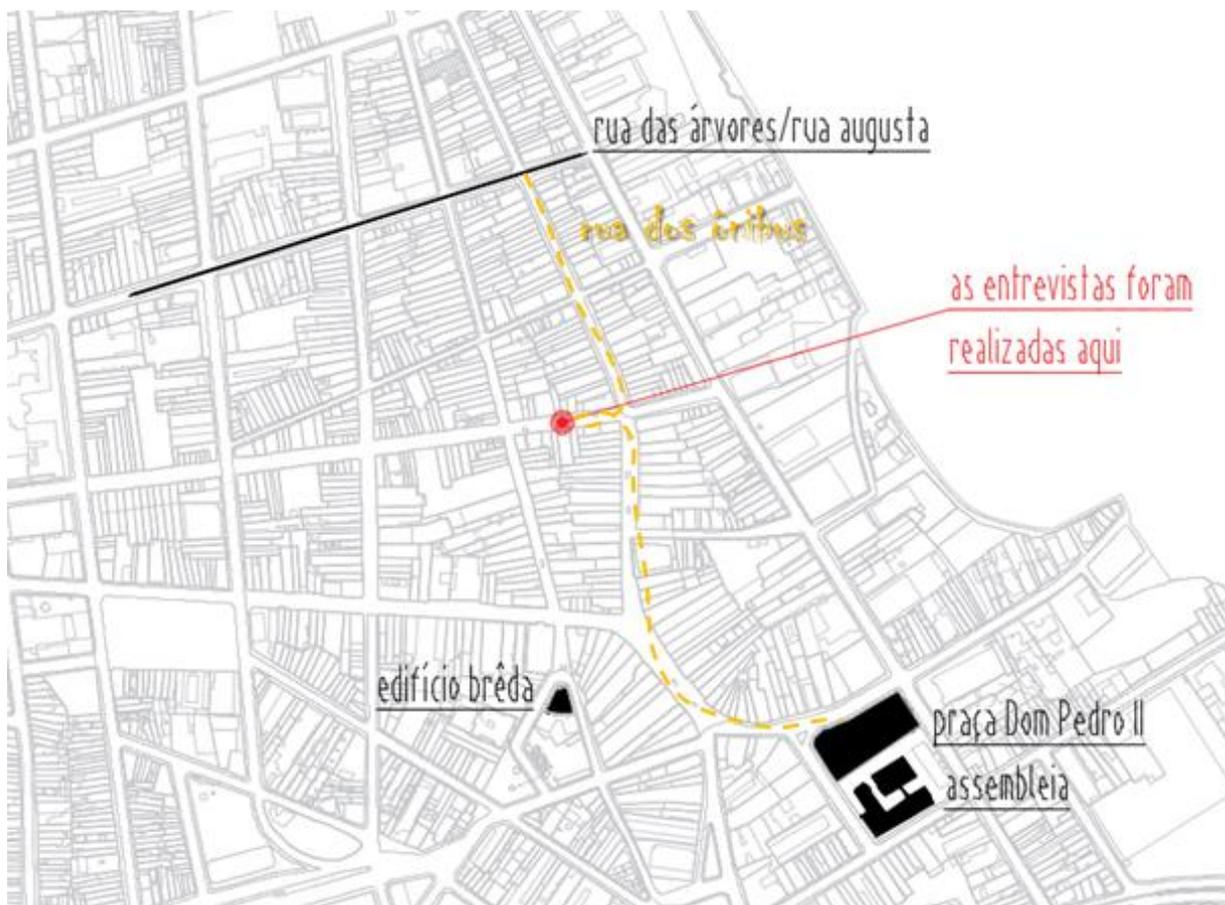
- Olha, eu venho muito pouco no Centro. Na verdade, eu estou aqui a trabalho, **eu gosto mesmo é de shopping**, não gosto de Centro, calor. Mas gosto da **Rua do Comércio**, porque é a rua mais antiga, era onde existia o **Cinema**, **eu acho que era, São Luiz**. Agora não tem mais atrativo nenhum. É só roubo, calor. **Não gosto não**.

(Tatiana, 33 anos) Ela não sabia onde ficava a Praça D. Pedro II, a Assembleia ou a Rua Augusta, mas com entusiasmo orientou que para se chegar até a Rua das Árvores era preciso apenas pegar a **Rua do Comércio** “no sentido da praça, virar a esquerda ao chegar nela, e pronto, ali é a Rua das Árvores”, disse ela referindo-se a rua errada. Também não fazia ideia do prédio ao qual a descrição se referia.



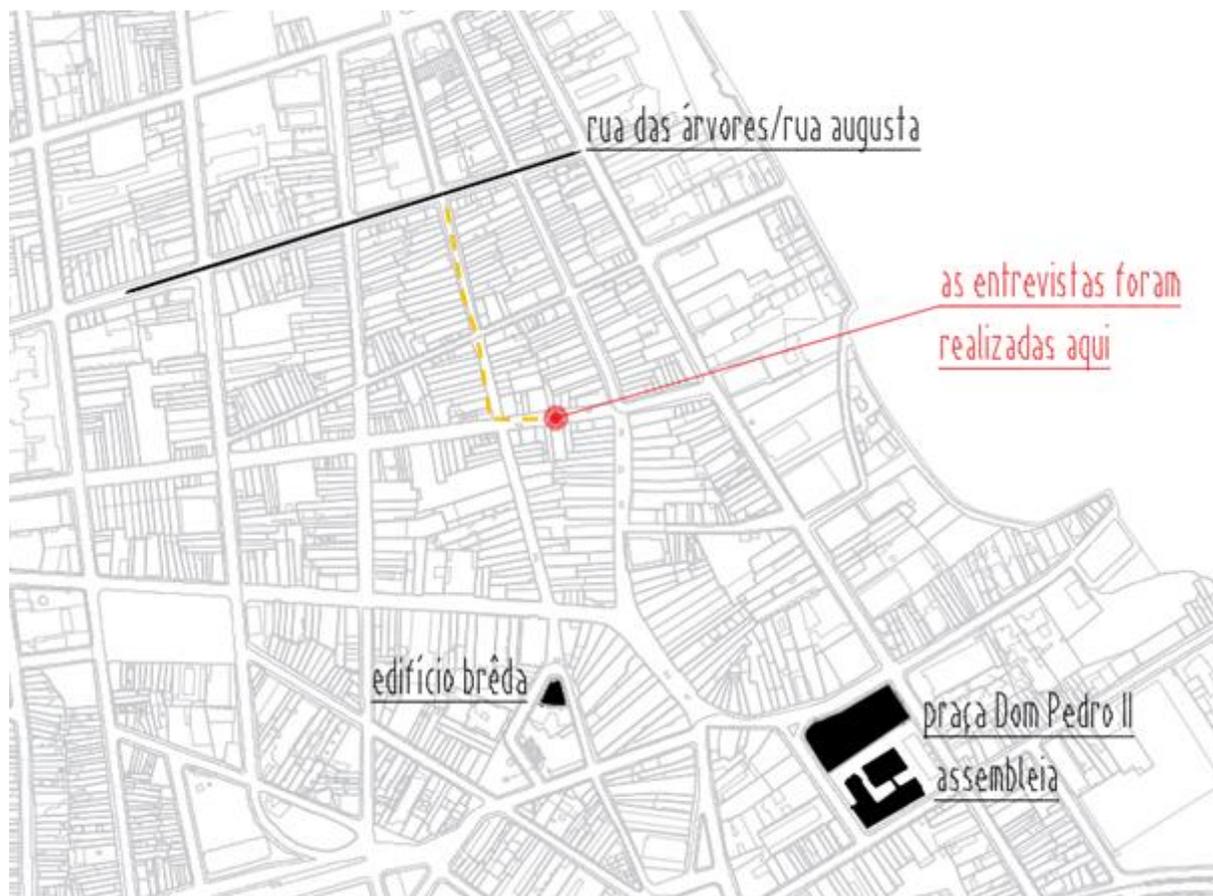
Ao observar as imagens, ela também não conseguiu identificar quais locais eram aqueles, nem nomeá-los. Limitando-se a suposições imprecisas do tipo: “sei é por aqui”, “essa rua? Eu acho que fica por ali.”, “a praça? É aquela que fica ali, daquele lado?”. A Igreja do Livramento é o local que ela mais gosta no Centro.

(Eliziane, 21 anos) Ela logo alegou que morava no interior, e que estava aqui por pouco tempo, por isso talvez não conseguisse ajudar. Não soube onde ficava a Praça D. Pedro II, mas explicou que para chegar até a Assembleia, era só pegar a Rua do Comércio, virando à esquerda ao chegar na loja Imperador. Nada soube dizer a respeito da Rua Augusta, mas indicou que se poderia chegar até a Rua das Árvores a partir da chamada “Rua dos Ônibus”, virando a segunda à esquerda. Também nada a respeito do Edf. Brêda.



No que se refere às imagens, ela não conseguiu identificar nenhuma das imagens antigas. Das atuais, achou que o Teatro fosse a Assembleia, depois a Praça dos Martírios, soube identificar a Rua do Comércio como a **Rua dos Ônibus**, e identificou com precisão a Praça dos Martírios. E finalizou deixando claro que não existe nenhum lugar em específico que ela goste no Centro de Maceió, pois costuma frequentá-lo muito pouco.

(João, 19 anos) Ele trabalha no Centro, mas afirmou que não conhece a Praça D. Pedro II, a Assembleia, ou a Rua Augusta, identificando apenas a Rua das Árvores, a qual, segundo ele, pode-se chegar virando na **Rua Boa Vista** à direita e “umas ruas depois, você vai chegar lá”.

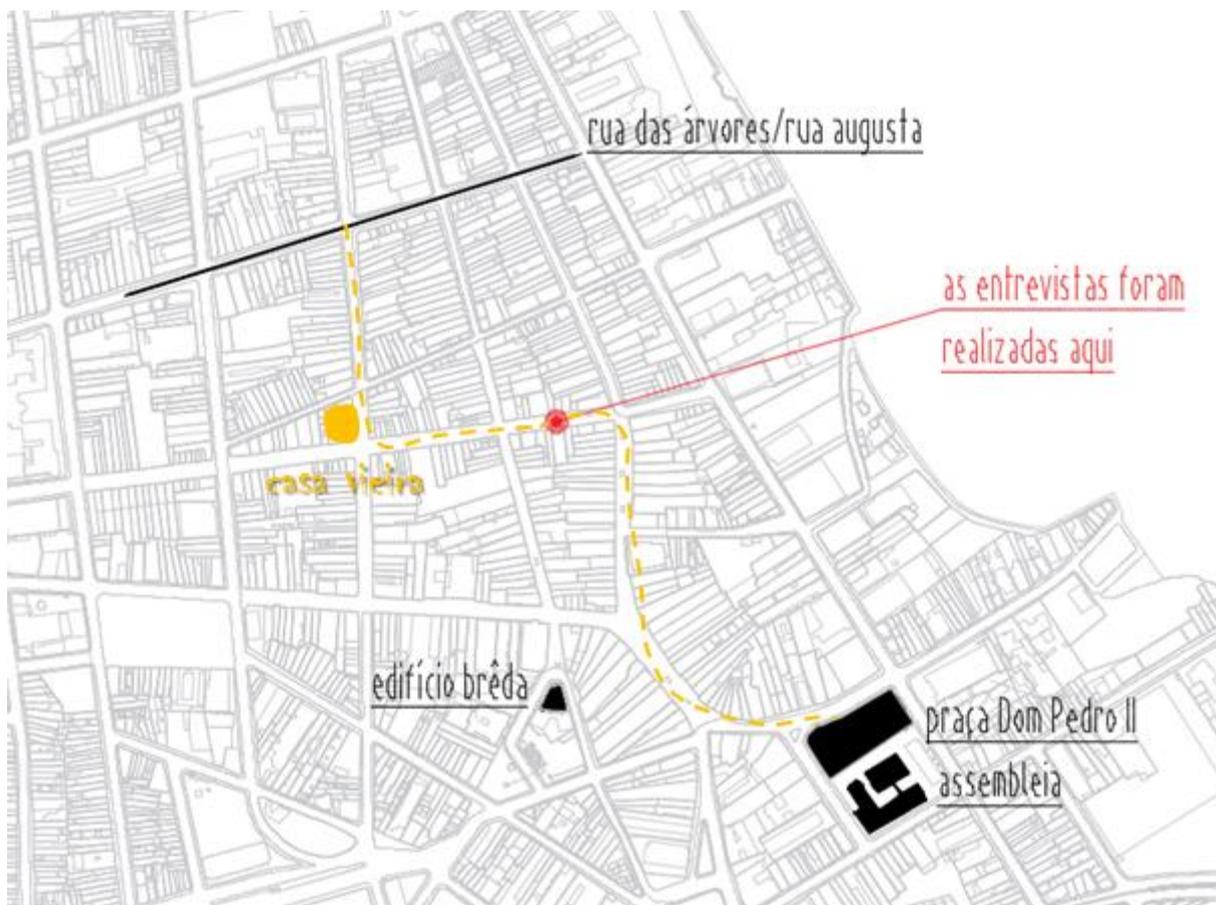


Também não conseguiu identificar o Edf. Breda, mas pelas imagens atuais, reconheceu a Praça Deodoro, a chamada **Rua dos Ônibus** (trecho da Rua do Comércio), e não conseguiu reconhecer a Praça dos Martírios, justificando:

- Deu um branco agora. Sei que essa praça é por aqui, mas **o nome dela eu não sei dizer não**. Sei que é alguma coisa do governo, mas não sei dizer o que é não.

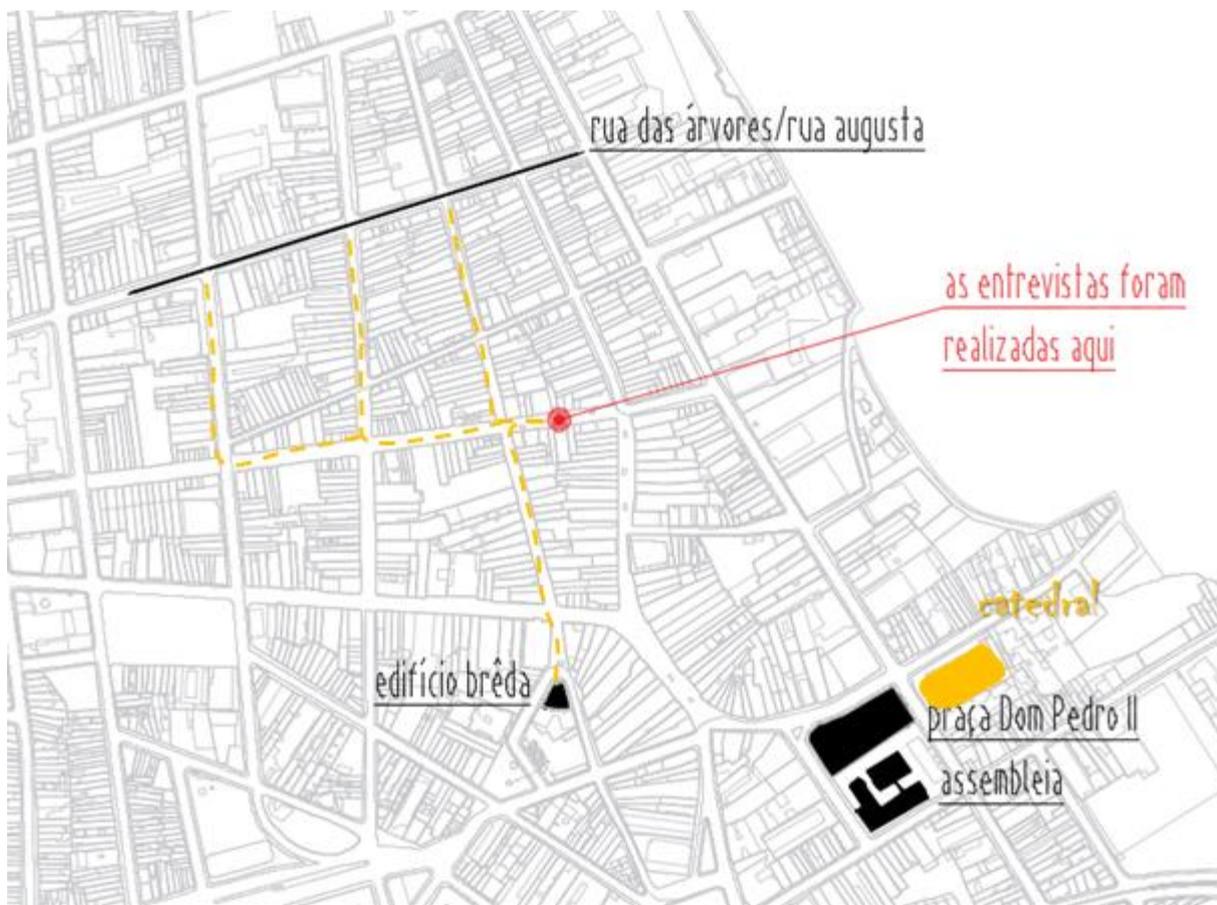
O lugar que ele mais gosta no Centro é a Praça Deodoro, e diz que frequenta o local quando está sem trabalhar. Para ele, a praça é muito tranquila.

(Márcia, 34 anos) Ela não soube informar onde era a Praça D. Pedro II, apesar de já ter ouvido falar. Já a Assembleia, afirmou que era “por aqui”, e que para chegar lá bastava acessar “essa rua aqui”, referindo-se à Rua do Comércio. Também desconhecia a Rua Augusta, mas sabia que para se chegar à Rua das Árvores era necessário “seguir em frente nessa rua que a gente está e virar à direita na **Casa Vieira**”.



Ela não soube reconhecer o Edf. Brêda através da sua descrição, e se confundiu ao ser apresentada às imagens antigas, afirmando que o Teatro Deodoro era o Edf. Brêda, e apenas reconhecendo-o após apresentação da imagem mais atual. Reconheceu a Rua do Comércio quando apresentada à imagem atual, mas admitiu que não sabia o nome do local, referindo-se ao mesmo como “rua do ponto de ônibus”. Ela equivocou-se ao afirmar que a Praça dos Martírios era a Praça D. Pedro II, em seguida afirmando que seria a Assembleia, e por fim limitando-se a dizer que reconhecia o lugar, mas que não sabia o nome que ele carregava. Seu lugar preferido no Centro é a Rua do Comércio.

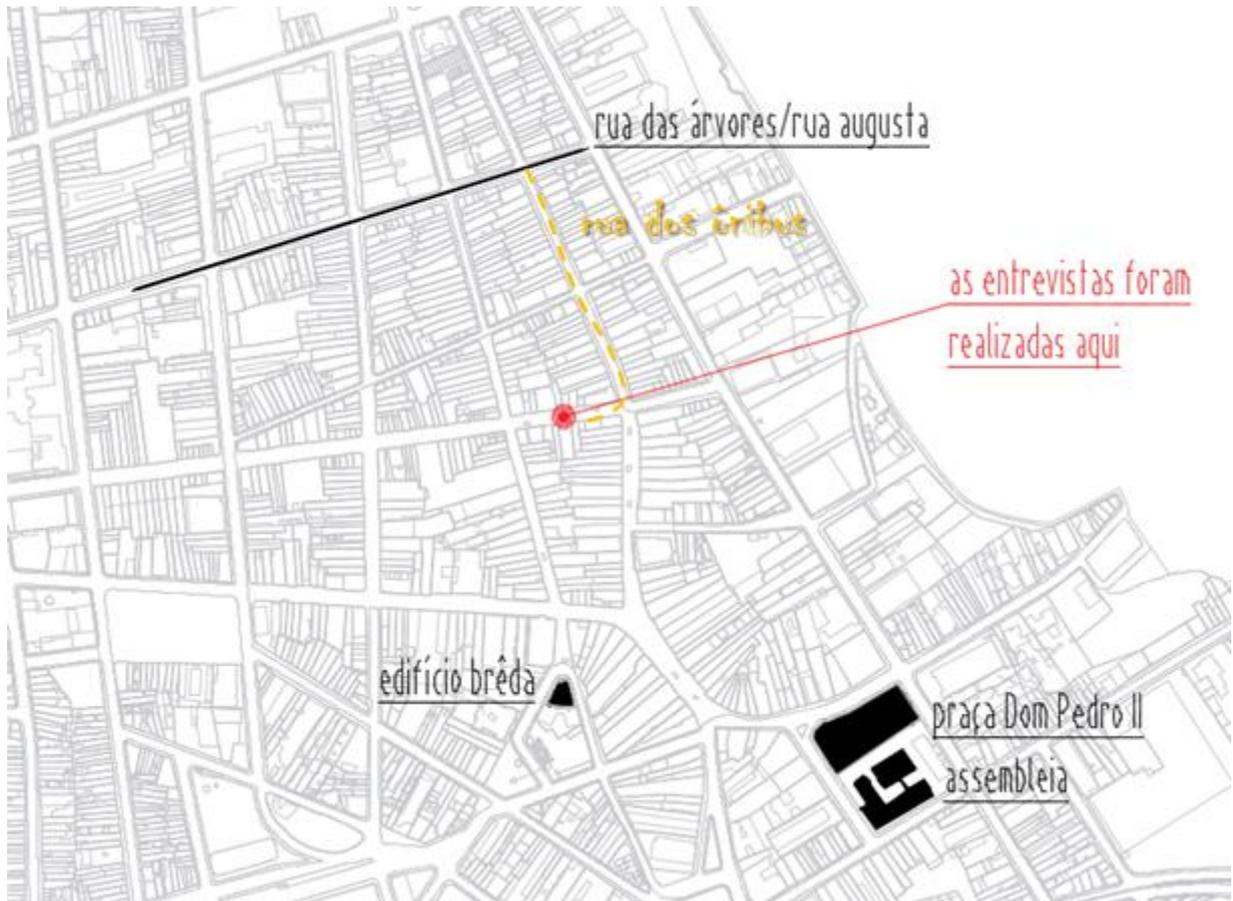
(Sr. Milton, 70 anos) O senhor não reconhece a Praça D. Pedro II, mas afirma que a Assembleia está localizada “em frente à Igreja”. Também não reconhece a Rua Augusta, mas sabe que para chegar a Rua das Árvores, é só “pegar qualquer rua dessas aqui que dá lá”. O mesmo comentário fez após descobrir que a descrição se referia ao Edf. Brêda, mudando somente o sentido ao qual apontava as mãos.



No que se refere às imagens, o senhor se mostrou mais atento às atuais. Reconheceu a imagem atual da Rua do Comércio, identificou a “praça do palácio”, a qual não soube nomear de outra forma, mas achou que a Praça Deodoro fosse a dos Martírios. Com relação ao local que ele mais gosta no Centro, ele afirmou com uma voz fraca e mansa:

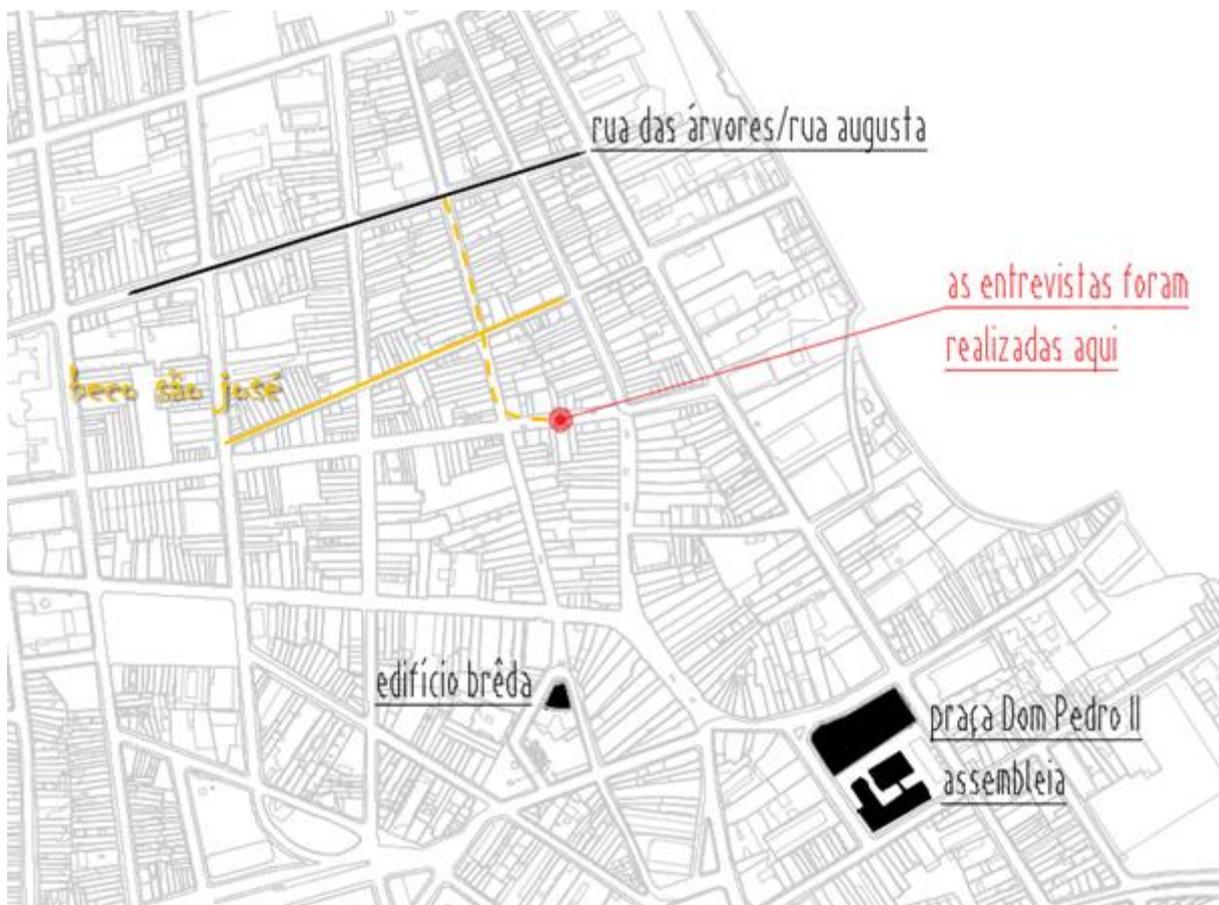
- Não existe um lugar no Centro da cidade que eu mais goste. Eu gosto mesmo é das lojas. Riachuelo, essas coisas. É que eu compro tudo aqui no Centro mesmo.

(Samara, 29 anos) Ela não soube informar sobre a Praça D. Pedro II, a Assembleia, tampouco sobre a Rua Augusta. Mas, afirmou que para se chegar à Rua das Árvores era “só pegar a Rua dos Ônibus e em seguida virar à esquerda em alguma das ruas”. Ela não conseguiu identificar o Edf. Brêda.



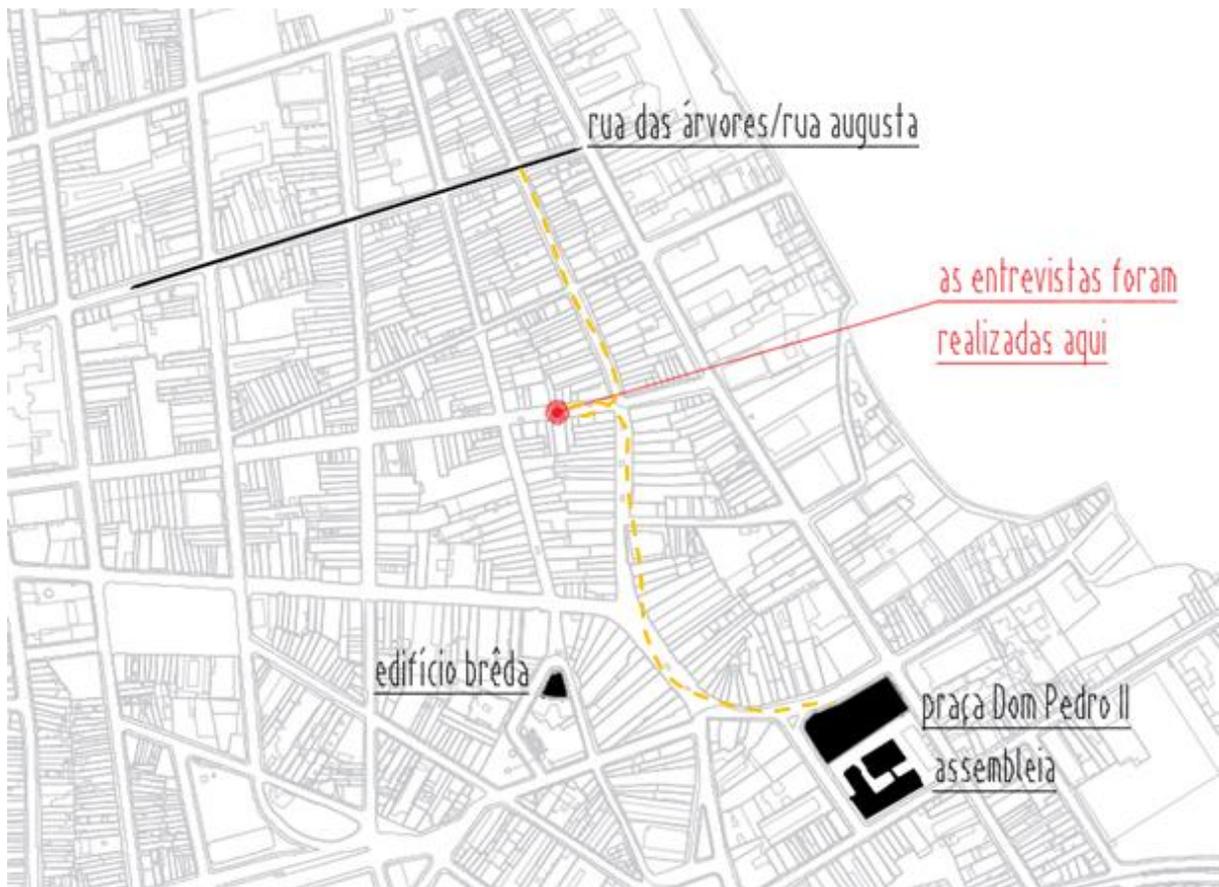
Ao ser apresentada às imagens, reconheceu através da imagem antiga a Praça e em seguida o Teatro Deodoro, e também pela imagem antiga acreditou que a Rua do Comércio fosse a **Rua do Sol**, identificando-a corretamente somente ao ver a imagem mais atual. Identificou também com certa precisão a Praça dos Martírios e aquilo que chamou de “palácio do governador”. Para ela, não existe nenhum local no Centro que ela goste mais, pois ela só vai até lá com um objetivo específico, que na maioria das vezes estaria relacionado às compras.

(Zé Neto, 21 anos) Ele afirmou conhecer a Praça D. Pedro II só “de ouvir falar”, e confundiu a Assembleia com o Palácio, ao ser perguntado como se chega até lá. Também não conhecia a Rua Augusta, mas explicou que para se chegar à Rua das Árvores “é só pegar à direita na **Rua Boa Vista**, passando o **Beco São José**”.



Pela descrição, ele não identificou se tratar do Edf. Brêda, e ao ser apresentado às imagens, reconheceu a imagem antiga do Teatro Deodoro e da Praça dos Martírios, apesar de acreditar que o edifício do Palácio do Governo era a Assembleia do Estado. Também conseguiu reconhecer a Rua do Comércio, mas somente depois da apresentação da imagem atual dessa rua. Quando perguntado sobre o local do Centro que mais gosta, ele disse que frequenta o Centro a 16 anos, que já está meio “enjoadado” de tudo aquilo, mas que se tivesse de escolher um lugar, escolheria a Praça Deodoro que é um lugar agradável.

(André, 46 anos) Ele também não conhece a Praça Dom Pedro II, explicando em seguida que para se chegar à Assembleia seria preciso apenas seguir à direita pela **Rua do Comércio**. Assim como não reconheceu a Rua Augusta, explicando em seguida que para se chegar à Rua das Árvores poder-se-ia seguir também pela **Rua do Comércio**, dessa vez à esquerda, sendo a referida rua “uma rua antes de se chegar à Praça dos Martírios”. Também não soube reconhecer o Edf. Brêda a partir da descrição que lhe foi feita.



Ele reconheceu a imagem da Praça Deodoro, mas não reconheceu seu teatro, afirmando um tanto quanto confuso não saber nada sobre a existência desse. Não reconheceu a imagem antiga da Rua do Comércio, mas conseguiu reconhecer a mais atual. E ficou admirado com a diferença entre as imagens da Praça dos Martírios, a qual só conseguiu reconhecer após a apresentação da imagem mais atual. Ele não soube responder qual lugar mais gostava no Centro, limitando-se a explicar que **“aqui eu não gosto de nada não”**!

(Jaqueline, 33 anos) A jovem simpática se mostrou confusa ao perguntar se a Praça Dom Pedro II seria a Praça Deodoro, e ao ser perguntada sobre a Assembleia Legislativa, logo respondeu:

- Você pega aqui a **Rua do Comércio**, vai seguindo até a loja Imperador, e a Assembleia fica ali perto do **Atacadão do Jeans**.

Ela também não conhecia a Rua Augusta, mas com relação a Rua das Árvores, explicou:

- Eu só sei explicar assim: quando eu venho da minha casa que o ônibus desce a ladeirinha da Praça dos Martírios que dobra pra Rua do Centro, antes de chegar a

Rua do Comércio tem aquele sinal dobrando a Rua das Árvores, só sei explicar assim.

Em seguida, ao ser perguntada sobre o edifício descrito, ela primeiramente pensou se tratar do Edf. Lobão Barreto, mas após negativa sugeriu que poderia se tratar do Edf. Brêda, e explicou que para chegar lá:

- É só seguir pela Rua do Comércio, é só pegar o lado direito lá na frente,

onde tem um monte de mulher que fica vendendo

amendoim, cocada, massa-puba, é ali. Eu sou péssima pra esse

negócio de direita e esquerda, porque eu nasci e me criei no Centro, mas eu não

sei o nome das ruas. A única rua que eu sei mesmo é a General Hermes que é

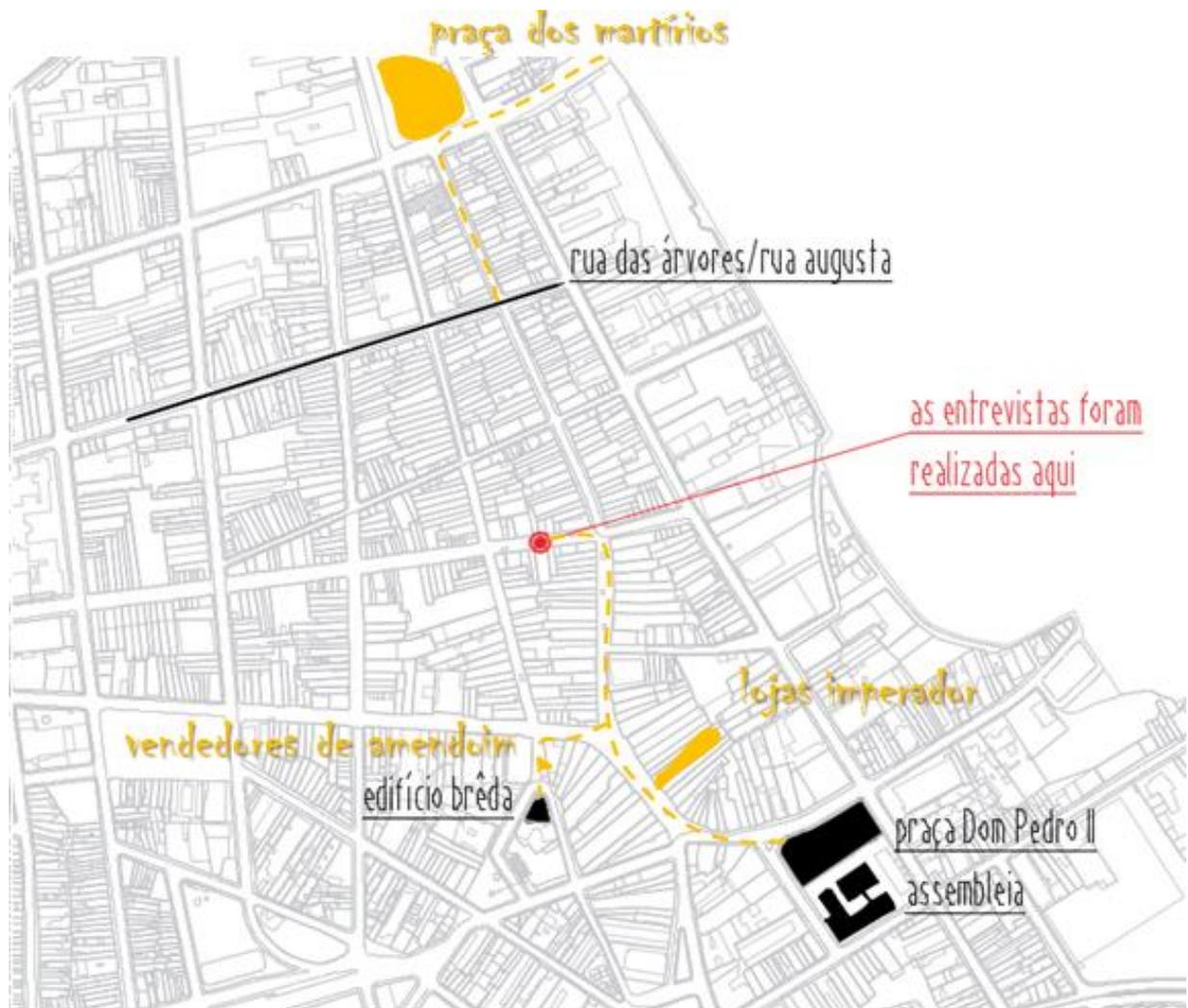
a Cambona, e como eu tinha muita amiga que morava na Melo Moraes eu sei lá

também. Agora essas daqui, se me perguntam onde é a Rua do Sol, que é a

João Pessoa... Agora que eu consegui me habituar que ela é a João

Pessoa. Eu não sei bem o nome das ruas, mas eu sei “bater o Centro todinho”.

– disse ela quase que sem respirar.



Quando Ihes foram apresentadas as imagens, ela achou que a Praça Deodoro fosse a Praça D. Pedro II, pela imagem antiga, depois achou que fosse a Praça dos Martírios, mas quando apresentada à imagem atual foi certa, e se mostrou surpresa com a diferença entre as duas imagens. A Rua do Comércio ela reconheceu apenas ao observar a imagem atual, e a Praça dos Martírios ainda pela imagem antiga, e disse que **lembrava que quando criança** ela costumava frequentar a praça, ela que naquela época essa era mais ou menos daquele jeito. A Praça dos Martírios ainda é o lugar que ela mais gosta no Centro, segundo ela, um lugar que marcou a sua vida.

- Hoje em dia já não presta mais. Muita droga, muito cheira-cola. Na minha época também tinha cheira-cola, mas eles não usavam outras drogas. Como eu fui criada lá e a minha mãe adotiva era muito caridosa, a gente dava comida pra eles, dava roupa, então a gente não tinha **medo**. Ia todo mundo brincar lá, hoje em dia já não

dá mais. Foi um lugar que eu amei morar! Hoje eu moro no Tabuleiro por opção porque eu me casei, mas o Centro foi um lugar que eu amei morar, porque é perto de tudo.

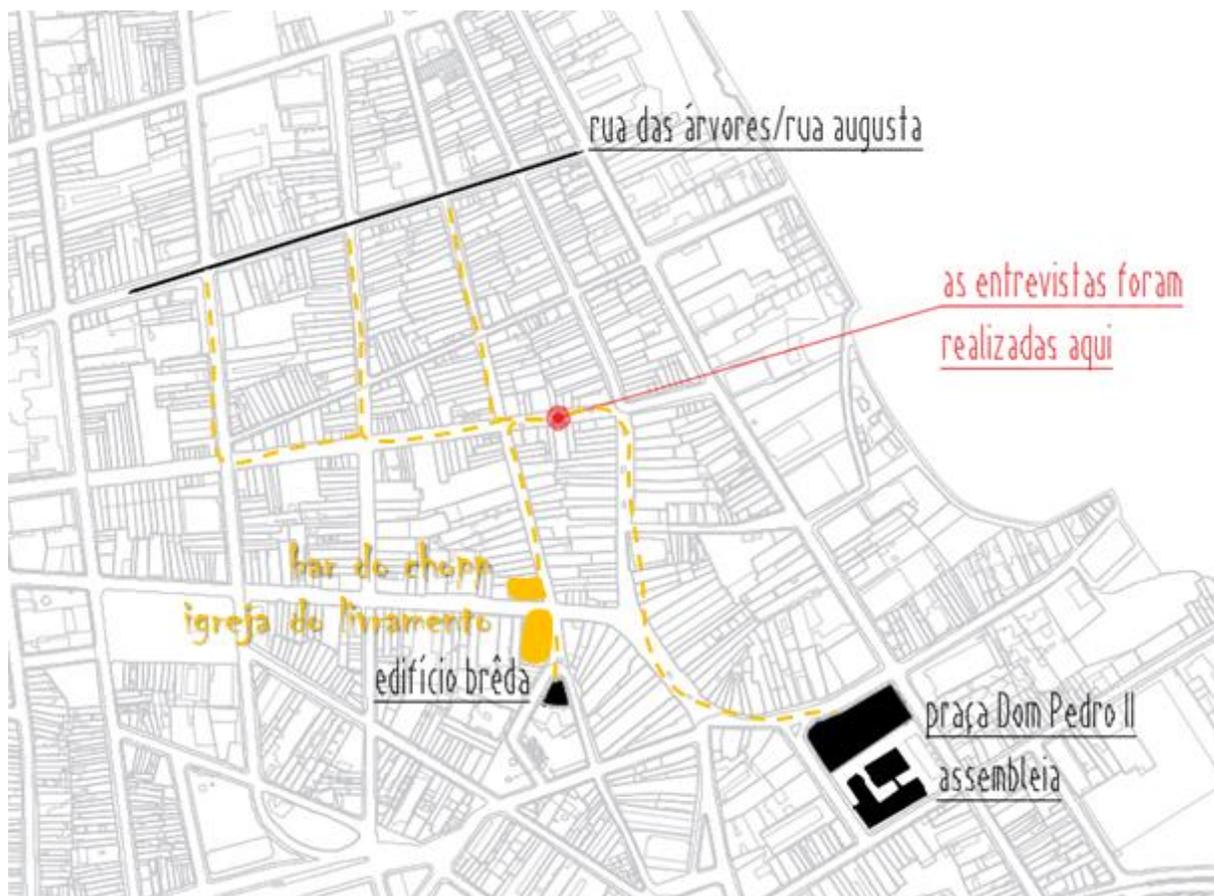
(Vitória, 71 anos) A senhora conhecia Praça D. Pedro II. Disse que para chegar até lá era preciso seguir pela Rua do Comércio. Perguntou:

- É a da Praça do Relógio? – e antes de obter uma resposta prosseguiu – Ah, não, é a da Assembleia, fica em frente à Assembleia. Não precisa nem pegar ônibus.

Sobre a Rua Augusta:

- É a Rua das Árvores, né? Eu morro de medo de lá. É tanta gente, tanto ônibus. Mas pra chegar lá é a mesma coisa, só pegar qualquer rua aqui – apontando pra Rua Boa Vista – à direita e vai dar na Rua das Árvores.

Com relação à descrição do edifício, a senhora achou que se referia ao INSS, depois a algum que era um hotel, cujo nome ela perdeu na memória. Ao ser informada que se tratava do Edf. Brêda, a senhora comentou que costumava ir muito lá, e que pra chegar até o edifício era só seguir pela Rua Boa Vista até o Bar do Chopp, em frente à Igreja do Livramento, e seguir direto, que se chega lá.



Em seguida lhes foram apresentadas as imagens, a antiga do Teatro Deodoro:

- Palácio? Jaraguá? Deixa ver... Praça Deodoro?

Em seguida, as duas da Rua do Comércio:

- Essa Rua é bem aqui... – disse enquanto buscava a rua com o olhar - É aquela ali! Rua do Comércio!

E ao ver as imagens do Palácio:

- Ah, esse aqui é o Palácio! Aqui ele já modificado, já com a fonte.

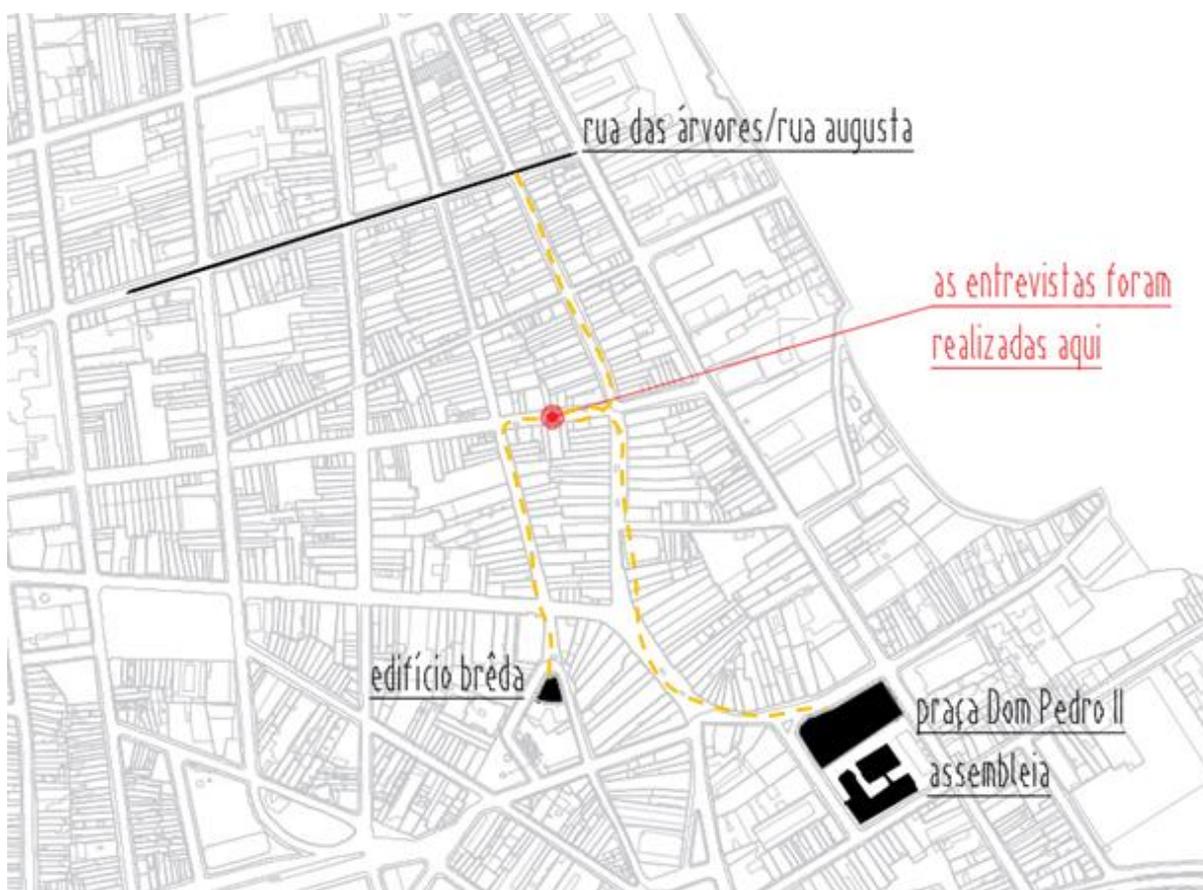
Sobre o lugar que mais gosta no Centro, a senhora respondeu com um ar de consolo:

- Minha filha, **do Centro eu não gosto muito não**. Venho mais no Centro quando não consigo encontrar o que eu procuro no shopping. Também acho que aqui, o Centro, está precisando de muita coisa. Calçada... A prefeitura faz um serviço mal feito, faz um superfaturamento e coloca produto de má qualidade nas obras. Essa reforma das calçadas do Centro já foi feita muitas vezes... A pessoa

precisa ficar subindo e descendo as calçadas, tanta gente já cai por aqui. Tem nada que eu gosto.

(Dirlane, 46 anos) Ela nada soube informar sobre a Praça D. Pedro II, mas conhecia a Assembleia, e de maneira entusiasmada afirmou que para se chegar até lá “é só seguir direto na Rua do Comércio e dobrando e pega a esquerda, subindo”. Talvez nessa hora a senhora quisesse dizer à esquerda, mas não foi interrompida. Depois, afirmou também não conhecer a Rua Augusta, mas explicou como chegar à Rua das Árvores utilizando como referência também a Rua do Comércio, mas no outro sentido.

A descrição do Edf. Brêda foi clara para ela, que inicialmente preferiu ensinar o trajeto até lá pela Rua do Comércio, mas logo mudou de ideia e resolveu seguir a partir “dessa rua aqui que não sei o nome”, referindo-se a Rua Boa Vista, e dali só ir reto, segundo ela.



A senhora reconheceu a Praça Deodoro, mas achou que o edifício fosse o Tribunal de Justiça, e não o Teatro Deodoro. Ao ser apresentada a Rua do Comércio, logo a identificou e comentou admirada:

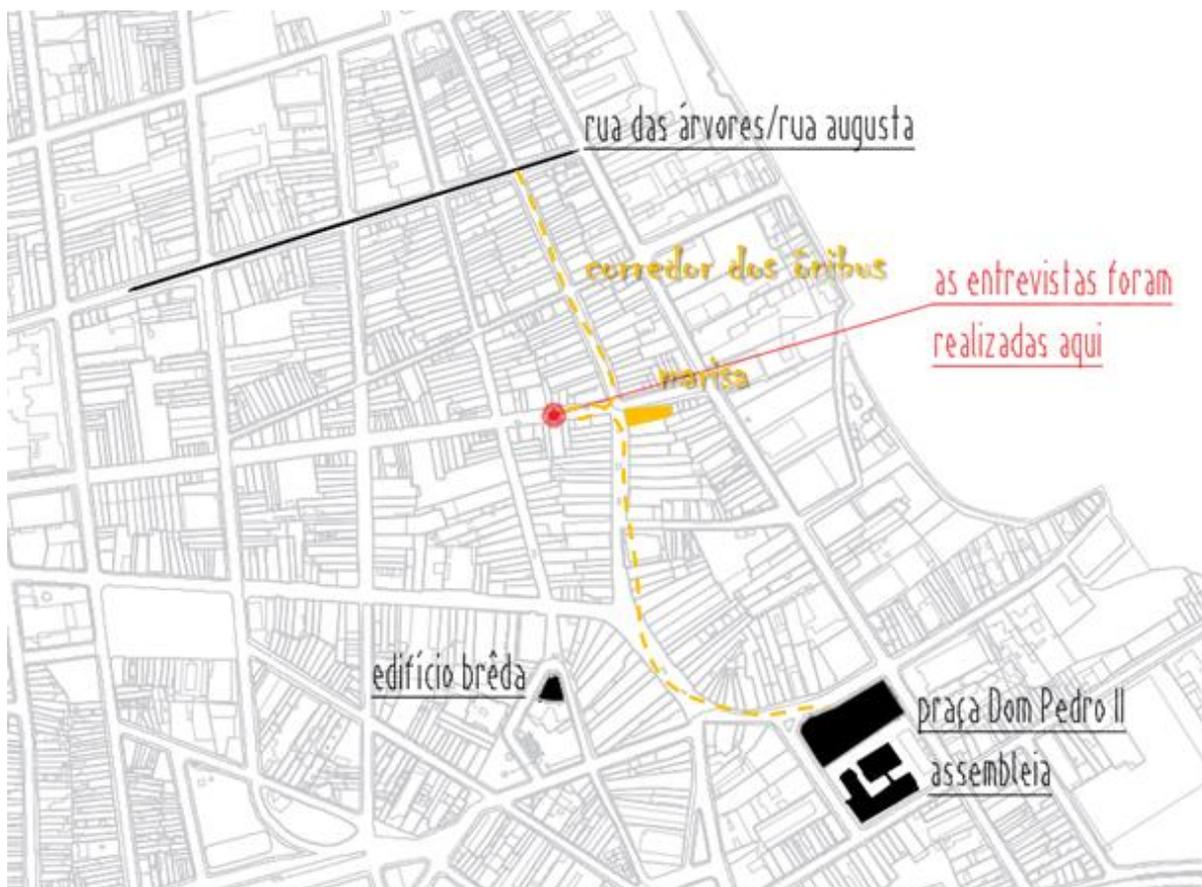
- Mudou muito, e mudou pra pior.

Ao ver a imagem do Palácio, ela reconheceu o Palácio do Governo apenas quando viu a imagem mais atual, mas não soube dizer qual o nome da Praça, que em seguida lhe foi informado. E quando perguntada sobre o lugar que mais gosta do Centro, ela respondeu:

- Gostar não, mas o lugar que eu acho bonito aqui é essa Praça dos Martírios, porque é o lugar menos destruído. Mas não é gostar. Não tem um local que seja agradável.

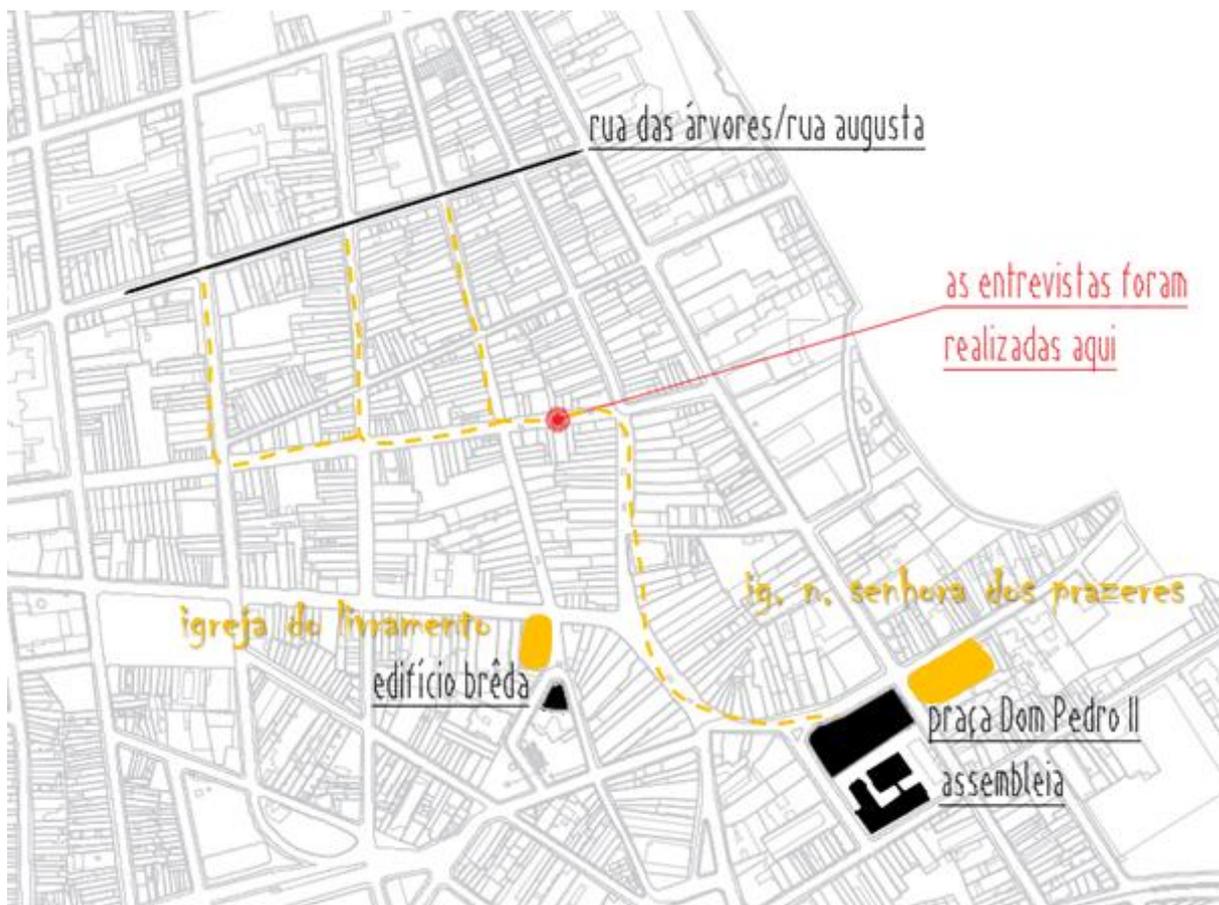
(Ricardo, 59 anos) Depois de muito refletir, ele não soube identificar a Praça D. Pedro II, mas soube explicar onde fica a Assembleia Legislativa, que segundo ele é “virando a direita na **Marisa**, depois só indo em frente”. Ao ser perguntado a respeito da Rua Augusta, logo indagou, como se tivesse a intenção de corrigir a pesquisadora:

- A Rua das Árvores? É só pegar aqui o **“corredor dos ônibus”** – disse ele apontando para um trecho da Rua do Comércio.



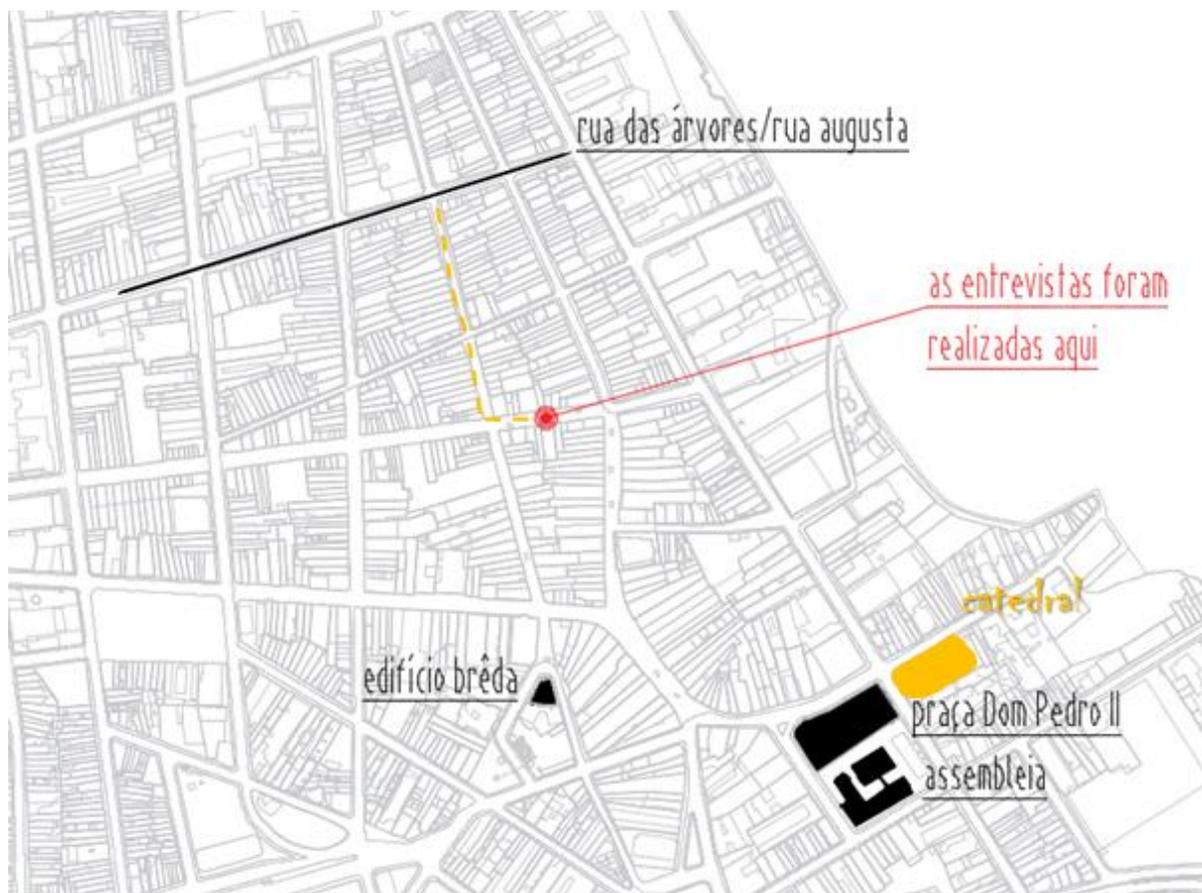
Ele não soube identificar o Edf. Brêda, e perguntou se a descrição se referia ao Fórum. Reconheceu com facilidade o Teatro Deodoro, ainda pela imagem antiga, mas não conseguiu identificar o trecho da Rua do Comércio. O Palácio do Governo, o senhor achou que fosse a Assembleia, mas logo em seguida corrigiu o erro de forma certa. E disse ainda que o local que ele mais gosta no Centro da Cidade é a Praça Deodoro, que pra ele é a Praça mais bonita da cidade.

(Vana, 60 anos) Ela explicou que para se chegar a Praça D. Pedro II era só seguir pela Rua do Comércio, ficava em frente à Assembleia e a Igreja Nossa Senhora dos Prazeres. A Rua Augusta, segundo ela, é a antiga Rua das Árvores, e entrando em qualquer rua à esquerda chegar-se-ia lá. A partir da descrição do edifício, a jovem senhora logo identificou o Edf. Brêda, e explicou que ele fica por trás da Igreja do Livramento, que fica na Rua Senador Mendonça.



A senhora faz uma pausa e explica que “sabe a história todinha” porque é professora. Ela também identificou a imagem ainda antiga do Teatro Deodoro, não conseguiu identificar o trecho da Rua do Comércio, e quando apresentada à imagem atual da Praça dos Martírios, logo conseguiu identificar o Palácio e em seguida a própria praça. O lugar que ela mais gosta do Centro é a “bagunça” das lojas mesmo, e também da Igreja do Livramento, que é a Igreja que ela frequenta.

(Dona Lúcia, 62 anos) A senhora se apressa em perguntar se a Praça D. Pedro II é a da Catedral, e ao receber uma resposta positiva ela explica que é só seguir a Rua do Comércio, logo em frente à Catedral. Afirma não conhecer a Rua Augusta, mas explica que para chegar a Rua das Árvores é só pegar a Rua Boa Vista, passa uma esquina, na outra é a Rua das Árvores.



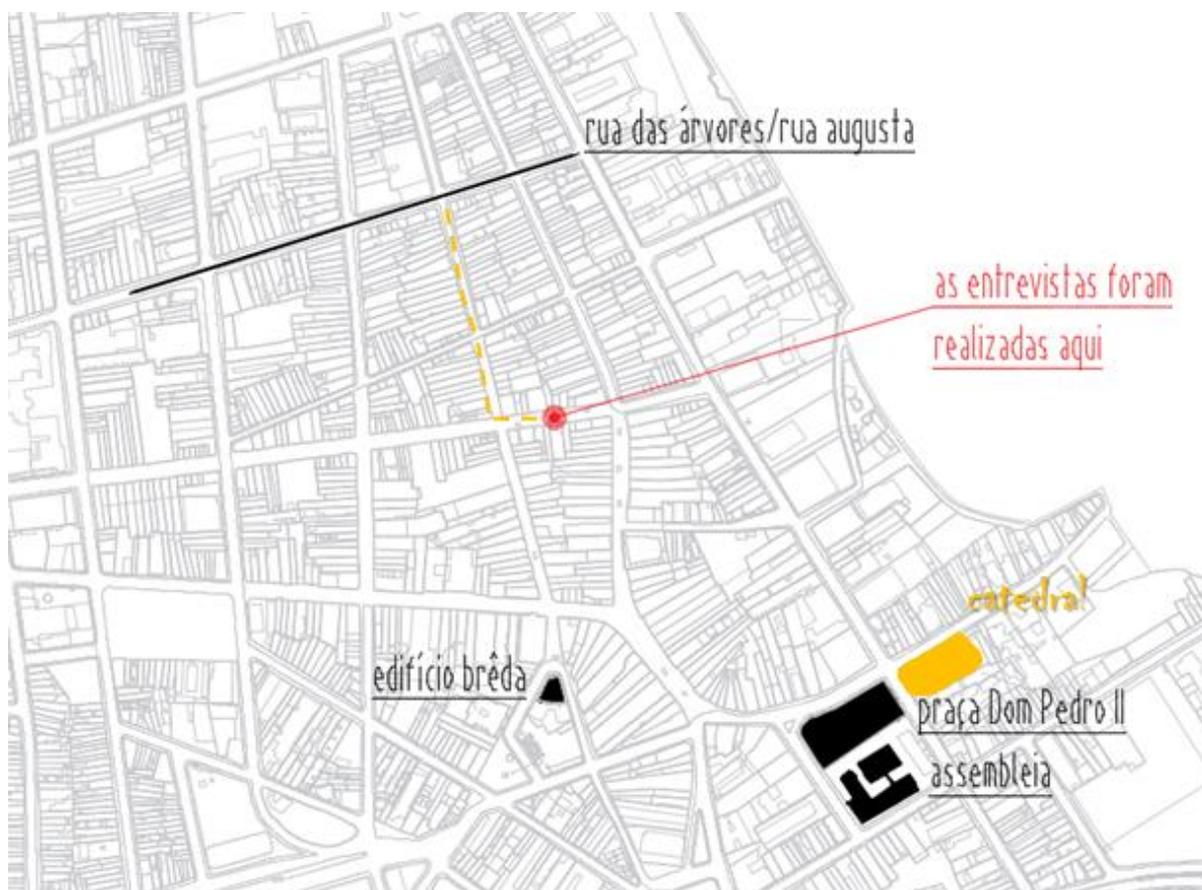
A senhora achou que o prédio ao qual a descrição se referia era o do [INSS](#), e ao saber que não, logo se apressou em justificar que era de Arapiraca, e que por isso não conhecia muita coisa por ali. Ela reconheceu a Praça Deodoro, mas achou que o edifício fosse a Assembleia, não reconheceu o Trecho da Rua do Comércio e nem a Praça dos Martírios. O lugar que ela mais gosta no Centro são as lojas, onde ela compra tudo que precisa.

(Valquíria, 38 anos) Ela responde “nunca”, ao ser perguntada se saberia responder onde fica a Praça D. Pedro II. Ela também se confunde, e acha que a Assembleia é o atual Palácio do Governo. Também diz não conhecer a Rua Augusta, e logo se apressa.

- Você está perguntando a pessoa mais viajada do planeta. Não sei o nome de nada. Quando me for dizer onde fica alguma coisa, tem que me dizer a referência, senão eu não consigo me localizar. – disse ela.

Ela conhecia a Rua das Árvores, e explicou que para chegar até lá era preciso somente virar naquela rua ali – apontando pra Rua Boa Vista - à direita e a

segunda rua já seria a Rua das Árvores, a primeira é uma estreitinha, que não passa carro.



Ao ouvir a descrição do Edf. Brêda perguntou em que ano o prédio foi construído. A pesquisadora respondeu que havia sido em 1958. E obteve como resposta:

- Ah, não conheço não. Faz 8 (oito) anos só que eu moro aqui.

Com relação às imagens, ao ver o Teatro e Praça Deodoro, disse:

- Ah, sei onde é, ali perto de onde tem uma Caixa Econômica, próximo à Igreja.

Ao ver o trecho da Rua do Comércio foi segura, disse que reconhecia pelo edifício de esquina que se tratava da Rua dos Ônibus. E ao ver a Praça dos Martírios disse que reconhecia o local, as bandeiras, sabia onde estava localizado, mas que não sabia o nome. Valquíria disse:

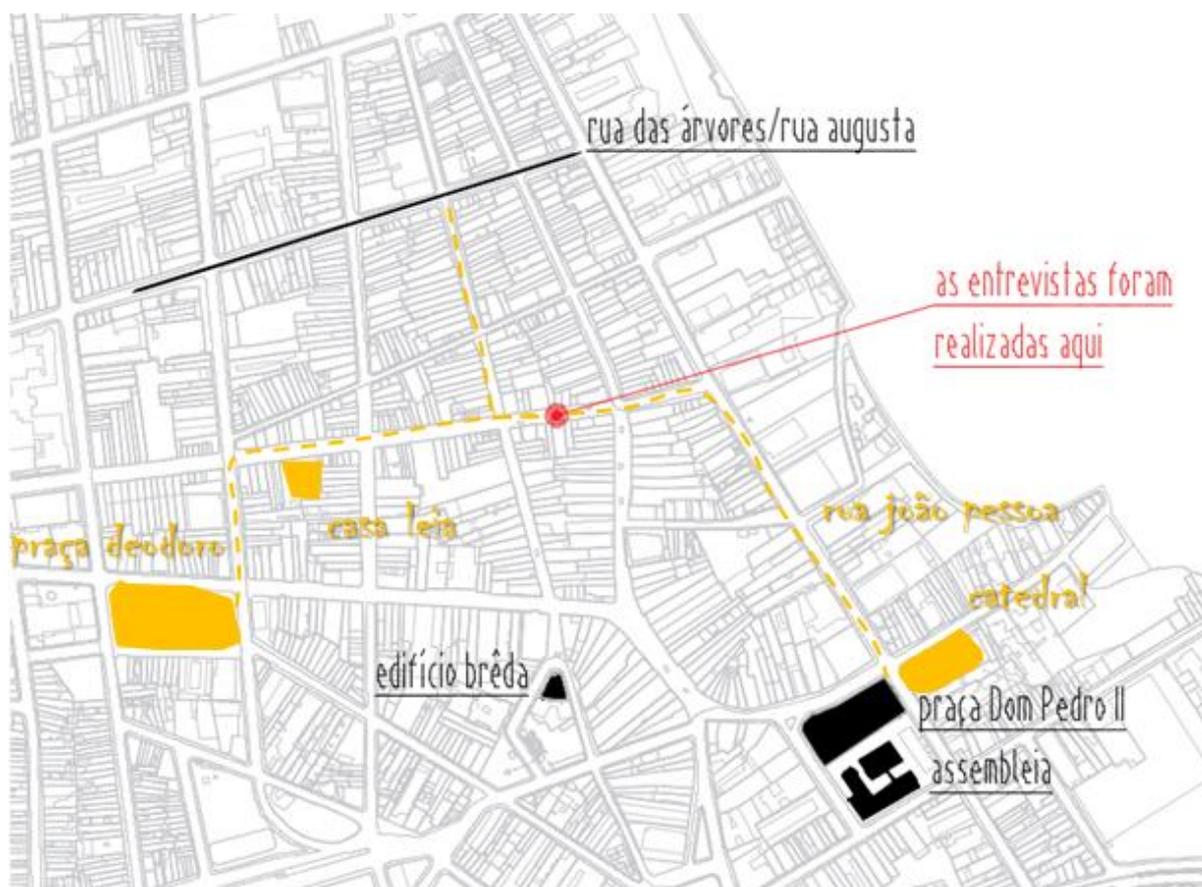
- Gostar? (...) Difícil, né? Tipo um lugar agradável, alguma coisa assim? Eu não fico muito porque é muito mal frequentado, mas aquela praça próxima à Caixa

Econômica, que fica **em frente à Igreja** – disse referindo-se a Praça D. Pedro II – Eu acho ali muito bonito, arborizado, acho um frescor, porque corre um ventinho legal, livre, é central, próximo de onde eu trabalhava, mas a gente não fica muito porque tem cheira-cola, não dá pra curtir. A gente só transita. Vem resolver as coisas e no fim o lugar que a gente mais gosta é quando chega no estacionamento pra pegar o carro e ir embora.

(Ezequiel, 51 anos) Ele explicou que para chegar a Praça D. Pedro II, “era só seguir e quando chegar na **Casa Leia** à esquerda, segue direto e você vai chegar lá”, disse ele provavelmente referindo-se à Praça Deodoro. Explicou ainda como chegar na Assembleia a partir da **Rua João Pessoa**, “seguinto reto e vai bater lá”.

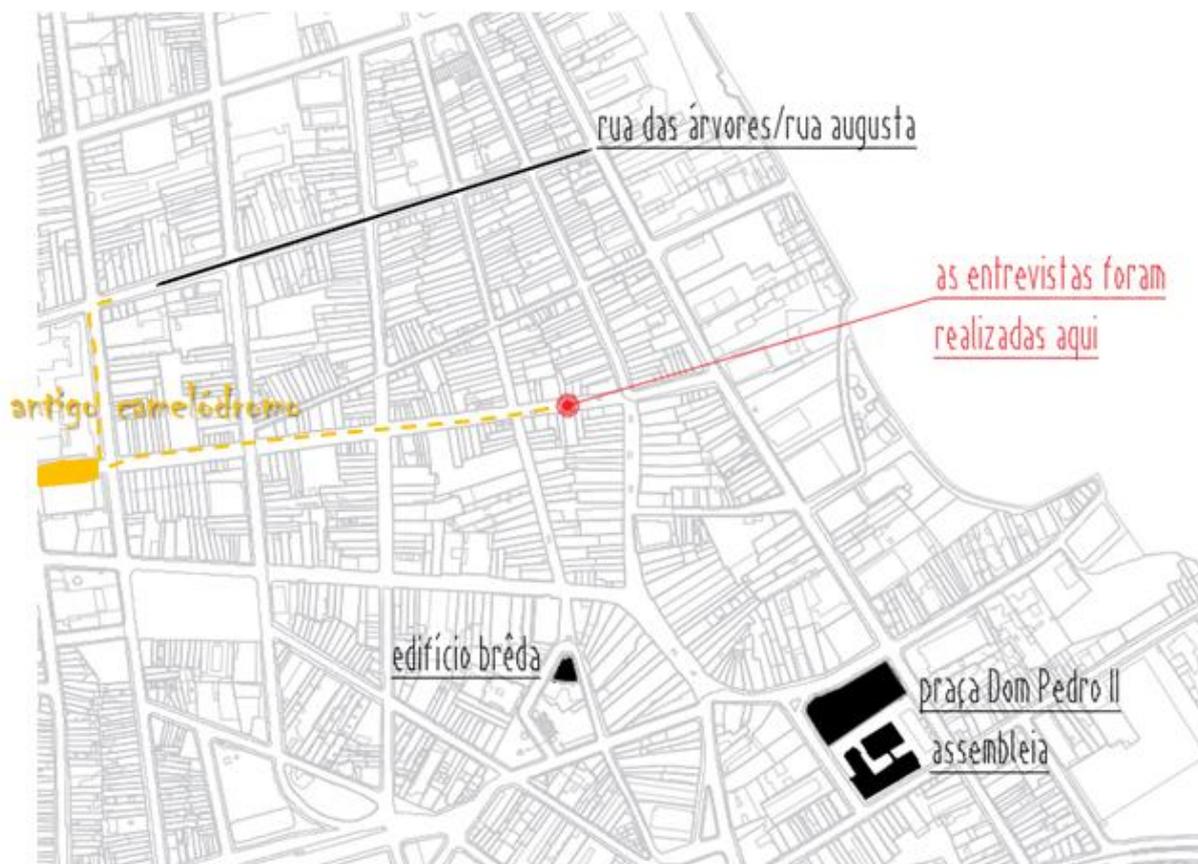
- A Rua Augusta é a Rua das Árvores. É só virar aqui à direita nessa rua aqui – disse apontando para a Rua Boa Vista – que seguindo em frente você vai chegar lá.

Ele também foi preciso ao acertar a descrição do Edf. Brêda, e explicou de forma confusa que para chegar até lá era só virar “nessa rua aqui”, que seria a Rua do Comércio, “no final dela você pega à direita, é do lado da Catedral”, afirmou ele.



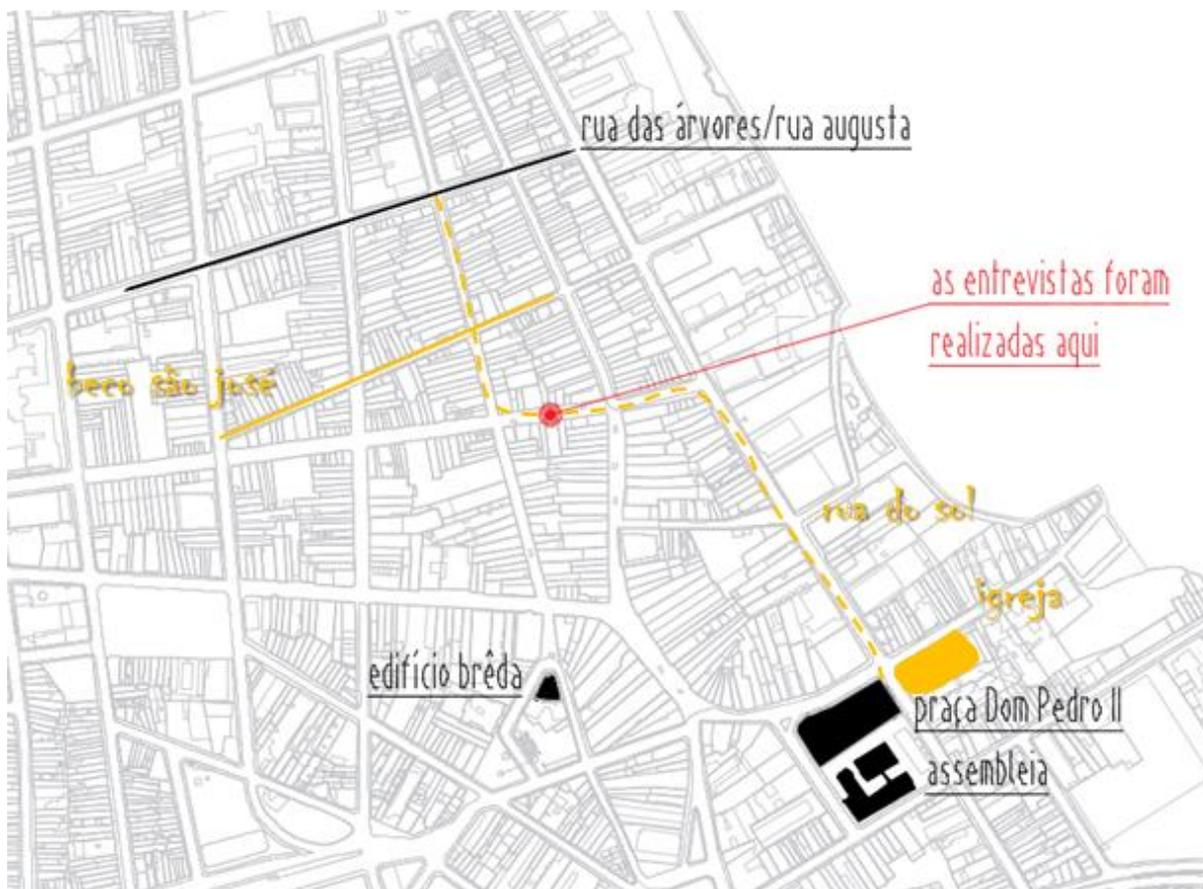
Em seguida, reconheceu a Praça Deodoro ainda pela imagem antiga, mas afirmou que o prédio ao fundo era o Tribunal de Justiça e não o Teatro. A imagem atual do trecho da Rua do Comércio apresentada após a imagem antiga o surpreendeu, e logo o senhor não tardou em reconhecê-la. Ao ver a imagem antiga da Praça dos Martírios, ele acreditou se tratar do Quartel Geral, mas ao ver a mais atual logo identificou a Praça e o Palácio. Disse ainda com sorriso nos lábios que o local do Centro que ele mais gostava eram os restaurantes.

(Carol, 22 anos) A jovem não sabia onde era a Praça Dom Pedro II, sabia que a Assembleia era “pra cá”, disse apontando na direção certa, mas que não saberia explicar como fazer para se chegar até lá. Ela explicou que para chegar à Rua Augusta, era preciso seguir até os camelôs, pegar à direita e depois à esquerda, sendo esse trecho mais distante a Rua Augusta e o mais próximo à chamada Rua das Árvores, mas esclareceu que tratava-se basicamente da mesma rua, somente em trechos distintos. Ela também não conseguiu identificar o Edifício Brêda através da descrição que lhe foi feita.



A jovem identificou a Praça Deodoro ainda pela imagem antiga, mas não soube dizer qual o edifício que estava diante dela. Admirou-se com a diferença entre as imagens apresentadas do trecho da Rua do Comércio, ao qual se referiu como **Rua dos Ônibus** e afirmou conhecer a Praça dos Martírios, mas não sabia o nome que essa carregava. Carol disse ainda que não tinha preferência por nenhum local no Centro.

(Luciene, 58 anos) Ela afirmou conhecer a Praça D. Pedro II, e disse que para chegar até lá era só seguir pela **Rua do Sol**, e **chegando à Igreja** vira-se à direita, no começo da ladeira. Não soube identificar a Rua Augusta, mas explicou como se chegava a Rua das Árvores a partir da **Rua do Comércio**, ou **Rua Boa Vista**, logo depois do **Beco São José**.



A descrição do Edf. Brêda não foi suficiente para que a senhora conseguisse desvendá-lo, e ao observar as imagens ela mostrou-se confusa. Na apresentação da imagem antiga, achou que a Praça Deodoro fosse a Praça D. Pedro II, e depois que o Teatro Deodoro fosse a Assembleia. Ficou admirada com a imagem atual, onde conseguiu identificar tanto a Praça quanto o Teatro, e com relação ao trecho da Rua do Comércio, ela só conseguiu identifica-lo após a apresentação da imagem mais atual, mas o Palácio e a Praça, ela reconheceu ainda pela imagem antiga.

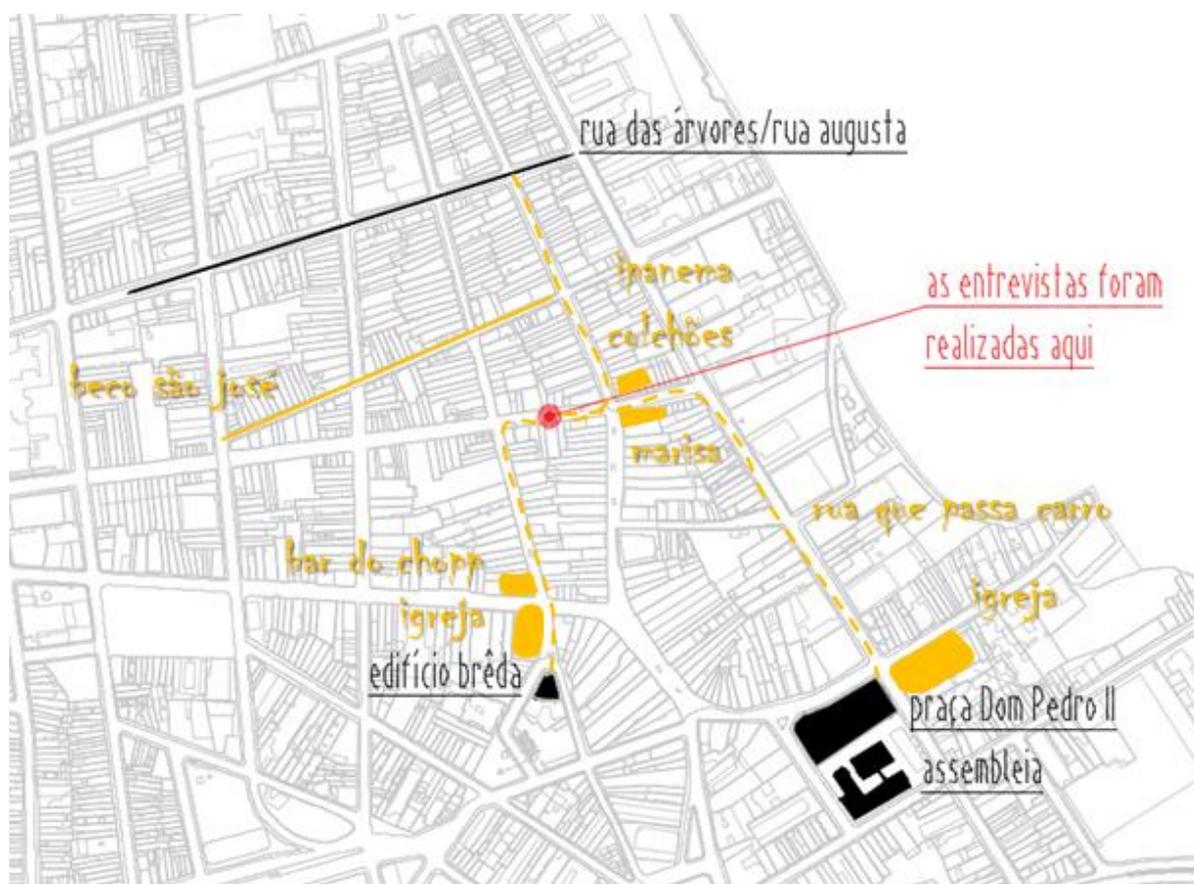
Ao ser perguntada sobre o local que mais gosta no Centro, ela foi sincera:

- Pra falar a verdade, nenhum. No Centro, não tem nenhum.

(Alexandre, 48 anos) Ele não soube identificar a Praça D. Pedro II, mas explicou como se chegar à Assembleia através da “rua que passa carro”, disse referindo-se a **Rua do Sol**.

- E **quando chegar na Igreja**, vira à direita e vai ter uma praça. Inclusive essa praça eu acredito que seja a Praça D. Pedro II – refetiu.

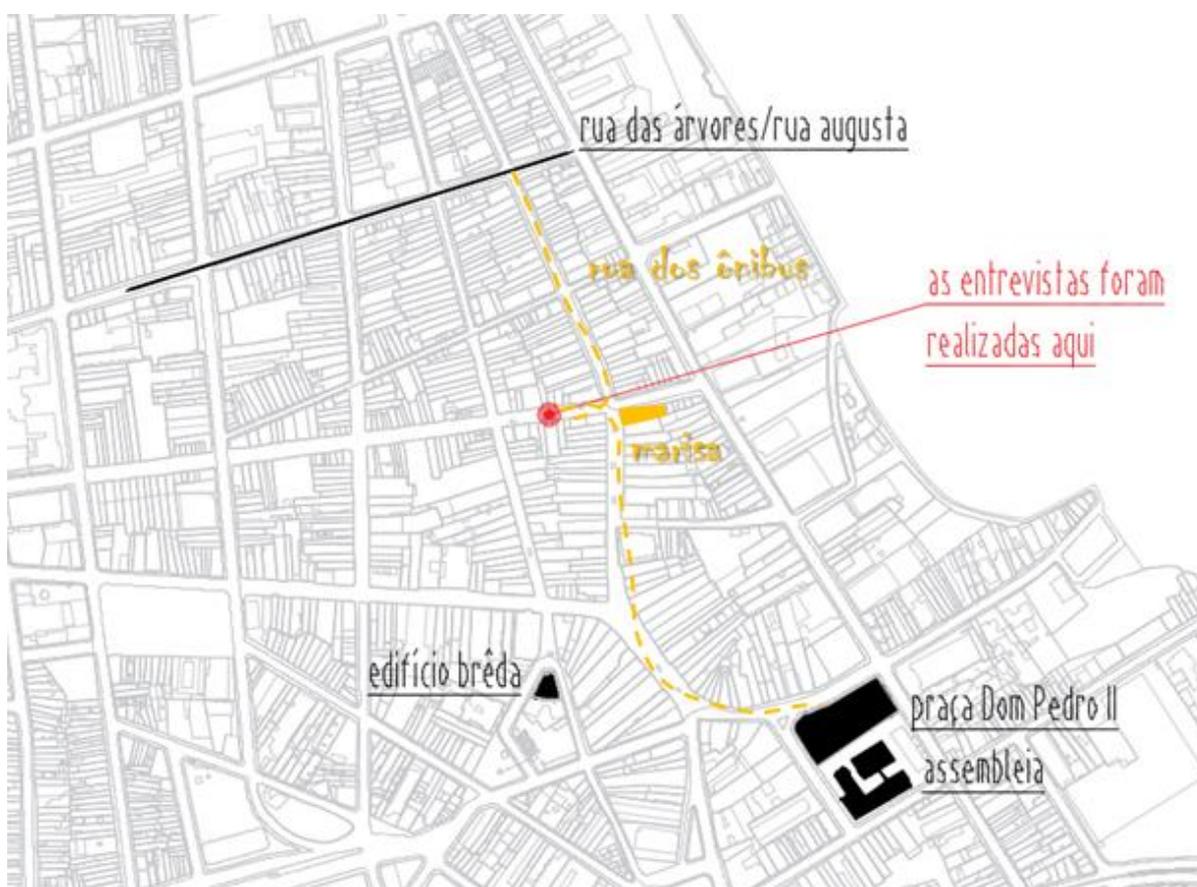
Não soube identificar a Rua Augusta, mas explicou que para chegar à Rua das Árvores, era só ir na rua da Marisa, virar à esquerda na Ipanema Colchões, segunda entrada à esquerda. Ele não soube identificar de imediato o prédio ao qual a descrição se referia, afirmando que no Centro existiam muitos edifícios antigos, como Lobão Barreto e o próprio Edf. Brêda. Para se chegar até lá, segundo ele, deve-se seguir pela Rua Boa Vista até o antigo Bar do Chopp que fica em frente à Igreja, o edifício fica por trás da Igreja. Ao ser perguntado qual seria o nome da Igreja, ele ficou confuso, e afirmou ser a Igreja Nossa Senhora do Rosário.



Ao ser apresentado às imagens, ele reconheceu prontamente a Praça Deodoro, e disse que trabalhava ali perto. Mas não soube identificar de maneira correta o edifício, afirmando que seria o Tribunal de Justiça, ao invés do Teatro Deodoro. O trecho da Rua do Comércio só foi reconhecido quando apresentada a imagem mais atual, e a Praça dos Martírios foi reconhecida pela imagem ainda

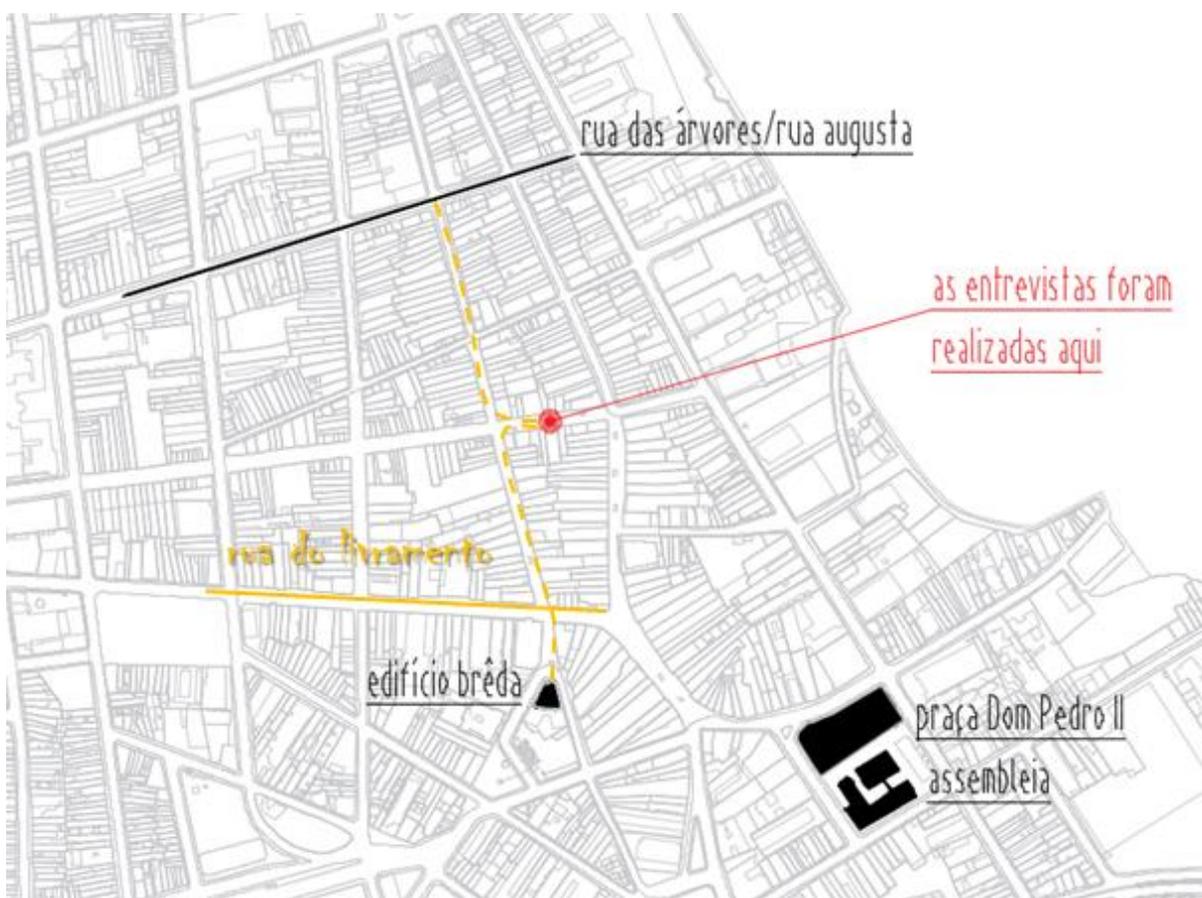
antiga. O lugar do Centro que ele mais gosta é o próprio calçadão, onde afirmou que vem passear nas horas de folga.

(Sílvia, 60 anos) Ela não conhece a Praça D. Pedro II, mas conhece a Assembleia, e explicou que para se chegar até lá “é só seguir pela rua da Marisa, vai lá em frente e não tem erro”. Conseguiu identificar que a Rua Augusta como Rua das Árvores, e explicou que para chegar até lá era “só seguir no sentido contrário da rua que dá na Assembleia, e aí você logo vai ver a rua onde passa os Ônibus da São Francisco, é lá”.



A senhora não conseguiu identificar o Edf. Brêda pela descrição, e quando lhe foram apresentadas as imagens, ela logo identificou a Praça Deodoro, mas de forma confusa informou que o edifício que ali estava seria a Assembleia Legislativa. Não conseguiu reconhecer o trecho da Rua do Comércio, mas reconheceu a imagem mais atual da Praça dos Martírios. Ao ser perguntada sobre o local que mais gosta no Centro, ela afirmou que gosta da Rua do Comércio e da Praça Deodoro, que é um lugar que ela gosta de ir quando está com a cabeça cheia.

(Núbia, 40 anos) Ela não conhece a Praça D. Pedro II, a Assembleia ou a Rua Augusta. Mas soube reconhecer a Rua das Árvores, afirmando que para se chegar até lá era só pegar “essa rua aqui”, referindo-se à Rua Boa Vista, “e seguir direto que vai dar lá”. A descrição do Edf. Brêda foi suficiente para que ela conseguisse identifica-lo, e explicou que para chegar até lá é só “virar nessa mesma rua”, referindo-se novamente à Rua Boa Vista, “no sentido contrário, passa a Rua do Livramento, depois você chega lá”.



Ao observar as imagens, ela acredita que a Praça Deodoro é a Praça D. Pedro II, reconhece o trecho da Rua do Comércio como a Rua dos Ônibus, logo que visualiza a sua imagem atual, e diz reconhecer a Praça dos Martírios, apesar de não saber seu nome. No Centro, ela afirma não haver nenhum lugar que ela goste a não ser as lojas.

Através esse contato mais próximo com as pessoas que frequentam o Centro, pudemos perceber a riqueza de informações existente em seus discursos, apesar de nem sempre essa estar associada a um conhecimento relacionado ao local. São respostas que dizem muito, mesmo quando não dizem nada, como um silêncio que esconde uma incerteza, uma dúvida, ou até mesmo o desconhecimento.

Nas entrevistas acima transcritas, vimos que as referências literárias nem sempre puderam ser reconhecidas pelos passantes, em contrapartida, algumas outras que até então não haviam sido consideradas surgiram. Já as referências reconhecidas pela autora, em alguns momentos foram as mesmas utilizadas por aqueles que se encontram frequentemente ali. Os passantes, que por algum motivo conheciam aquelas ruas e edifícios – o que necessariamente não gera uma relação de identidade - e a arquiteta, que apesar de não ter por costume frequentar o bairro, talvez por seu olhar mais sensível, também conseguiu identificar e reconhecer muitos desses locais.

Nesse sentido, agora devemos nos voltar à tentativa de entendimento dos motivos que levam a esse distanciamento entre os passantes e o Centro. Em que momento esse processo – que vai da escolha dos bens que merecem ser preservados, ao seu reconhecimento e à absorção dessa ideia pela população – não está se apresentando de forma eficaz?

5. O CENTRO E SEUS CENTROS

Das referências que vem a tornarem-se bens patrimoniais, ao entendimento e definição do conceito de patrimônio.

Aqui, a questão principal a ser discutida é a da “democratização” do processo de atribuição de valor a esses bens, uma discussão que irá servir de base para que a análise das entrevistas sejam então realizadas.

O termo “referência” é de uso corrente na linguagem cotidiana, pelo menos em um registro culto. Etimologicamente, vem do verbo latino *referre*, que significa “levar”, “transferir”, “remeter”. Pressupõe uma relação entre dois termos, um movimento em determinada direção. Na linguagem corrente, o termo “referências” é sinônimo de informações. Já no sentido conotativo, evoca a ideia de um ponto de apoio ou de encontro, base, e, por extensão, uma “verdade” aceita de forma consensual por um determinado grupo, ou uma autoridade coletivamente reconhecida. Aponta, portanto, para uma convergência de pontos de vista. (IPHAN, 2016)

No geral, as pessoas estão sempre buscando formas de se apropriar da cidade, de usar essa cidade, de estabelecer uma relação com o espaço onde se anda, com espaço onde as pessoas se encontram, e dessa maneira, os lugares vão marcando as suas vidas cotidianas. Desse processo, surgem alguns elementos que constituem e caracterizam seus aspectos, como por exemplo os marcos, que são os pontos significativos de uma cidade, e as ruas, que estabelecem a relação entre os marcos e entre os diversos outros pontos dessa cidade. Os referenciais urbanos são produtos dessas atividades cotidianas práticas, e é nesse sentido que se constrói a relação do indivíduo com o lugar.

Assim, na medida em que o homem deixa rastros na cidade, ela também vai deixando seus rastros para aqueles que a habitam, e assim outros ramos são construídos. Logo, os referenciais utilizados por nós não são necessariamente aqueles produzidos por nós, pelas nossas vidas, mas sim os produzidos por aqueles que outrora reconheceram e utilizaram aqueles espaços.

Neste trabalho, fomos de encontro a esses referenciais mais marcantes, que não foram produzidos pelas nossas vidas, mas que nos foram gentilmente deixados de legado. São referências que persistiram, e que foram retomadas e reconhecidas como tal a partir da análise dos relatos, cartões postais e através da aproximação com o espaço e com aqueles que o vivenciam. A partir dessa análise, pudemos compreender melhor o percurso que fez com que eles se tornassem aquilo que chamamos de patrimônio.

O conceito de patrimônio passou por importantes mudanças, especialmente nas últimas décadas do século XX. E, apesar das mais profundas reflexões que vêm sendo desenvolvidas sobre o tema, ainda persistem sérias controvérsias em relação

aos seus conceitos, que podem ser entendidos das mais diferentes formas em diferentes contextos.

O Artigo 216 da Constituição conceitua patrimônio cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (IPHAN, 2006), mas a possibilidade da não absorção de um conceito contemporâneo e ampliado do patrimônio pela população e a decorrente indefinição acerca do tipo de intervenção a ser exercida sobre os bens culturais são dificuldades que vêm sendo encontradas pelas atuais políticas de patrimônio.

O Estado, com base em instrumentos jurídicos específicos e através de órgãos específicos, delimita um conjunto de bens no espaço público que deve ser preservado pelo valor que lhes é atribuído enquanto manifestações culturais e símbolos da nação. Logo, as políticas de preservação de patrimônio se propõem a atuar, basicamente, em nível simbólico, no sentido de reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos. Mas que, apesar de dirigir-se para toda uma sociedade, é um poder relativo e tem um alcance limitado, principalmente por se tratar de algo que é conduzido por profissionais que possuem especialização em determinadas áreas do saber, e que por isso exige, por parte do usuário, algum tipo de domínio desses códigos para que consigam ser compreendidos.

São dois os desafios encontrados pelos profissionais que desempenham essa função: primeiro, é o de através dessa seleção de bens, construir uma representação da nação que leve em consideração a pluralidade cultural e que funcione como uma propiciadora do sentimento comum de pertencimento, como reforço de uma identidade nacional; e o segundo é fazer com que essa seleção de bens e a sua atribuição de valores seja aceita de forma consensual e não arbitrária.

Afinal, o que poderia ser o objeto específico dessa preservação, já que as atuais demandas da sociedade com relação à cultura são extremamente difusas?

No que se refere à essa produção de “objetos a serem preservados é preciso, além de identificar os atores envolvidos nesse processo, compreender os objetivos que esses alegam para legitimar seu trabalho, assim como obrar uma posição definitiva do Estado relativamente a essa prática social e por fim investigar o grau de envolvimento da sociedade.

A forma com que esse universo simbólico é recebido pelos diferentes setores da sociedade é uma questão atual, e que é particularmente importante no Brasil, onde a diversidade cultural é imensa; onde a escola cumpre de forma precária e limitada sua função de formar cidadãos com uma base cultural comum; e onde o hábito de consumo de bens culturais é incrivelmente restrito. Por esse motivo, qualquer proposta de democratização da política de preservação que não leve em conta essa realidade, corre o risco de não evoluir, na medida em que os valores culturais que se quer preservar só fazem sentido para um pequeno grupo. (FONSECA, 2009, pg. 43).

Trata-se de uma dimensão menos visível, mas nem por isso menos significativa das políticas de preservação, que configura um processo de democratização através da apropriação desse patrimônio por parte da população, em uma relação que deve ser de base mais afetiva que racional, e que está relacionada ao processo de construção de uma identidade coletiva, pressupondo um certo grau de consenso quanto ao valor atribuído a esses bens, que justifique, inclusive o investimento na sua proteção. No caso dos patrimônios, essa capacidade de evocar o sentimento de identidade e a ideia de nação decorreria da atribuição dada a esses bens de valores da ordem de cultura – basicamente histórico e artístico.

O fato é que, por mais regulamentado e controlado que pretenda ser, e por mais fixos que possam parecer os efeitos do tombamento, tanto materiais como simbólicos, a recepção dos bens tombados tem uma dinâmica própria em dois sentidos: primeiro no da mutabilidade de significações e valores atribuídos a um mesmo bem em diferentes momentos históricos; e segundo, no da multiplicidade de significações e de valores atribuídos, em um mesmo momento e em um mesmo contexto a um mesmo bem, por grupos diferenciados.

Nesse sentido, o aprofundamento dessas reflexões no que se refere aos bens patrimoniais e relação desses com a sociedade vem evoluindo, e um desses avanços seria a construção de novos instrumentos, como o INRC. Pode-se afirmar que o Inventário Nacional de Referências Culturais constitui o instrumento mais completo de que dispõem hoje, o Estado e a sociedade brasileira, para identificação e documentação dos bens culturais que constituem o seu patrimônio. São capazes de levantar e identificar bens culturais de natureza diversificada, apreender os

sentidos e significados a eles atribuídos pelos grupos sociais e encontrar formas adequadas à sua preservação.

O INRC traduz o entendimento de que os edifícios estão sempre associados a determinados usos, a significações históricas e de memória ou às imagens que se tem de alguns lugares. Essas representações podem torná-las bens de interesse diferenciado para determinado grupo social, por vezes independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística. Nesses casos, são relevantes também, do ponto de vista do patrimônio, as representações sociais a eles associadas, as narrativas que se conservam a seu respeito, eventualmente os bens móveis que eles abrigam ou determinados usos que neles se desenvolvem.

Mas afinal, será que esses edifícios que vêm recebendo proteção por parte da iniciativa pública vêm sendo reconhecidos pela população como marcos referenciais de importância no contexto da cidade? Se a população não consegue reconhecer essas edificações, estariam essas medidas estão sendo eficazes de fato? Até que ponto a preservação oficial do patrimônio o faz ser reconhecido como tal?

Perguntou-se aos entrevistados do que eles mais gostavam no Centro, na tentativa de tentar descobrir alguma relação afetiva existente entre as pessoas e esse ambiente. Mas, para surpresa, muitos dos entrevistados afirmaram com veemência que “do Centro eles não gostavam de nada não”.

O “não gostar” é a negativa de um verbo que diz muito sobre a relação entre o passante e o espaço que ele frequenta, ou mesmo até sobre a inexistência dela. O termo “afeto” costuma estar relacionado com um sentimento de simpatia em relação a alguma coisa, mas, quando relacionado a uma ambiência, podemos pensar em afetividade como uma possibilidade de “afetar-se com o outro”, onde o outro pode ser, inclusive, um lugar. Nesse sentido, a construção da subjetividade se dá por uma via de mão dupla, onde atua um processo ativo do eu sobre o outro, e passivo sobre o que o outro provoca em mim. (DUARTE, 2013)

A percepção ambiental em sua apreensão do urbano também está relacionada com a experiência obtida a partir dos percursos realizados, enquanto geradores de sentimentos, já que o ambiente urbano é dotado de um poder de mobilização capaz de gerar medos e inseguranças, assim como emoções e afetos que acabam se materializando no lugar. (DUARTE, 2013) Nesse sentido, alguns dos

motivos que desencadearam esse “não gostar” foi explicitado pelos próprios entrevistados, como a violência e até mesmo sensação térmica proporcionada pelo clima da cidade.

O sentimento de insegurança foi apontado por muitos como justificativa para o “desgosto” relatado com relação ao bairro. O fato é que, para se criar uma relação afetiva entre um ambiente e as pessoas que o frequentam, é condição *sine qua non* que esse lugar consiga despertar no indivíduo sentimentos. Claro que a interpretação do sentimento gerado é relativa, e pode ser influenciada, por exemplo, pelo desconhecimento no que se refere ao nível de segurança no local, mas é certo que ao se reconhecer aquele ambiente como um ambiente que gera risco à sua segurança, a provável relação afetiva positiva é abalada. O Centro é um comércio ao ar livre, de livre acesso, com os mais diversos tipos de lojas e bancos. As pessoas que estão ali se encontram vulneráveis e, apesar da presença ocasional de policiais, vêm sendo alvo dos chamados “ladrões de carteira”, que buscam justamente as pessoas que andam de forma despreziosa por aquelas ruas. Como consequência da crescente violência urbana, as pessoas vêm buscando, mesmo que inconscientemente, frequentar locais mais seguros, e é nesse quesito que os novos centros comerciais vêm ganhando espaço.

Andrea, em sua entrevista, confessou que não gostava do Centro, e que na verdade gostava mesmo era de *shopping*. A opinião de Andrea é, certamente, a opinião de algumas das pessoas que frequentam o Centro por necessidade, e também a opinião de muitos que não o frequentam por opção. Em um movimento mais recente, o papel de “centro comercial” que antes era protagonizado pelo bairro em estudo, foi dando vez aos *shoppings*, talvez por possuírem ambientes climatizados e uma arquitetura que está mais associada ao “novo”.

Ao retomarmos o depoimento de Mário, por exemplo, conseguimos compreender melhor a relação íntima entre o bairro e alguns dos entrevistados. O jovem adulto de 44 anos, ao ser perguntado sobre qual lugar que mais gosta no Centro, respondeu: “O lugar que eu mais gosto é a rua da antiga Lobrás, em frente ao Antigo São Luiz... Mais por conta do cinema, né? Era o cinema tradicional de 20 anos atrás. O cinema era a antiga Magazine e Insinuante, que “pegou fogo” um dia desses, que era em frente à antiga Lobrás, onde agora é a Ricardo.(...)”. Pode-se perceber claramente o tom nostálgico na resposta de Mário, que teve os

substantivos precedidos pelo adjetivo “antigo” por quatro vezes. As referências utilizadas por ele se referiam, em maioria, a lugares que já não existem mais, e apontavam os usos e acontecimentos que marcaram a história do local mesmo depois do fechamento do chamado “tradicional cinema da época”. Esse cinema, quando em funcionamento, possuía um certo status por representar aquilo que havia de “novo” em Maceió, com suas poltronas estofadas, ar-condicionado e tela em cinemascopo. E foi justamente com o surgimento dos cinemas nos *shoppings* que o Cinema São Luiz acabou perdendo seu espaço, tendo resistido até 1996, quando teve que fechar suas portas.

É comum a intimidade que temos com um determinado local, principalmente quando trata-se de um bairro histórico, estar associada à memória. É um passado que só pode ser alcançado através dela, e que tem o poder de nos projetar de forma nostálgica para as mais diversas situações. Quando vivemos isso, é involuntário compararmos as paisagens associadas às nossas lembranças com as novas que se formaram.

Jaqueline, por exemplo, ao reconhecer a Praça dos Martírios, relatou que lembrava que quando criança ela costumava frequentar a praça, ela que naquela época essa era mais ou menos daquele jeito. Viu-se emocionada, pois aquele foi um lugar que marcou a sua vida, e por isso, o elegeu como seu lugar favorito no Centro. Talvez ela não identifique aquela praça ou seu edifício como um patrimônio, mas ela se identifica com o lugar que foi palco de parte das suas lembranças da infância. Há uma relação de identidade, há uma troca: é um lugar histórico que faz parte da sua própria história.

Mas também há referências de caráter curioso, como foi o caso daquela utilizada pela Jaqueline. Ao ser perguntada como faria pra chegar até o Edf. Brêda, a jovem disse: “É só seguir pela Rua do Comércio, é só pegar o lado direito lá na frente, onde tem um monte de mulher que fica vendendo amendoim, cocada, massa-puba, é ali”. De fato, as moças que vendem amendoim e cocadas ficam ao lado da Igreja Nossa Senhora do Livramento, que por se tratar de uma das primeiras igrejas da cidade de Maceió, poderia claramente ter sido utilizada na descrição do percurso. Porém, pra Jaqueline, aquelas moças compõe algo tão atual, único e característico no contexto do Centro, que utilizá-las como uma referência seria algo certo.

Talvez ela sequer soubesse o nome da igreja, e assim citá-la iria apenas confundir, ao invés de auxiliar.

Inclusive, não saber o nome de ruas e edifícios foi algo comumente observado durante as entrevistas. Referir-se às ruas como “aquela ali”, “essa aqui”, era algo corriqueiro, e apesar da insistência da autora em perguntar o verdadeiro nome delas, às vezes era difícil conseguir essa informação até mesmo sobre a Rua do Comércio, que é a principal rua do local. Uma das justificativas pode estar relacionada à insegurança, a possibilidade de dizer o nome da rua sem a certeza de que aquele é de fato o nome certo. Mas, na maioria dos casos, percebeu-se que a memória visual dessas pessoas estava mais aflorada do que o próprio conhecimento histórico. Isso foi claramente constatado durante a apresentação das fotos, quando as pessoas conseguiam reconhecer os locais, mas confundiam com frequência o nome de cada um deles.

Essa dificuldade em reconhecer o nome das ruas também pôde ser percebida na etapa em que foi perguntado aos passantes como se chegar à Rua Augusta, uma das primeiras ruas a configurar o tecido urbano da cidade. Mas, nesse caso, talvez o nome tradicional da rua tenha apenas se esvaído no passar das gerações, na medida em que se convencionou chamá-la, por motivos óbvios, de Rua das Árvores. Essa conseguiu ser reconhecida por um número notável de entrevistados, que conseguiram, inclusive, localizá-la. Algo parecido aconteceu quando se apresentou a foto de uma das esquinas da Rua do Comércio, hoje convencionalmente chamada de Rua dos Ônibus, por se tratar do único trecho da rua em que os ônibus têm a permissão de trafegar. Associar o nome de uma rua à árvores ou aos ônibus parece uma maneira, nesse caso, acaba facilitando a referência, tornando-a praticamente autoexplicativa

Em contrapartida, durante as entrevistas, por muitas vezes convencionou-se utilizar as próprias lojas como uma referência. Por exemplo, ao invés de referirem-se à Rua do Comércio, os passantes utilizavam a loja Marisa como uma referência, já que essa está localizada naquela rua. Se partirmos do pressuposto que as pessoas que frequentam o comércio o fazem principalmente por conta dos pontos comerciais que ali se encontram, conforme as entrevistas, fica fácil compreender o porquê da utilização dessas lojas como referências. Algumas vezes, essas lojas apresentaram-se como pontos comerciais tão marcantes que alguns passantes se referiam a locais

como “antiga Magazine e Insinuante”, por exemplo. A loja física já não existe, mas a referência permanece.

Por outro lado, alguns locais que foram definidos como referências durante essa pesquisa e que foram citados na entrevista, por vezes não conseguiram ser reconhecidos, como é o caso do Edf. Brêda. A descrição falava sobre “um prédio aqui no Centro, construído em 1958, que foi um marco na história da cidade, porque foi o primeiro edifício de grande porte construído na cidade”, em uma época em que, pela idade, possivelmente muitos dos entrevistados já frequentassem o Centro. Talvez esse desconhecimento se dê pela falta de acesso a esse tipo de informação mais precisa, mais técnica. Ou pela falta de interesse pela arquitetura à época, e/ou falta de interesse pela própria história hoje em dia.

O mesmo para a Praça D. Pedro II, o primeiro núcleo de formação da cidade de Maceió, que existe até hoje, mas que talvez por encontrar-se tão escondida no contexto da cidade, acabou perdendo a sua representatividade física. É comum passar por essa praça e nem ao menos reconhecê-la como tal, já que parte da sua área vem sendo utilizada como estacionamento da Assembleia Legislativa, e parte do restante vem servindo de abrigo para moradores de rua, que possuem algumas barracas montadas ali. É uma triste realidade que pede novamente uma iniciativa do poder público em promover a proteção desses locais, com o objetivo de evitar esse tipo de descaracterização e mau uso dos seus espaços.

Por fim, é um não saber o nome das ruas, fazer confusão com o nome das praças, falar do Centro com prazer somente se através das lembranças resgatadas a partir da memória. É um “não gostar” que talvez desconsidere a importância que esse centro comercial representou até duas décadas atrás... São atitudes que demonstram a impessoalidade que marca a relação entre o Centro da cidade e as pessoas que o frequentam.

O que podemos perceber é que, apesar da “evolução” - no sentido de democratização - de todo esse processo complexo que leva um bem a ser entendido pelos órgãos responsáveis como um patrimônio, a forma com que esse bem é recebido pela população ainda está aquém das expectativas, já que as pessoas que convivem com esses espaços, em sua maioria, ainda não conseguiram entendê-los como um algo significativo e que deve ser preservado. É como se o IPHAN tombasse o bem para que, a partir disso, ele passasse a ser reconhecido pela

população como algo que merece ser preservado, quando parece ser mais pertinente que seja o inverso.⁷

Nesse sentido, também é importante aqui citar a questão da necessidade da educação patrimonial⁸, que permite o conhecimento crítico e a apropriação consciente do patrimônio pelas comunidades, e que é um fator indispensável no processo de preservação sustentável, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

Por fim, será que os mecanismos que vem sendo utilizados tem favorecido o reconhecimento do patrimônio por parte da população? Como estimular o sentimento de pertencimento próprio da construção de um elo de união entre os habitantes e a sua história, ou seja, a noção de patrimônio?

⁷ Apesar de Maceió não possuir bens tombados a nível nacional, utiliza-se como referência o IPHAN já que se entende que a postura adotada por esse órgão costuma servir como espelho para as demais instâncias preservacionistas.

⁸ Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (ALAGOAS, 2017)

6. CONCLUSÃO

Com o intuito de compreender o patrimônio do Centro de Maceió oficialmente reconhecido como uma Zona Especial de Preservação, o processo de elaboração partiu da identificação dos seus marcos edificados através da revisão de acervo documental baseado em fontes historiográficas que tratam do início da formação da cidade, no caso, relatos e cartões-postais elaborados nas primeiras décadas do século XX.

Já na segunda etapa, viu-se a necessidade de aproximação da autora com o Centro, que antes dessa experiência prática já existia, mas de uma forma bastante distanciada da empiria. E nesse sentido, foram realizadas imersões no local, visitas através das quais se pôde perceber o ambiente inclusive com a utilização dos sentidos para sua compreensão, além de estabelecer as suas próprias referências.

Em seguida, as impressões dos passantes foram abordadas através das entrevistas realizadas, com perguntas que utilizaram as referências edificadas anteriormente encontradas, com objetivo de verificar se os que frequentam o Centro têm como marcos de referência aqueles já identificados. Nessa etapa, houve uma certa dificuldade na eleição das perguntas que deveriam ser realizadas, já que havia sido encontrado um número razoável de referências até então, e optou-se por eleger aquelas que apareceram de forma mais frequente ou marcante durante a pesquisa.

Houve dificuldade ainda em estabelecer o número de pessoas que deveriam ser entrevistadas. Como tentativa de previsão do método, em princípio, a ideia foi entrevistar 20 (vinte) passantes. Contudo, no decorrer dessa aproximação, percebeu-se que talvez o número não fosse suficiente para perceber a ideia que comumente se tem sobre patrimônio o do bairro, e, por isso, o número de abordagens foi ampliado de 20 (vinte) para 30 (trinta) entrevistados.

Um embate entre as referências identificadas nas três esferas de abordagem - na revisão de literatura sobre as primeiras décadas de formação do bairro, na imersão da autora no objeto de estudo, e nas entrevistas apresentadas no terceiro capítulo, e indicou a partir das análises realizadas, que por vezes o processo de atribuição de valor a bens é subjetivo e muitas vezes distanciada do reconhecimento oficial do que é patrimônio.

Viu-se que as referências existentes no bairro do Centro podem ser definidas a partir de diferentes perspectivas. Por se tratar de um bairro de paisagem edificada

com memória de longa duração, à boa parte dessas referências são atribuídos ao seu sentido histórico, mas o estudo indicou que parte da população parece não reconhecer esse valor como um patrimônio, como um legado a ser preservado.

Nesse sentido, acredita-se que este trabalho contribui para o avanço nas reflexões sobre o processo de valorização de bens e na questão da incompatibilidade entre o reconhecimento de um bem por parte da população e as ações dos órgãos preservacionistas, já que a forma com que o processo se apresenta hoje acaba gerando dúvidas no que se refere à sua eficácia. A ideia é que esses elementos eleitos como elementos que merecem ser preservados sejam justamente aqueles entendidos assim pela própria população, ou seja, que as representem.

Os temas apontados sugerem o aprofundamento sobre o processo de reconhecimento dos valores do patrimônio e seu tombamento, numa perspectiva baseada na “democratização” do processo de atribuição desses valores e de sua própria construção conceitual.

Por fim, o presente trabalho apresentou-se como uma verdadeira descoberta para autora, no sentido de conhecimento e reconhecimento do próprio objeto de trabalho como um bairro que merece ser valorizado, inclusive por ela. Mergulhar na história do bairro, caminhar por entre as suas ruas e descobrir como as pessoas percebem esse lugar foi uma experiência de aproximação única e muito valiosa, que comprovou a validade da empiria no processo de investigação. Laços foram criados, e juntamente com eles a vontade que as pessoas também consigam olhar para esse lugar da forma que a autora agora o faz.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Japson. **Fragmentos de um olhar**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2015. 96p.

ALAGOAS. Decreto nº 3.711 de 18 de set. de 2007. **Dispõe sobre o Conselho Estadual de Cultura, redefine suas atribuições e funcionamento e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.conselhosdecultura.ufba.br/arquivos/conselhos/docs/nordeste/alagoas/01.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

ALAGOAS. Lei nº 6.268 de 2 de set. de 2001. **Dispõe sobre a estrutura da Secretaria de Estado da Cultura**. Disponível em: <<http://www.gabinetecivil.al.gov.br/legislacao/leis/leis-ordinarias/2001/lei-ordinaria-6268>>. Acesso em: 12 de jun. 2016.

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Cultura. **O que é afinal educação patrimonial?** Disponível em: <<http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoes/patrimonio-cultural/o-que-e-afinal-educacao-patrimonial>>. Acesso em: 6 fev. 2017.

ALAGOAS. Secretaria de Promoção do Turismo. **A cidade**. Disponível em: <<http://www.maceio.al.gov.br/turismo/cultura/>>. Acesso em: 5 mai. 2016.

ALAGOAS. Secretaria de Planejamento. **Mapas (identificação imóveis históricos)**. Disponível em: <<http://www.sempla.maceio.al.gov.br/patrimoniohistorico.htm>>. Acesso em: 11 mai. 2016.

ALAGOAS. Secretaria de Planejamento. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Disponível em: <<http://www.sempla.maceio.al.gov.br/patrimoniohistorico.htm>>. Acesso em: 11 mai. 2016.

ALAGOAS. Secretaria de Planejamento. **Unidades Especiais de Preservação**. Disponível em: <<http://www.sempla.maceio.al.gov.br/patrimoniohistorico.htm>>. Acesso em: 11 mai. 2016.

AMORIM, Luiz. **Obtuário arquitetônico**: Pernambuco Modernista. Recife, 2007.

ASSOCIAÇÃO ARNON DE MELLO. **Alagoas Memorável**: patrimônio arquitetônico. Maceió, 2011. 240p. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/memoravel/#estudiosos>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BEZERRA, Luanne de Amorim. **Valores e significados do sítio histórico do Centro de Maceió/AL**: diretrizes para o plano de gestão da conservação urbana. Maceió, 2013.

BRANDÃO, Moreno. **Vade-mecum do turista em Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2013. 70p

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens tombados e processos de tombamento em andamento**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Tombados%20Dez%202015.pdf>>. Acesso em: 13 de maio de 2016.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário Nacional de Referências Culturais**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2016.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 150p.

CAMPELLO, Maria de Fátima de Mello Barreto. **Cartões-postais: a construção coletiva da imagem de Maceió – 1903/ 1934**. Maceió, Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2011. 274p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Habitar é deixar rastros**. Disponível em: <<http://imediata.org/orientatcc/?p=233>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Edição eletrônica/LABUR, 2007.

COSTA, Craveiro. **Maceió**. 2ª edição. Maceió: Serviços Gráficos de Alagoas S/A – SERAGASA, 1981.

COSTA, Lúcio. **Bordo do “Bahia”**. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/bitstream/handle/2010.3/878/Digitado%20%20VI.A.01-00564.pdf?sequence=8>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

COUTO, Maria Emília de Gusmão; DO NASCIMENTO, Bárbara Thomaz Lins. **A imagem do lugar: experiências metodológicas**. Maceió: EDUFAL, 2013. 247p.

DA SILVA, Maria Angélica. **Arquitetura Moderna: atitude alagoana**. Maceió: Sergasa, 1991. 273p.

DANTAS, Carmen Lúcia; TENÓRIO, Douglas Aparatto. **Redescobrimo o passado: cartofilia alagoana**. 2ª edição. Maceió, 2009. 120p.

DE LIMA, Ivan Fernandes. **Maceió, a cidade restinga: contribuição ao estudo geomorfológico do litoral alagoano**. Maceió: EDUFAL, 1990. 255p.

DE OLIVEIRA, Livia; DEL RIO, Vicente. **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1996.

DUARTE, Cristiane Rose; DE VILLANOVA, Roselyne. **Novos olhares sobre o lugar: ferramentas e metodologias, da arquitetura à antropologia**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013. 240p.

DUARTE, Cristiane Rose; PINHEIRO, Ethel. **Imagine uma tarde chuvosa: pesquisas sobre a ambiência; alteridade e afeto**. Disponível em: <<http://projedata.grupoprojetar.ufrn.br/dspace/bitstream/123456789/1759/1/CE04.pdf>> Acesso em: 07 de fev. 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres Fonseca. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. 293p.

HARLEY, John Brian. **The iconography of landscape**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. 277-312.

JÚNIOR, Félix. **Maceió de Outrora**. Maceió: EDUFAL, 2001. 264p.

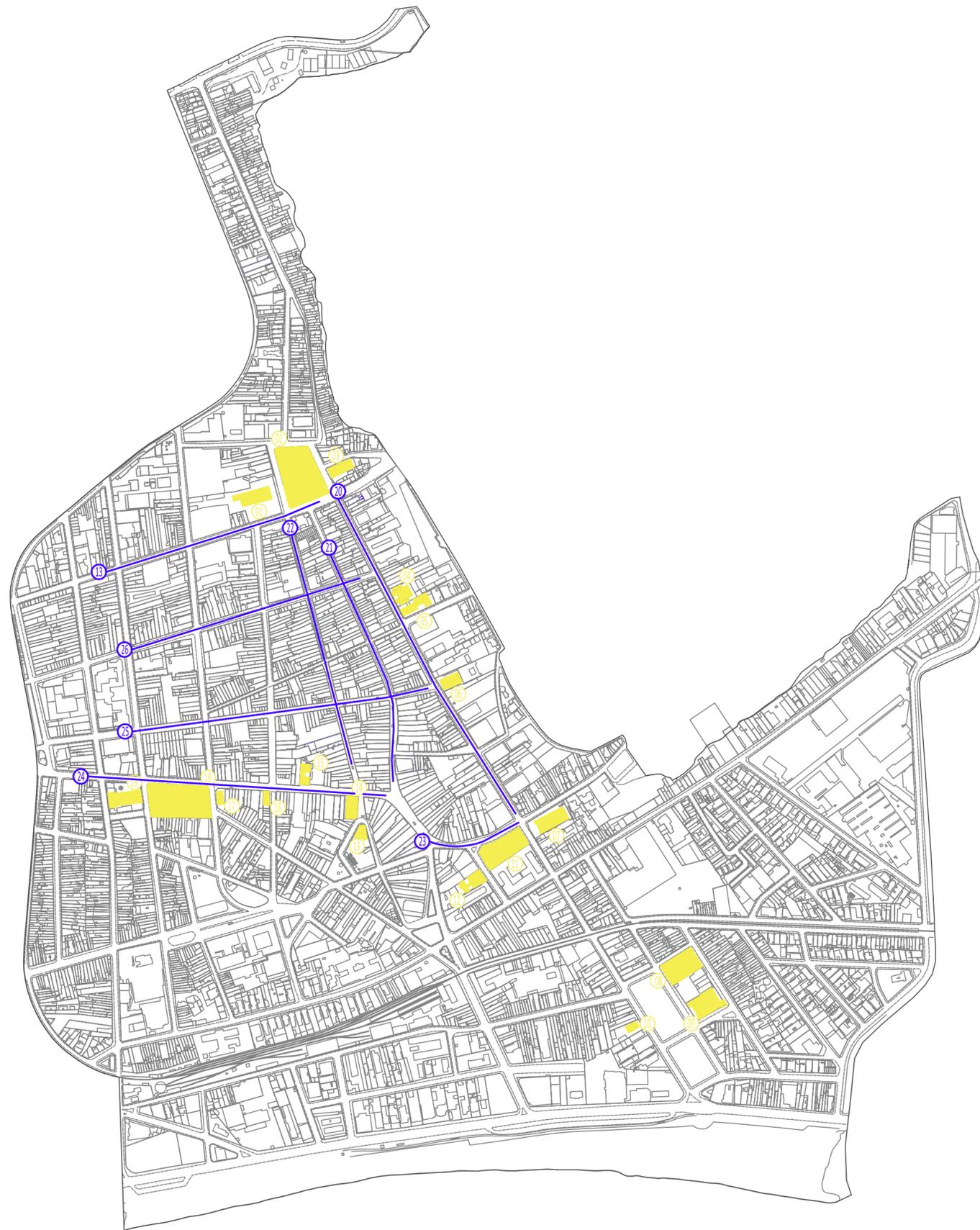
LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 227p.

PRONSATO, Sylvia Adriana Dobry. **Arquitetura e Paisagem: projeto participativo e criação coletiva**. São Paulo, 2005. 150p

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

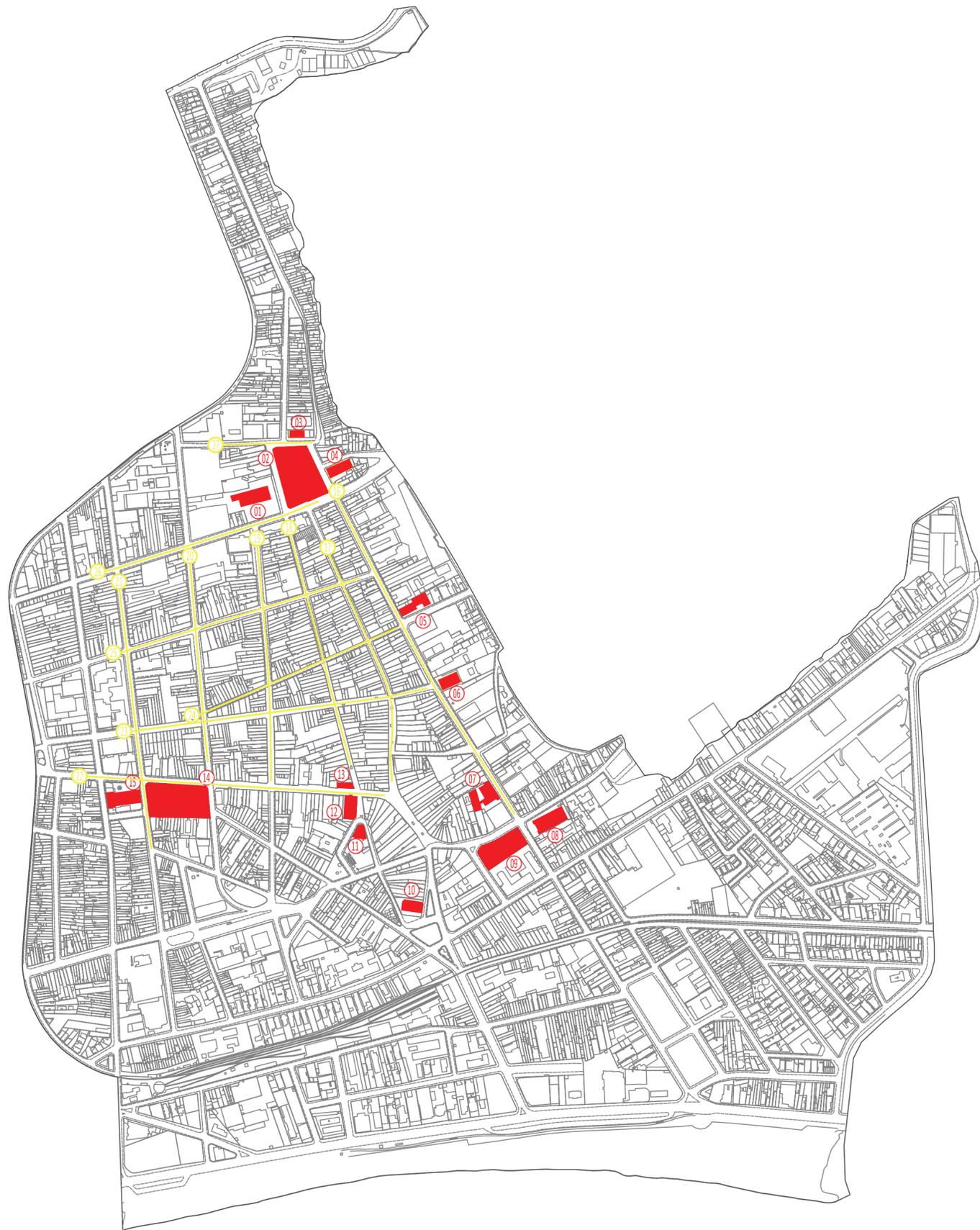
8. ANEXOS



LEGENDA:

-  01 - Palácio do Governo
-  02 - Praça dos Martírios
-  03 - Igreja dos Martírios
-  04 - Antiga Sociedade Perseverança
-  05 - IHGAL - Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas
-  06 - Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos
-  07 - Catedral Metropolitana de Maceió
-  08 - Antiga Reitoria da UFAL
-  09 - Residência Universitária Masculina e Restaurante Universitário
-  10 - Casa Jorge de Lima
-  11 - Praça D. Pedro II
-  12 - Palacete Barão de Jaraguá
-  13 - Edifício Brêda
-  14 - Igreja do Livramento
-  15 - Edifício Walmap
-  16 - Sobrado dos Irmãos Brêda
-  17 - Academia Alagoana de Letras
-  18 - Praça Deodoro da Fonseca
-  19 - Teatro Deodoro
-  20 - Rua do Sol
-  21 - Rua do Comércio
-  22 - Rua Boa Vista
-  23 - Rua 2 de Dezembro
-  24 - Rua do Livramento
-  25 - Av. Moreira Lima
-  26 - Rua Augusta
-  27 - Rua Melo Moraes

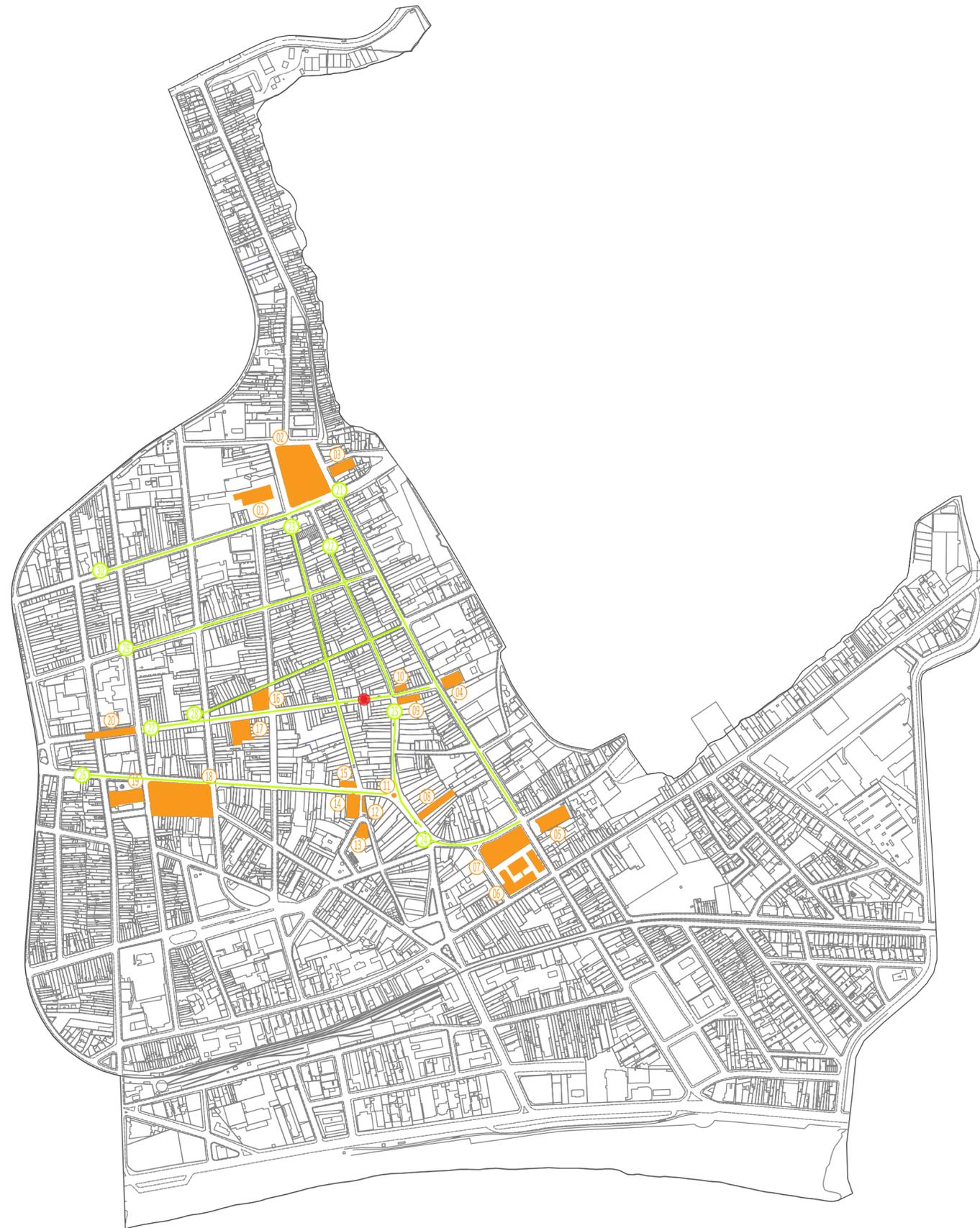
ANEXO X - MAPA DAS REFERÊNCIAS ENCONTRADAS NO 1º CAPÍTULO -
NO RASTRO DO COMEÇO DA CIDADE - ESCALA 1:6000



LEGENDA:

-  01 - Palácio do Governo
-  02 - Praça dos Martírios
-  03 - SEFAZ - Secretaria da Fazenda
-  04 - Igreja dos Martírios
-  05 - IHGAL - Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas
-  06 - Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos
-  07 - Edifício F. Soares
-  08 - Catedral Metropolitana de Maceió
-  09 - Praça D. Pedro II
-  10 - Edifício Palmares
-  11 - Edifício Brêda
-  12 - Igreja do Livramento
-  13 - Teatro Deodoro
-  14 - Praça Deodoro da Fonseca
-  15 - Teatro Deodoro
-  16 - Rua do Sol
-  17 - Rua 01 - Rua do Comércio
-  18 - Rua 02 - Rua Boa Vista
-  19 - Rua 03 - Rua Joaquim Távora
-  20 - Rua 04 - Rua Cícinato Pinto
-  21 - Rua 05 - Rua Barão de Maceió
-  22 - Rua 06 - Rua do Livramento
-  23 - Rua 07 - Avenida Moreira Lima
-  24 - Rua 08 - Rua Tibúrcio Valeriano
-  25 - Rua das Árvores
-  26 - Rua do Palácio - Rua Melo Moraes
-  27 - Rua da SEFAZ - Rua José Bonifácio

ANEXO Y - MAPA DAS REFERÊNCIAS ENCONTRADAS NO 2º CAPÍTULO -
ENTRE LEMBRANÇAS E PASSEIOS: CRIANDO REFERÊNCIAS -
ESCALA 1:6000



ANEXO Z - MAPA DAS REFERÊNCIAS ENCONTRADAS NO 3º CAPÍTULO -
NO RASTRO DOS PASSANTES - ESCALA 1:6000

- LEGENDA:
-  01 - Palácio do Governo
 -  02 - Praça dos Martírios
 -  03 - Igreja dos Martírios
 -  04 - Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos
 -  05 - Catedral Metropolitana de Maceió
 -  06 - Assembleia Legislativa
 -  07 - Praça D. Pedro II
 -  08 - Lojas Imperador
 -  09 - Loja Marisa
 -  10 - Loja Ipanema Colchões
 -  11 - Antigo Relógio
 -  12 - Vendedores de amendoim
 -  13 - Edifício Brêda
 -  14 - Igreja do Livramento
 -  15 - Antigo Bar do Chopp
 -  16 - Loja Casa Vieira
 -  17 - Loja Casa Leia
 -  18 - Praça Deodoro da Fonseca
 -  19 - Teatro Deodoro
 -  20 - Antigo camelódromo
 -  21 - Rua do Sol / Rua João Pessoa
 -  22 - Rua dos Ônibus
 -  23 - Rua Boa Vista
 -  24 - Rua 2 de Dezembro
 -  25 - Rua do Comércio
 -  26 - Rua do Livramento
 -  27 - Av. Moreira Lima
 -  28 - Beco São José
 -  29 - Rua Augusta / Rua das Árvores
 - 30 - Rua Melo Moraes
 -  - localização da pesquisadora durante a realização das entrevistas